

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A ELITE LOCAL E A MODERNIZAÇÃO URBANA EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES: UM PROJETO POLÍTICO 1930-50.**

Campos dos Goytacazes

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Heloiza de Cacia Manhães Alves

**A ELITE LOCAL E A MODERNIZAÇÃO URBANA EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES: UM PROJETO POLÍTICO 1930-50.**

Orientadora: Dr^a Lana Lage da Gama Lima

Campos dos Goytacazes

2013

**A ELITE LOCAL E A MODERNIZAÇÃO URBANA EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES: UM PROJETO POLÍTICO 1930-50.**

Heloiza de Cacia Manhães Alves

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como parte das exigências para obtenção do título do Doutor em Sociologia Política.

Orientadora: Profa. Dra. Lana Lage

Campos dos Goytacazes

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

037/2013

A474 Alves, Heloiza de Cacia Manhães.

A elite local e a modernização urbana em campos dos goytacazes : um projeto político 1930-50 / Heloiza de Cacia Manhães Alves - Campos dos Goytacazes, RJ, 2013.

174 f. : il

Orientador: Lana Lage.

Dissertação (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2013.

Bibliografia: f. 137 - 149

1. Desenvolvimento Urbano – Campos dos Goytacazes (RJ) - História.
2. Elite (Classe Social) – Campos dos Goytacazes (RJ). 3. Poder Político.
I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 363.58098153

**A ELITE LOCAL E A MODERNIZAÇÃO URBANA EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES: UM PROJETO POLÍTICO 1930-50.**

Heloiza de Cacia Manhães Alves

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Aprovada em ____ de _____ de 2013.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Lana Lage da Gama Lima (Orientadora)

Prof^a Dra. Ismênia de Lima Martins

Prof. Dr. Cezar Honorato

Prof. Dr. José Maurício Saldanha Alvarez

Prof. Dr. Sérgio de Azevedo

Prof. Dr. Hugo Borsani

À minha mãe, pela vida em conta gotas, aguardando a realização de um sonho.

À Lucy e Guarasil (in memoriam), pelas longas conversas sobre a cidade, o espaço revelado nas lembranças da praça São Salvador à Rádio Cultura, uma memória.

Para Bianca e Bárbara pela chegada, por representarem uma certeza de esperança e de um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Produzir uma tese é algo muito dispendioso, horas de silêncio em diálogo com a tela do computador, energia saindo pelos poros, cansaço, mas também, é muito gratificante. É um trabalho, ao mesmo tempo solitário e solidário. Para que ele existisse, tendo forma e cor foi necessário o apoio, compreensão dos muitos amigos e familiares.

Assim, é hora de agradecer.

Aos amigos do LESCE - UENF, ao Hugo Borsani, Wânia Mesquita, Márcia Leitão, Hamilton Garcia pelo apoio e solidariedade nas horas mais amargas, na certeza de que valia a pena produzir uma tese e, notadamente, a Luciane Soares por compartilhar a busca no compreender a cidade de Campos dos Goytacazes, local onde nasci e onde foi criada a UENF; o suporte dado por todos conjuntamente contrabalançou os contratempos da greve e mudanças no calendário escolar.

Ao Gustavo, pelo incentivo e apoio constante, sendo ele o secretário de todas as horas, capaz de “quebrar galhos”, os mais pesados e difíceis.

Aos bolsistas do NEEV/InEAC, Suellen, Bernardo, Mariana, Luana e Leonardo pela ajuda irrestrita nos momentos do desfazer os nós da burocracia e o *layout* final do trabalho.

Ao Nilo, colega de curso, companheiro das agruras do se fazer uma tese, pelo apoio constante, apostando no tema e nos caminhos da investigação.

Ao Paulo, colega que chegou “agorinha” e que trouxe na bagagem solidariedade e presteza na produção dos gráficos.

Ao Genilson por ceder informações preciosas nas elucidações da trama política e urbanística da cidade, pelo auxílio na digitalização final das fotos.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós - Graduação em Sociologia Política, participantes dessa caminhada, pela acolhida.

Ao Cezar Honorato e a Ismênia, que gentilmente aceitaram fazer parte da minha banca, desde a defesa do projeto até a arguição final da tese, meus agradecimentos mais profundos pela compreensão, apoio incondicional nessa longa caminhada no decifrar os enigmas da cidade e da política, notadamente pelas indicações bibliográficas e valiosas críticas, peças importantes no amadurecimento e concretização da temática.

Ao José Maurício Saldanha, Hugo Borsani, Sérgio Azevedo pela leitura e sugestões quando da defesa final.

A Lana Lage, minha orientadora, colega, amiga e por que não irmã, por acreditar em mim e entender “minha cachaça”- a cidade de Campos dos Goytacazes. Compartilhar comigo o trabalho de detetive nas investigações das tramas e tessituras do cenário urbano, bem como, os dilemas e embates da política, foi desafiador e gratificante.

Ao Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes, o Carlos Freitas, a Larissa, a Rafaela e demais funcionários, pelo auxílio no acesso a documentação.

Ao Dr. Wellington, por ter franqueado seu acervo documental sobre a cidade, generoso em contribuir na efetivação desse trabalho.

A Isabela e Romeu, pelo bate papo extremamente produtivo no verão de Grussaí, ali pude então esclarecer os liames das relações entre Getúlio Vargas, Amaral Peixoto e a elite agro-industrial açucareira, bem como, por possibilitar um encontro com Eduardo Nogueira, possuidor de um rico acervo fotográfico sobre a Usina do Queimado.

Enfim, a minha família, pela compreensão das ausências, pelo suporte nos momentos difíceis, no providenciar condições cotidianas de sobrevivência, com afeto e serenidade, ai vai Mauro e César meu caloroso abraço.

A Claudia, minha amiga, ouvinte das dores e alegrias, que ao longo desses anos tem acompanhando essa luta – como fazer uma tese -, pela paciência, carinho e fé, acreditando que era possível, eu, enfrentar “dragões” e chegar ao ponto final, tendo Kiko a esperar por carinho e atenção.

A Lucy e Guarasil, que já não é presença e, sim, memória. Lembranças de andanças decifrando a cidade além, de terem sido o ombro amigo na superação de obstáculos no trilhar os caminhos da Academia.

Por fim e não menos importante, a Bianca e Bárbara, pelos momentos de alegria e bem-aventurança, em tempos estressantes permeados por dúvidas “será que valia a pena” e, muito cansaço, acreditando que é possível ter sonhos e lutar por eles.

A todos, meu muito obrigado e um grande abraço. Saravá!

RESUMO

O trabalho inscreve-se nas reflexões sobre reformas urbanas e poder político A modernização urbana de Campos dos Goytacazes, entre os anos 1930 e 1950, se constituiu num empreendimento estrategicamente pensado pelas elites locais, com intenções muito específicas - a busca da afirmação de Campos como metrópole regional, centro político hegemônico no cenário fluminense. É recorrente o discurso de que a tradição de um passado de riqueza e esplendor e a participação nos acontecimentos econômicos, políticos, sócio-culturais da região Norte-Fluminense e do país qualificaria o município para o exercício da dominação no Estado do Rio de Janeiro. Assim que, as mudanças no espaço urbano tinham por objetivo habilitar a cidade para abrigar a capital do Estado, projeto proposto já nos anos 1890, retomado na gestão de Salo Brand, prefeito indicado por Amaral Peixoto, nos anos 1940.

ABSTRACT

The research fits in with the reflections on urban reforms and political power The urban modernization of Campos dos Goytacazes, between the years 1930 and 1950, constituted an undertaking strategically designed by local elites with very specific intentions - the pursuit of the claim Campos as regional metropolis, center hegemonic political in the Fluminense scenario. It is often the discourse that the tradition from a past of wealth and splendor and the participation in economic events, political, socio-cultural of the region Norte-Fluminense and country would qualify the county for the exercise of domination in the State of Rio de Janeiro. Thus, the changes in urban space aimed to enable the city to house the state capital, this project was proposed already in the 1890s, taken up in Salo Brand management, mayor indicated by Amaral Peixoto, in the 1940s.

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Mapa de Campos em 1920 -----	12
Figura II - Expansão da indústria açucareira -----	25
Figura III - Gráfico do crescimento populacional de Campos dos Goytacazes 1872-1920 -----	30
Figura IV - A arrecadação do município de Campos em 1917 -----	69
Figura V - Quadro político administrativo -----	91
Figura VI - População urbana de Campos dos Goytacazes 1920-1950 -----	95
Figura VII - Planta da cidade de Campos dos Goytacazes -----	102

ÍNDICE

INTRODUÇÃO -----	7
CAPÍTULO I - O Espaço Urbano e a Modernidade -----	18
1.1 - A cidade e a modernidade: algumas reflexões -----	19
1.2 - Intervenção urbana e modernidade -----	21
1.3 - Campos dos Goytacazes: a cidade moderna -----	23
CAPÍTULO II – Elites e Modernidade Urbana -----	36
2.1 - O nilismo e as elites em Campos dos Goytacazes: 1890-1930 -----	43
2.2 - Reformas urbanas e elite: Campos - capital (1890-1930) -----	54
CAPÍTULO III – Reformas Urbanas e Política nos anos 1930-50 -----	76
3.1 - A revolução de 1930 e seus reflexos em Campos -----	79
3.2 - O Governo de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro e sua repercussão em Campos dos Goytacazes -----	82
3.3 - Amaralismo e elite política em Campos -----	87
3.4 - Salo Brand: urbanização e poder político em Campos -----	94
3.5 - O Plano Urbanístico Salo Brand -----	99

3.6 - O Papel das Imagens no Projeto Campos-capital -----	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	132
FONTES -----	122
BIBLIOGRAFIA -----	137
ANEXOS -----	150

INTRODUÇÃO

“(...) descobri uma cidade que as fotografias e a iconografia mostravam que existiu e havia desaparecido, foi a gota d’água(...). Descobri, então, que não era eu que tinha escolhido a cidade como tema, mas ela que me escolhera como mais um figurante de seu samba-enredo” (PECHAMAN: 2002).

Assim, como Pechman (2002) descobri Campos dos Goytacazes, da minha infância, em longas caminhadas em busca de vestígios das tantas transformações por que passara a cidade em ruas, praças, prédios, antigos casarões. A cidade que conhecera foi desaparecendo no tempo, já não havia mais a pensão da Vó Bibi, o teatro Trianon, o prédio da Rádio Cultura, a Praça São Salvador. Restavam apenas fotografias, lembranças do que existira e, uma sensação de algo perdido. O cenário urbano do passado e sua essência permaneceram em mim e virou tema de pesquisa. Nos anos 1990, no Mestrado, busquei entusiasticamente estudar “cidades” na ânsia de compreender a cidade onde nascera, sua estrutura, funções, idéias, enigmas. Assim me vi diante de uma questão – cidade e política. À medida que ia me aprofundando nas leituras e nas idas aos arquivos, o espaço urbano era representado como espaço de poder pela elite local.¹

Assim, o objeto da investigação ia adquirindo forma e vinha carregado de indagações; que projetos foram formulados e com quais intenções, quais eram os interesses econômicos e políticos dominantes. As respostas levaram-me a uma análise das reformas urbanas como projeto político da elite em busca da capitalidade² para Campos nos anos 1890-1930, as mudanças no cenário urbano se processaram no contexto do ideário de modernidade dominante no país. Enfim, tornar a cidade a vitrine da modernidade se constituiu em estratégia da elite local em busca de projeção política no âmbito regional, estadual e nacional.

¹ O conceito de elite é aqui considerado segundo a teoria das elites; conceito esse explicitado no capítulo II, em que toda sociedade existe um grupo de pessoas que direta ou indiretamente goza de privilégios e participam do poder em contraposição a uma maioria que dele está privado. Utilizo o conceito no plural (elites) e no singular (elite) dando ênfase ao pequeno grupo de pessoas que tinham proeminência na sociedade campista, exercendo funções e/ou cargos de poder. Ver Bobbio et all. (1998); T. B. Bottomore (1974); Grynszpan (1999).

² Estou adotando o conceito de capitalidade por entender que Campos no hinterland açucareiro fluminense ocupava a posição de capital regional, assim era detentora, dos signos sustentadores do projeto defendido pela elite local, o de dotar a cidade de condições de sediar a capital do estado. Ver definição do Rio de Janeiro no seu percurso de capitalidade em Alvarez (2000, p.290-291), Motta (2000).

O diálogo com o tema não se esgotou com a publicação da dissertação, em 2009 com o título *A Sultana do Paraíba: Reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes 1890-1930*, pelo Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Ao contrário se transformou em certeza, minha vida acadêmica se centrava nos estudos urbanos, notadamente na história local. (MARTINS, 1997). Os rastros da cidade de outrora ainda permaneciam em fotografias e em minha memória e, havia questões a serem respondidas. O projeto político de modernização urbana, proposto pela elite local, fora efetivado, os objetivos foram alcançados, notadamente a capitalidade para Campos? Interrogações que me direcionaram a novos rumos na pesquisa, no Doutorado.

Observei que o projeto de reformas urbanas como desdobramento da ação política da elite campista era retomado nos anos 1930-50. Projeto recorrente, dar a cidade uma nova imagem, transformá-la na vitrine do progresso, tal como no passado se apresentava como emblemático, notadamente na gestão do prefeito Salo Brand, nos anos 1940 e que tinha sido indicado pelo interventor do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. Embora não sendo um político campista, Salo Brand logo procurou manter boas relações com as elites locais.³ Vai servir de interlocutor na defesa dos interesses do município junto ao Estado e ao governo federal. As constantes visitas de presidente Getúlio Vargas e o interventor Amaral Peixoto, ao município de Campos expressavam a importância política de Salo Brand e de Campos no Norte Fluminense.

Enfim, esse trabalho analisa as reformas urbanas na cidade de Campos dos Goytacazes nos anos 1930 -1950, como resultado de um projeto político das elites. É nesse período que ocorrem mudanças na geografia urbana, notadamente nos anos 1940 com o Plano Urbanístico Salo Brand. Tentar entender esse processo levou-me aos anos 1890-1930, período que as elites campistas discutiram a modernização da cidade, segundo o ideário do progresso/civilização, como condição *sine qua non* para a sua maior projeção política no Estado do Rio de Janeiro.

³ Salo Brand não tinha raízes políticas em Campos, entretanto é interessante observar que enquanto judeu mantinha relações com a colônia judaica de Campos, que era bastante expressiva, em 1940 havia 157 israelitas, além de que seu pai Max Brand, comerciante, mantinha um grande número de fregueses em Campos, visitando então constantemente a cidade. Entendo que, essas relações contribuíram para um perfeito entrosamento do prefeito com a elite política e cultural campista, pois manteve junto com sua esposa uma intensa vida social e cultural da cidade, das reuniões da Academia Campista de Letras à frequência a festas, jantares, saraus promovidos pela elite, exemplo Julião Nogueira, proprietário da Usina do Queimado. Ver Wolff (1986) ; Carvalho (1991).

As reformas em Campos traduziram a busca por um modelo de cidade civilizada, projetado a partir dos símbolos do progresso e da modernidade, cuja expressão maior foi a remodelação e embelezamento do Rio de Janeiro durante a administração Pereira Passos, que teve reflexos entre a elite campista desde seus primeiros momentos,⁴ assim como, nos anos 1940, o foco de atenção da elite empenhada na modernização urbana de Campos foi o Plano Agache para a remodelação da cidade do Rio de Janeiro.

O Plano Agache foi elaborado no final da década de 1920 em decorrência da expansão da urbe. O crescimento da cidade se efetuou a partir de dois vetores: de um lado, a ocupação da área metropolitana, as zonas sul e norte, de forma intensa pelas classes média e alta, sendo dirigida pelo Estado e pelas companhias concessionárias de serviços públicos; de outro, os subúrbios cariocas e fluminenses, pelo proletariado, em número crescente que para ali se dirigiam. Entretanto, esse processo de ocupação não contou com o apoio do Estado ou de empresas de serviços públicos o que resultou na não incorporação da massa trabalhadora aos benefícios do usufruto de equipamentos urbanísticos. O espaço metropolitano, pois, vai crescer de forma ordenada, já o restante da cidade vai se expandir de forma desorganizada, sem regulamentação.

O aumento crescente de construções de forma desordenada levou o Prefeito do Distrito Federal, Antonio Prado Júnior, em 1927, a solicitar do Conselho Municipal uma dotação orçamentária para contratar uma firma especializada para fazer o levantamento aerofotogramétrico com vista a atualização da carta cadastral, datada de 1893, na administração Barata Ribeiro. Os serviços ficaram a cargo da firma inglesa Air Craft Corporation, que de forma parcelada acabou por entregar os trabalhos a partir de 1930. Buscando controlar a expansão urbana carioca, o prefeito com o auxílio do Rotary Club solicita créditos necessários e urgentes para a elaboração de um plano urbanístico para a cidade, sendo contratado o grupo de técnicos franceses sob a orientação de Alfred Agache.

⁴ A categoria cidade moderna é analisada dentro do discurso progresso/civilização como expressão do crescimento econômico, devido os avanços tecnológicos, materializados por obras de melhoramentos urbanos sob a forma de ferrovias, serviços de água e esgotos, pontes, luz elétrica, bondes, largas avenidas arborizadas. Cf. Nisbet (1985); Rocha (1983); Abreu (1988); Foot Hardman. (1988); Neves (1988); Benchimol (1992).

O Plano tinha por proposta transformar o Rio de Janeiro numa cidade monumental, com amplas avenidas, ruas pavimentadas e arborizadas com edificações de alto padrão. Objetivava ordenar e embelezar a cidade dentro de critérios funcionais, a preocupação era o de demarcar o espaço urbano de acordo com a posição social. Os melhoramentos seriam assim destinados a atender às classes abastadas, quanto aos operários de baixa condição, afastados do centro da cidade e diante das dificuldades de moradia foram forçados a ocupar as favelas. A proliferação das favelas se reflete no plano. Segundo Agache, seria inconcebível a permanência de favelas nas áreas nobres da cidade, estas deveriam ser erradicadas. Caberia ao Estado, portanto os custos de programas habitacionais que atendessem a essa parcela da população. “A necessidade de controlar o processo de reprodução da força de trabalho, asseguraria também a separação espacial das classes sociais preconizada no plano” (ABREU, 1988, p.87)

O plano propriamente dito não foi implantado, porém várias obras por ele sugeridas foram realizadas na cidade, no governo varguista. A remodelação urbana vai servir, pois de inspiração para Campos. Em 1942 se observa um amplo debate pela imprensa sobre a necessidade de um plano de remodelação urbana para a cidade e “será entregue ao competente engenheiro Agache. A planta a ser levantada depois de uma série de estudos entrará numa execução lenta da administração municipal” (Jornal Folha do Comércio: 4-01-1942). Há de se considerar que, nesse ano, a municipalidade é dirigida pelo prefeito Salo Brand.

Assim, na compreensão das reformas urbanas em Campos e o projeto de capitalidade se faz necessário percorrer um longo caminho, a começar pelo entendimento da espacialidade da cidade e as relações estabelecidas pela elite local.

Para desenvolver a pesquisa, parti da reflexão de campo e cidade como representação construída historicamente e que apesar das diferenças mantém uma rede de relacionamentos e decisões (WILLIAMS, 1989). Estou entendendo, portanto o espaço urbano em Campos, não como algo dado, mas como uma construção permeada pelo mundo rural estando em constante interação com este último. Considerei então como definidor do urbano;

“A percepção urbana é uma prática cultural que concretiza certa compreensão da cidade e se apóia, de um lado, no uso urbano e, de outro,

na imagem física da cidade, da praça, do quarteirão, da rua, entendidos como fragmentos habituais da cidade" (FERRARA, 1988, p.3).

A partir da análise das condições físicas da cidade, construí os limites urbanos de Campos, considerando seus dois pólos de irradiação: a Praça S. Salvador e o rio Paraíba do Sul. A primeira é o centro da vida social, comercial, política e cultural; já o rio Paraíba do Sul corta a cidade, servindo de via de comunicação com os municípios vizinhos. Desses dois pólos é que saem as principais ruas; partindo deste centro é que a cidade se expande, embora essa expansão não tenha significado uma ruptura com o campo, já que a proximidade dos canaviais traz a paisagem rural para a urbe.

O espaço urbano, já na primeira metade do século XIX, se define pelo quadrilátero central e ruas adjacentes. No processo de remodelação da geografia urbana, o núcleo citadino foi se alargando com a incorporação de áreas como; a rua das Covas d' Areia, o Capão, a usina do Queimado, a Beira-Rio até a Estação de Águas, a rua dos Goitacazes, impulsionadas pelo desenvolvimento econômico da região. Podemos observar o crescimento da cidade, tendo em vista três vetores; avenida Beira-Rio, a avenida Beira Valão e o Passeio Municipal (hoje Avenida 28 de Março).

O aumento da riqueza determinada pelo dinamismo econômico impôs a ampliação do centro urbano (mapa 1) contribuindo no surgimento de novos segmentos sociais e novos serviços, indicativo da premência de outorgar ao espaço os símbolos materializadores do progresso alcançado. Dotando a cidade dos artefatos materiais da modernidade, como serviços urbanos, suntuosos edifícios, amplas avenidas e saneamento - higienização, a elite construía os símbolos da cidade civilizada.



Figura 1 - Mapa de Campos em 1900 – Biblioteca Nacional

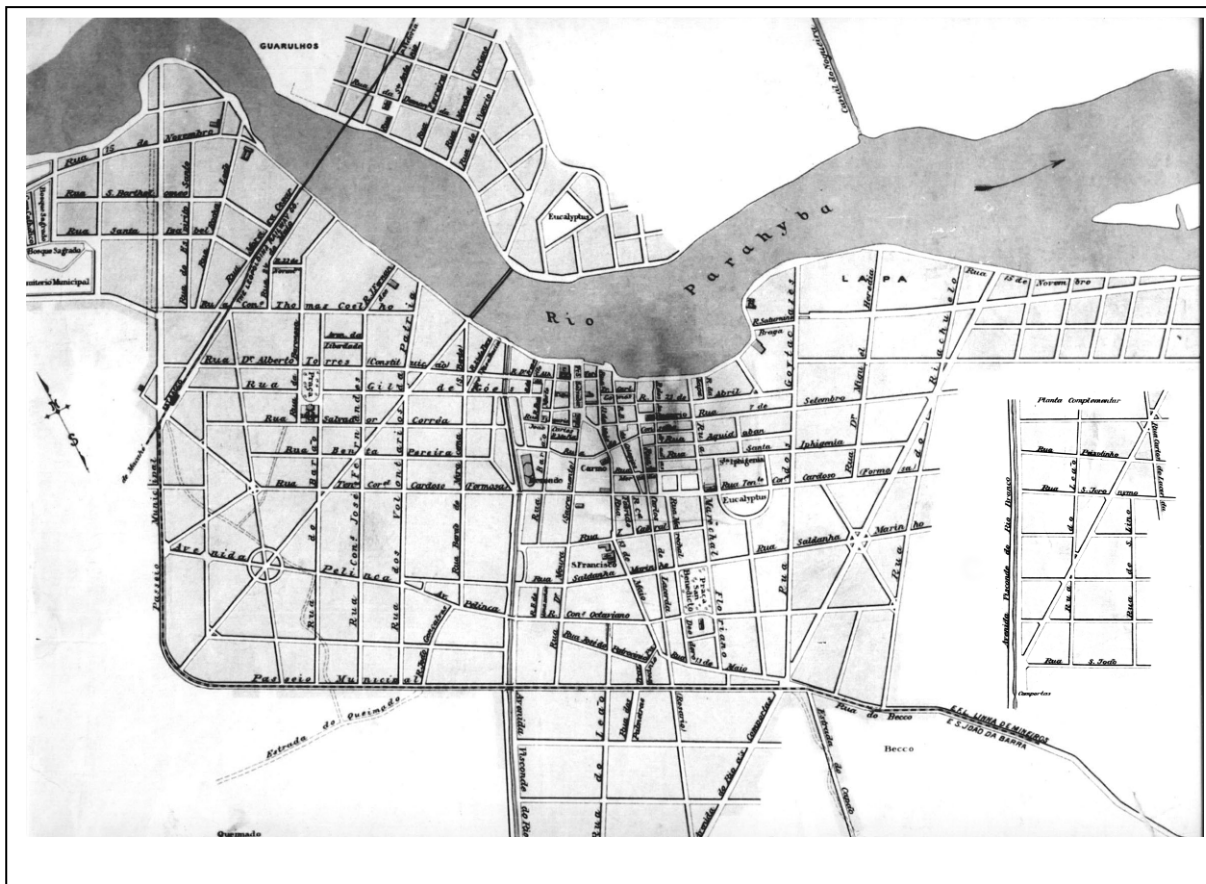


Figura 2 - Mapa de Campos em 1920 – Biblioteca Nacional

Tal projeto era defendido pelos homens de negócio, atuantes na Associação Comercial e Câmara Municipal. Atentos ao conceito de civilização e modernidade urbana, a elite via a questão sanitária-higienista como ponto de partida para as reformas. A pobreza e o atraso se associavam à insalubridade. Dessa forma, o redesenhar urbano refletiria os anseios dessa elite - o de construir a cidade vitrine fluminense.

Adotando uma estética toda própria e normas reguladoras altamente discriminatórias e elitistas, ela via a remodelação urbana também numa perspectiva política. Estradas de ferro, bancos, largas avenidas, bairros arborizados, lojas chiques, teatros, empresas urbanas expressavam os ideais das lideranças políticas municipais, o de buscarem firmar suas máquinas eleitorais no plano regional/estadual. A construção de uma imagem de cidade moderna se constituiria na credencial para uma participação mais efetiva nas diretrizes econômicas e políticas no Estado e, quiçá para sediar a capital fluminense, consolidando a importância política do Norte-Noroeste do Estado.

Tal perspectiva levou-me a fazer um estudo dos reflexos da atuação das elites políticas campistas e os projetos de reformas urbanas objetivando a capitalidade para Campos, nos anos 1890/1930, em virtude de Nilo Peçanha ter exercido a hegemonia na

política fluminense.⁵ Esse período é pontuado por discussões sobre a mudança da capital de Niterói para outro município fluminense, mais distante da capital federal e, portanto, das contendas da política nacional e menos vulnerável a ataques militares, como os ocorridos durante a Revolta da Armada. É marcado também pela política de embelezamento e saneamento urbano de Campos, dentro dos parâmetros estéticos da cidade moderna - civilizada, entendida como condição para almejar a capitalidade.

Num segundo momento busquei analisar projetos de reformas urbanas e as tentativas reivindicatórias de Campos tornar-se capital do Estado, nos anos 1930-1950, período em que se verificam mudanças da política estadual/nacional decorrentes da Revolução de 1930 e da subida de Getúlio Vargas ao poder, particularmente durante a interventoria de Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro e seus reflexos no projeto político das elites para Campos.

Portanto, proponho examinar as reformas urbanas em Campos em sua interação com a história política, o que se justifica pela renovação desse campo de estudo, abrindo novas possibilidades de abordagem. A história política tem merecido da historiografia mais recente maiores atenções. Como ressaltou Jacques Julliard, a produção historiográfica no campo da política reduzia-se “em enfiar no fio de um tempo maravilhosamente liso e homogêneo os acontecimentos-pérolas de todos os calibres: batalhas e tratados, nascimentos e mortes, reinos e legislações” (LE GOFF; NORA, 1988, p. 181).

Fatores decisivos na renovação da história política, foram a rediscussão dos conceitos clássicos e a percepção de novas abordagens. Nomes como, Charles Seignobos, André Siegfried, François Goguel, Alain Lancelot, Albert Thibaudet, Georges Weill, Marcel Prélot, Jean – Jacques Chevalier abriram caminhos para o desenvolvimento de pesquisas envolvendo as origens da sociologia eleitoral, comportamentos eleitorais, a cultura política, o estudo das instituições e partidos políticos, idéias políticas. A diversidade de temas e o contato com outras ciências

⁵ A conjuntura política foi altamente favorável pela atuação de Nilo Peçanha e seus correligionários nos planos federal, estadual e municipal, constituindo um momento de consolidação do nilismo e da explicitação das pretensões de lideranças nilistas de Campos no encaminhamento da política estadual, daí a recorrência do projeto Campos como capital do Estado do Rio de Janeiro.

sociais, além de trocas com outras disciplinas se constituíram, pois, em uma necessidade.

“È impossível para a história política praticar o isolamento: ciência - encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela o ar de que ela precisa para respirar” (RÉMOND, 1996 p.29).

Enfim, foi a partir dos anos 60, que a história política ganhou prestígio, notadamente pela renovação da História a partir do diálogo com outras disciplinas, como a Ciência Política, a Antropologia, a Sociologia, a Psicanálise, a Demografia, a Lingüística. A interdisciplinaridade abriu a História para novos métodos e técnicas de investigação, como também para a construção de novas abordagens, que incluíram a História Política.

O ponto inicial nesse processo de renovação da história política partiu da Fundação Nacional de Ciências Políticas e da Universidade de Paris X-Nanterre, que aglutinou especialistas de matizes diversos, como René Remond, Serge Berstein, Michel Winock. É bem verdade que historiadores como Le Goff e Jacques Julliard sempre demonstraram profundo interesse pela história política. Criticando a visão tradicional, reconheciam a importância da História Política, desde que com outro enfoque, que problematizasse os fenômenos políticos (LE GOFF; NORA, 1988, p. 182).

O interesse pela história política vem-se ampliando, ao longo dos anos, principalmente a partir dos fins dos anos 80, quando ganha novos enfoques de análise⁶ com trabalhos dando ênfase, no campo político, ao estudo do imaginário, do simbólico, da tradição. Nesse particular, sobressai Raoul Girardet cujo trabalho situa-se “fora do campo tradicionalmente atribuído às curiosidades e às pesquisas da ‘história das idéias’, é uma tentativa de exploração de uma certa forma de imaginário - o imaginário político” (GIRARDET, 1987, p. 10/11).

“(…) praticamente não há hoje muitas realidades da nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais. Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais

⁶ Cf. Julliard (1988), onde o autor analisa as diversas formas vistas pela historiografia sobre a história política. Ver ainda a discussão desenvolvida por Ferreira (1992); Alves (1996); Chicharo (1995).

globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa” (RÉMOND, 1996 p.36).

A História Política passou então a ser olhada pelos estudiosos como elemento importante na explicação do todo social, destacando na historiografia brasileira, o trabalho de José Murilo de Carvalho, que discute o imaginário político na Primeira República a partir da análise das complexas relações entre o mental e o político (CARVALHO, 1990).

Ressalta-se também a abordagem de Marieta de Moraes Ferreira sobre a elite política do estado do Rio de Janeiro (1994), fundamental no entendimento do nosso objeto de análise. A autora analisa o sistema político na 1ª República a partir da revisão do papel das oligarquias de Minas e São Paulo como eixo dominante, refletindo sobre a atuação das oligarquias de segunda grandeza – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – e a sua tentativa de compor um centro alternativo de poder. Propõe:

“discutir a fragmentação das elites políticas fluminenses e detectar os fatores responsáveis pelas dificuldades para a construção de acordos políticos internos que permitiriam a articulação e a defesa dos interesses do estado do Rio no contexto do federalismo brasileiro. (...) o que orientou esta reflexão foi a constatação de que as elites fluminenses, desde o início da República, eram portadoras de uma permanente sensação de perda em relação a uma posição anterior e, em função disso, se dedicavam a construir projetos de recuperação de uma “Idade de Ouro” localizada no passado cafeeiro e imperial” (FERREIRA, 1994, p.7/10).

As considerações desenvolvidas por Marieta me permitiram uma investigação mais cuidadosa sobre a atuação da elite campista, possuidora de um passado de grandeza, de opulência, de uma “Idade de Ouro”⁷ que, nos anos 1930- 1950, ainda se fazia presente em Campos, de forma contundente, visto que o modelo de modernidade urbana é lido e relido, em momentos históricos diversos, pela elite local com o objetivo de obter a capitalidade e uma inserção mais incisiva no cenário político regional/estadual (ALVES, 2012).

⁷ Categoria aqui usada para explicitar o projeto das elites de busca do retorno da grandiosidade de um passado de riqueza e prestígio social e político. Girardet (1987) Alves (2012).

Enfim, o estudo da modernidade urbana e de seu viés político representa uma contribuição para o entendimento das intenções políticas e interesses das elites nos projetos de desenvolvimento para a região Norte Fluminense na contemporaneidade. Investigar a ação política das elites e suas relações com o poder municipal pode contribuir para o esclarecimento dos jogos de poder, tanto no nível local, como numa esfera mais ampla, ajudando a compreender, hoje, o comportamento dos setores dirigentes locais nos processos políticos.

A opção pela temática é justificada também pelo fato da maioria dos trabalhos historiográficos terem como abordagem a agro-indústria açucareira, a questão agrária, a escravidão e abolicionismo. Ressaltam-se, aí, os trabalhos de Lana Lage da Gama Lima, Delma Pessanha Neves, Maria Emilia Prado Marchiori, Scheila Siqueira de Castro Faria, Silvia Hunold Lara, além de estudos desenvolvidos por pesquisadores diletantes, memorialistas, como José Alexandre Teixeira de Mello, Alberto Lamego, Júlio Feydit, Alberto Ribeiro Lamego, Horácio Souza, Hervé Salgado Rodrigues. Todas essas leituras contribuíram para uma maior compreensão da complexidade da questão urbana em Campos, notadamente no que se refere ao papel exercido pelos comerciantes e empresários, membros da Câmara Municipal, diversas associações como a Associação Comercial e empresas, na remodelação da cidade.⁸

Entendo que a riqueza econômica da região e a construção da cidade moderna como importante metrópole regional levaram as elites, em diferentes momentos com interesses diversos, a pleitearem para a região uma posição política mais proeminente correspondente à sua importância econômica por meio da criação de uma nova unidade administrativa, com capital em Campos e, também, a capitalidade para Campos. Projetos recorrentes nas representações políticas das elites.

Na viabilização da pesquisa, foram utilizadas fontes de natureza diversas, que já haviam sido levantadas, em sua grande maioria, durante a elaboração de minha Dissertação de Mestrado. Dentre essa documentação, podemos destacar a documentação produzida pela Câmara Municipal, como Atas, correspondências com o governo do Estado do Rio de Janeiro, Relatórios. A leitura e análise dessas fontes permitiram mapear quais os segmentos sociais e econômicos que compunham a elite política e qual

⁸ Ver Lima (1981); Marchiori (1986; 2000); Castro Faria (1986; 1998); Neves (1991); Lara (1998); Alberto Lamego (1943); Mello (1881); Feydit (1979); Lamego Filho (1974; 1934); Sousa (1985); Rodrigues (1988).

sua ação dentro da Câmara Municipal, como também seu grau de participação nos projetos de remodelação urbana e desenvolvimento regional, além dos debates e conflitos a nível político.

Podemos destacar ainda a documentação produzida pela Assembléia Legislativa do Estado (ALERJ), onde pude analisar o grau de importância dos representantes de Campos nas discussões na Câmara Legislativa. Também a leitura dos jornais, Monitor Campista, A Gazeta, Folha do Comércio e a Notícia de grande valia na identificação das discussões travadas pela imprensa sobre as reformas urbanas e o projeto de Campos sediar a capital do Estado do Rio de Janeiro. Utilizei ainda os relatos de viajantes que circularam pela região que com bastante clareza não puderam deixar de notar a modernidade urbana. Ainda como fontes complementares, os relatórios, anuários, boletins, obras de memorialistas que se referiam ao desenvolvimento de Campos e região nos anos 1855/1950, que, cruzadas com as informações bibliográficas nos permitiram traçar um quadro referencial definidor dos contornos de um projeto político para Campos, por parte da elite dominante, afinado com a ótica da representação de uma cidade moderna, com expressiva importância no cenário econômico, político, social e cultural fluminense.

Não menos importante foi uma leitura da documentação produzida pelo CPDOC, notadamente o Dicionário Histórico Biográfico dos políticos fluminenses, importante como ferramenta na construção de trajetórias políticas da elite campista.

Por fim, dialogamos com uma bibliografia sobre o governo Amaral Peixoto, sugerida pela Banca de Qualificação, bastante proveitosa no elucidar as tramas da política e do poder. Igualmente valiosos também foram os mapas e fotografias em que pude observar o ritmo das mudanças urbanas, além da Revista Ilustrada Planície, matriz no entendimento da sociabilidade da elite campista e do prefeito Salo Brand, bem como, o entendimento de um discurso imagético na construção da representação da modernização urbana como projeto político da elite local.

A partir do exposto acima, o trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro ocupa-se da análise das cidades como campo de estudo, notadamente no pós Revolução Industrial e a conseqüente implantação da sociedade capitalista burguesa. Nesse processo busco delimitar o espaço urbano de Campos, seu processo de expansão,

marcadamente pós-1870, período em que se deslancha a construção do modelo de urbanização. A cidade adquire os artefatos do progresso, transformando-se na vitrine da modernidade, por toda a Primeira República, atingindo seu auge na década de 1940.

O segundo trata da análise do conceito de elite, enfatizando a complexidade de formação da elite campista. Busco assim, discutir a modernidade como conceito emblemático na configuração da elite econômica e política em Campos a partir das relações entre fazendeiros e comerciantes. Dessa forma, procuro analisar a recorrência, no imaginário das elites, da busca da modernidade em função da tradição de um passado de riqueza e esplendor. A recorrência de uma “Idade do Ouro” pela elite se apresenta como vetor justificador do projeto de capitalidade para Campos.

No terceiro priorizei o governo Amaral Peixoto e suas relações com o norte fluminense, notadamente através da gestão de Salo Brand, como prefeito de Campos. Busco analisar o Plano Urbanístico Salo Brand para a cidade, que retoma caminhos traçados com o projeto de reurbanização do prefeito Luiz Sobral em 1920, na busca das chances reais de Campos se constituir numa metrópole moderna e sediar a capital do estado do Rio de Janeiro.

Por fim, a opção pelos anos 1930-50 se evidencia por se constituir num momento de prosperidade econômica e social, decorrente do desenvolvimento da agroindústria açucareira e produção do álcool e em virtude dos novos rumos da política. A ação do Estado intervencionista na região levou a uma retomada da opulência das usinas/usineiros, que constituíam uma elite dependente dos favores do Estado, que busca expressar sua importância econômica e política pleiteando a capital do Estado para Campos.

CAPÍTULO I - O Espaço Urbano e a Modernidade

“A cidade é medida pelo seu espaço e os acontecimentos (...) se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata, contém o passado como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas (...) cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.”
(Ítalo Calvino. Cidades Invisíveis.)

O estudo do espaço urbano de há muito faz parte de minhas inquietações, o entendimento do espaço da cidade se define pelos usos das diferentes áreas, como o centro da cidade, locais de concentração das atividades comerciais, de serviços, das atividades administrativas, áreas de residências diferenciadas pelo conteúdo social, locais de lazer além de outras importantes no processo de expansão. Enfim, o interesse em conhecer a cidade decorre do fato dela se constituir em um lugar onde vive uma parcela crescente da população, também por ser o lócus da exploração capitalista e dos conflitos de classe. O espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado. (CORRÊA, 1995)

Assim que, o desenvolvimento das cidades e as mudanças nas formas da vida urbana impõem uma reflexão e a cidade de Campos dos Goytacazes apresenta-se como importante lócus de investigação por constituir um centro regional importante no norte do Estado do Rio de Janeiro, e por ter sido, no passado, portadora de uma significativa pujança econômica que se refletiu no seu processo de urbanização.

1.1 - A cidade e a modernidade: algumas reflexões

A temática “cidades” é tão sugestiva quanto ampla e sua abordagem é complexa, tendo um caráter multidisciplinar. Estuda-se a cidade em diferentes ângulos; história, geografia, economia, sociologia, antropologia, ciência política, artes e arquitetura. Portanto, seu conhecimento não é um fato novo, merecendo ao longo do tempo grande atenção de estudiosos que buscam refletir sobre seu significado, suas formas de ordenamento e o próprio desenvolvimento de uma vida cidadina (GOITIA, 1996). Entretanto, é com a Revolução Industrial que a cidade adquire um novo conceito, é o lugar da aglomeração, das constantes trocas, onde os valores estéticos, morais, sociais se tornam subordinados à economia de mercado e a sociedade de consumo. Constituíam-se,

como um campo de investigação por autores, como Choay (1965), Benévolo (1967) e Reissmann (1970), reflexão esta marcada pelas novas estruturas sociais sobre a organização do espaço.

Em fins do século XIX e primeira metade do XX, o desenvolvimento urbano se efetiva em ritmo intenso e em larga escala; cidades como Liverpool, Manchester, Baltimore entre outras cresceram numa cadência inimaginável, invadidas pelo ruído das fábricas, pelo domínio da mecanização e a integração ao vasto mercado internacional do imperialismo capitalista o que lhes exigiu o aumento de mão de obra operária, um excedente de indivíduos, moradores dos subúrbios. Imperava a escassez de habitações sendo que, as existentes eram indubitavelmente sinistras e lúgubres. A cidade exigia de seus planejadores uma racionalidade espacial, estética dentro dos valores burgueses.

Segundo Hobsbawn (1982), as transformações no mundo moderno, traduzidas pela industrialização, a tecnologia, os novos meios de transporte e comunicação estruturadas no capitalismo e liberalismo, vão resultar em profundas alterações nas relações sociais, econômicas e políticas, refletindo no uso do espaço.

A cidade, sem sombra de dúvida, representava o mais impressionante símbolo do mundo industrial, permeada por novos hábitos e costumes e uma maior intensidade no ritmo do trabalho e da vida cidadina.

Para Berman (1987), a vida moderna exprimia uma atmosfera de timbres e ritmos peculiares identificadores de sua complexidade e riqueza, uma experiência marcada por agitação e turbulência, aturdimiento e embriaguês, o vazio de valores, a abundância de possibilidades, a experiência da desordem. Uma nova paisagem altamente desenvolvida, com equipamentos de comunicação em escala cada vez maior, Estados nacionais cada vez mais fortes e empresas multinacionais de amplo capital, movimentos sociais de massa que lutam contra a modernização imposta de cima para baixo, a expansão e dominação do mercado mundial, a devastação, o desperdício.

Essa singularidade do mundo moderno, decorrente do modelo de sociedade industrial capitalista, tendo como foco central a cidade é motivo de reflexão por pensadores e literatos modernistas, autores que debruçaram sobre as contradições da cidade moderna, local da produção e reprodução do capital, da embriaguês do novo à luta de classes. Marx, Engels, Benjamin, Simmel, Baudelaire e tantos outros.

Enfim, a modernidade assinala uma época. Berman (1987) estabelece a sua originalidade e força através da imagem “Tudo que é sólido desmancha no ar” da obra *O Manifesto Comunista* de Marx, frase que, segundo o autor, representa a expressão do grau de afinidade entre Marx e os modernistas e que retrata os traços característicos da moderna sociedade burguesa capitalista. Para ele Marx visualiza os tempos modernos na sua dimensão histórica, vê a classe operária como vanguarda da sociedade, é a luta de classe que propiciará mudanças dentro do processo revolucionário a partir da análise do próprio capitalismo, do desenvolvimento da burguesia e do proletariado. O capitalismo impõe um ritmo frenético à vida cotidiana moderna levando o homem a sentir que tudo a sua volta se dilui.

“ (...) a verdade é que, como Marx o vê, tudo o que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo. ‘Tudo o que é sólido’ – das roupas sobre nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas e corporações que os exploram, às vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo nações que as envolvem – tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas.” (BERMAN,1987 p.97)

No mesmo sentido, Engels na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1885) reflete sobre a ordem que se estabelece nas cidades inglesas industriais, determinadas pelos valores capitalistas burgueses, faz uma crítica sobre as condições dos bairros operários “infelizes feudos da mais sórdida miséria”, as ruas mal pavimentadas, com inexistência de esgotos, de arquitetura irregular, com números pátios e becos, com uma ausência total dos mais elementares meios de limpeza, razões que explicam suficientemente a grande mortalidade. Define a cidade como espaço da luta de classes, a cidade é o território das contradições sociais, de um lado bairros proletários e de outro, bairros burgueses (ENGELS, 1885, p.51).

Simmel, buscando analisar os dilemas da modernidade capitalista em sua obra *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito* (1903), considera a cidade como o espaço que traduz os problemas e desafios do homem moderno, o individualismo que impõe novos

comportamentos e conteúdos culturais, nas ações cotidianas, o indivíduo busca se adaptar às tensões da economia monetária e da sociedade de consumo.

Já Walter Benjamin, em seu livro *Paris capital do século XIX*, revela as inquietações do mundo moderno capitalista, racional, individualista, a partir das transformações ocorridas no espaço urbano com o advento da luz elétrica, dos bondes, das estações ferroviárias, dos grandes magazines, dos novos estilos arquitetônicos com ferro e vidro, as galerias como centros comerciais de mercadorias de luxo, a máquina, o frenesi do novo. A cidade se abre ao fetiche da modernidade. Paris é a capital do luxo e da moda e com Baudelaire é objeto da poesia lírica.

Em sua poesia, Baudelaire traduz o olhar de estranhamento do indivíduo sobre a cidade, é o olhar do flâneur, do observador tanto da cidade grande quanto da classe burguesa. Mas o poeta não se vê dominado por nenhum dos dois, é na multidão que ele se encontra.

“A multidão é o véu através do qual a cidade costumeira acena ao flâneur enquanto fantasmagoria. Na multidão a cidade é ora paisagem, ora ninho acolhedor. A casa comercial constrói tanto um quanto outro, fazendo com que a flânerie se torne útil à venda de mercadorias. A casa comercial é a última grande molecagem do flâneur.

Com o flâneur o mercado é centro de interesse da intelectualidade, no início como expectador mas, na verdade, em busca de um comprador.” (BENJAMIN IN KOTHE, 1991, p.39).

Paris também representa o ideal urbanístico de Haussmann no traçado das largas avenidas, na arquitetura, no caráter desumano da grande metrópole pela febre de demolições que toma conta da cidade e dos altos aluguéis, um mundo onírico dos salões de exposição, das galerias, centros de luxo, uma invenção do mundo industrial moderno (KOTHE, 1991)

Portanto, a paisagem urbana exprime as mudanças ocorridas nos séculos XIX e XX. A cidade se configura como local caótico, desordenado notadamente diante dos problemas sociais, a especulação imobiliária, as condições alarmantes de higiene dos seus habitantes, assolados por constantes epidemias. A cidade exige de pensadores, higienistas – sanitaristas uma maior preocupação (CHOAY, 1998).

O espaço urbano impõe discussões constituindo-se no foco de atenção dentro de um novo campo do saber, onde o discurso urbanístico tem seu lugar – a urbanização já não se estabelece como uma questão de organização do espaço físico da cidade, nesse momento aparece como um problema de saúde pública. Assim vários projetos de urbanização e saneamento vão ser apresentados e debatidos (CHOAY, 1992; PINHEIRO, 2011).

1.2 - Intervenção urbana e modernidade

Planos de intervenção em cidades com o propósito de embelezamento ou reconstrução do centro urbano não se apresentam como uma novidade do século XIX, já se observara em períodos anteriores, como exemplo a reconstrução de Lisboa no século XVIII pelo Marques de Pombal, Paris no século XVII, com a abertura da Place des Vosges (PINHEIRO, 2011).

Porém, no século XIX é que as reformas se manifestam com um caráter mais contundente em decorrência da instalação da moderna sociedade industrial capitalista. A população crescera num ritmo acelerado, nunca visto anteriormente, trazendo como consequência um cenário urbano marcado por freqüentes epidemias, além da desordem e miséria. Nesse momento, configuravam-se como instrumentos de melhoria da qualidade de vida urbana, as mudanças nas ruas e edifícios, a inserção dos novos meios de transporte, bem como a instalação de redes de esgotos buscando combater os “miasmas” com a abertura das habitações ao ar e a luz. Destruir os cortiços, mudar a estética das construções era a tônica e, fundamentalmente sanear os espaços públicos. Em suma, modernizar a cidade dentro do conceito de progresso e civilização era a preocupação das elites (PINHEIRO, 2011).

O projeto de reforma urbana marcante foi de Paris do 2º Império (1852-70) empreendida por Haussmann, a Paris das narrativas de Balzac, Victor Hugo. A cidade é concebida dentro de uma vasta rede de artérias cortando todo o território, dos bairros centrais mais densos e povoados às áreas periféricas onde a urbanização ainda estava por fazer. A estrutura espacial representa a cidade moderna feita de bulevares, avenidas e ruas largas sobrepondo às formas antigas, criando uma hierarquia entre as construções novas e as existentes. Paralelamente é instituída uma política de melhoramentos nos equipamentos urbanos, como o sistema viário, rede de esgoto, distribuição de água e gás, mercados cobertos, feiras, prefeituras, prisões, hospitais, espaços verdes. A cidade

velha, insalubre, perigosa desaparecia assegurada pela facilidade de circulação possibilitando a manutenção da ordem.

“As grandes obras expulsam da área central uma população modesta; e até indigente, que se aloja bem ou mal nas zonas mais deserdadas da cidade e nas aflúncias das fortificações. Enquanto que antes as diversas categorias sociais estão frequentemente no mesmo imóvel, elas encontram-se a partir de então separadas de maneira radical. A burguesia reserva-se alguns bairros, algumas ruas. O urbanismo de Haussmann induz à formação, numa parte da cidade, de um espaço da burguesia.” (HAROUËL, 1990, P. 113).

Enfim, esse conjunto de intervenções no espaço urbano haussmaniano suscitou reformas nas mais diversas cidades do mundo ocidental. Reformas estas que demandaram discussões, debates sendo alvo de artigos, teses, obras nas últimas décadas (SCHORSKE, 1990; VENTEO, 2011).

Há de se considerar que, o intenso fluxo de mudanças na sociedade ocidental moderna, ocorridas com o desenvolvimento da economia internacional capitalista, teve também seus reflexos no Brasil.

A abolição da escravidão e a instalação da República provocaram mudanças nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais do país com reflexos no espaço urbano. A presença de enormes contingentes de ex-escravos ao lado do grande número de imigrantes estrangeiros ocupando o mercado de trabalho nas cidades resultou numa alteração nos quadros hierárquicos e valores da sociedade, na medida em que o trabalho assalariado torna-se dominante e o mercado interno mais dinâmico. O país passou a ser dotado de uma infra-estrutura técnica mais aperfeiçoada pela melhoria dos portos, a instalação de ferrovias e novos artefatos urbanos.

Domina na sociedade o ideário de modernidade circunscrito a idéia de progresso e a um cosmopolitismo marcado pelo rápido avanço dos valores burgueses. A cidade exigia mudanças, uma nova configuração espacial; a expulsão das camadas populares do centro urbano e a conseqüente ocupação de bairros periféricos. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém, Santos e, outras vão se apresentar dentro de um novo cenário: as modas, os passeios, as praças, o higienismo e a saúde pública, as reformas sanitaristas.

Enfim, o cenário urbano e a modernidade, nos seus diferentes matizes, têm despertado interesses de pesquisadores brasileiros, das diversas áreas das ciências humanas. Tais trabalhos privilegiaram a análise das transformações urbanas e seus desdobramentos, como ROCHA (1983); FRITSCHL (1986); CARVALHO (1987); ABREU (1988); FOOT HARDMAN (1991); BENCHIMOL (1992); PECHMANN (ORG, 1994); CHALOUB (1996).

Trabalhos relevantes na elucidação de questões por mim propostas na pesquisa. Mas, uma linha de análise de grande valia nas minhas reflexões, foi o trabalho de Maristela Chicharo de Campos (1998) sobre a reforma urbanística de Niterói, em 1820, e sua vinculação com as relações sociais da cidade dentro de um projeto político das elites, como também, Pinheiro (2011) que investigando a cidade de Salvador e suas intervenções públicas nos anos 1912-16, busca em estudo comparado e, apropriando-se do termo *hausmannização*, discutir as reformas urbanas fazendo referência ao Rio de Janeiro e, através desta a Paris e a Europa.

Assim, o tema da modernidade e reformas urbanas tem se constituindo em meu foco de interesse, notadamente a cidade moderna como projeto político da elite, presente já no Mestrado na Universidade Estadual Fluminense – UFF, em 1991. Minha reflexão foi pautada pelo entendimento das relações entre o comércio e a formação de uma elite econômica e política em Campos dos Goytacazes, no período de 1890/1930. As elites locais entendiam que a modernização urbana, circunscrita nos símbolos do progresso e civilização, representava um desejo, o da dominação política no âmbito regional, estadual e quiçá nacional. As propostas de reformas urbanas se constituíram, pois, na expressão acabada do discurso dominante nos fins do século XIX e início do século XX, cujo objetivo era a obtenção da capitalidade para Campos e, assim, dominar a política fluminense.

O cruzamento das análises das reformas urbanas e os interesses políticos da elite em busca de maior projeção política no cenário fluminense ganha matizes novos no Doutorado por meio do estudo da imagem fotográfica como registro da modernização urbana, além da publicação do livro *Campos O Maior e o Mais Rico Município do Estado do Rio de Janeiro*, em 1939 e a *Revista Ilustrada Planície* que se constituíram em veículos de propaganda do progresso econômico, social, político e cultural do

município de Campos, credenciando a cidade para sediar a capital do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, um estudo da modernidade ganha relevância no entendimento da cidade de Campos, nos anos 1930-1950, notadamente a leitura do espaço físico e as intervenções remodeladoras na construção do modelo de cidade – capital enquanto projeto político. Impõe uma compreensão “das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do passado” (CALVINO, 1990).

1.3 - Campos dos Goytacazes: a cidade moderna

A cidade de Campos dos Goytacazes, desde os primórdios da colonização, se destaca por suas características singulares, tendo em vista a sua configuração espacial e cultural - a planície dos Goytacaz. Foi edificada, fora da faixa litorânea do território brasileiro, à margem direita do rio Paraíba do Sul, numa região geo-ambiental bastante peculiar, uma planície fluvial marinha de grande fertilidade. Toda essa área chamava atenção dos viajantes que aqui passaram, dada a presença de florestas esparsas, rios, muitas lagoas e brejos, além de terras de campinas e de lavouras. Esse espaço compõe a atual região norte – noroeste fluminense (SOFFIATI, 1997).

A região foi alvo de inúmeras disputas, já nos séculos XVI e XVII, entre colonizadores portugueses e colonos da terra, dada à fertilidade do solo e riqueza do seu *hinterland*, como observou Manoel Martinz do Couto Reys, em 1785. Já em 1652, Salvador Correa de Sá e Benevides funda a povoação de São Salvador. (LAMEGO: 1947).

O núcleo urbano vai crescer a partir de dois pólos de irradiação: a Praça São Salvador, núcleo da sociabilidade política e cultural e, o rio Paraíba do Sul que cortando a cidade representava a grande via de transporte de passageiros e mercadorias para os municípios vizinhos. Portanto, campo e cidade mantinham uma relação contínua, não havia uma delimitação e, sim um entrelaçamento (ALVES, 1995).

Há de se observar também a singularidade pelo fato dessa região representar uma importante área no processo de formação do Estado do Rio de Janeiro, se

constituiu numa das quatro primeiras zonas de ocupação.⁹ Teve sucessivas denominações: Capitania de São Tomé, Capitania de Paraíba do Sul, Capitania do Rio de Janeiro e Província do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro. Denominações tais que remetem ao processo de colonização e ao desenvolvimento da atividade açucareira (LAMEGO, 1947; SOFFIATI, 1997).

Em 1677 é edificada a vila de São Salvador dos Campos de Goytacazes, passando a ser administrada pela Câmara. Logo, tornou-se próspera graças ao dinamismo das exportações e expressivo número de moradores – 150 habitantes. Um século depois, já possuía dez ruas e oito travessas, com 1.106 casas, 98 sobrados e sete igrejas. Esta área urbana constituía o núcleo de uma região designada na época de “termo da vila”, que compreendia cinco freguesias: São Salvador, São Gonçalo, Santo Antônio dos Guarulhos, Nossa Senhora das Neves, Santa Rita e Nossa Senhora do Desterro de Capivari. Em 1737, havia 34 engenhos e engenhocas na região.

O comércio crescia, devido a uma grande exportação de carne salgada, couros, queijos, algodão e farinha para as áreas circunvizinhas. A pecuária ainda é dominante¹⁰, porém o açúcar gradativamente aumenta tendendo a sobrepujá-la, cresce a população rural, a divisão da propriedade e o aumento dos transportes (LAMEGO FILHO, 1974, P. 111).

A expansão da indústria açucareira nos séculos XVIII e XIX é marcante, como observamos na tabela abaixo;

⁹ A colonização da região remete às capitanias hereditárias que constituíram a divisão administrativa do território colonial implantada pelo governo português, em 1534. A capitania de São Tomé, doada a Pero de Góis da Silveira, a 13 léguas além de Cabo Frio e terminando no Baixo de Pargos, fazia divisa com a capitania do Espírito Santo, pelo rio Itapemirim, mediante acordo estabelecido com Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo em 1539. Pero de Góis inicia a colonização fundando, à margem sul do rio Managé (Itabapoana), uma povoação à qual dá o nome de Vila da Rainha, estabelecendo engenhos de açúcar. Tal empreitada, em 1546, fracassou. A capitania foi abandonada, até que, no século XVII, Gil de Góis tentou reativá-la, mas seu objetivo fracassou, o que o levou, em 1619, a abrir mão da capitania em favor da Coroa. A capitania da Paraíba do Sul permaneceu por longos anos esquecida. Em 1627, sete fidalgos, sabedores de seu abandono, requerem-na, a título de sesmarias. A fertilidade dos Campos dos Goitacases despertou a ambição do general Salvador Correa de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro, além de despertar interesses das ordens religiosas dos beneditinos, dos jesuítas e dos franciscanos. As disputas entre colonizadores e os da terra resultaram no movimento popular de 1748 e demarcaram a região. Ver Lamego (1947) ; Lamego (1974, P.134).

¹⁰ Entretanto, se a cultura canavieira, que marca até hoje a paisagem da região, predominaria como atividade econômica; foi, na verdade, o gado que permitiu a colonização da região, constituindo-se em atividade desenvolvida basicamente em regime de pequena propriedade com produção bastante significativa. Em 1748, foram exportadas 15.600 cabeças de gado bovino e 3.000 de gado cavalari para o Rio de Janeiro e Bahia, mas, já em fins do século XVIII, a produção açucareira ultrapassaria a pecuária e, no início do século XIX, a região importava gado de Minas Gerais Cf. Lamego (1947; 1974).

Expansão da Indústria Açucareira	
Campos dos Goytacazes	
<i>Ano</i>	<i>Engenhos</i>
1737	34
1750	50
1769	55
1778	113
1783	278
1819	400
1828	700

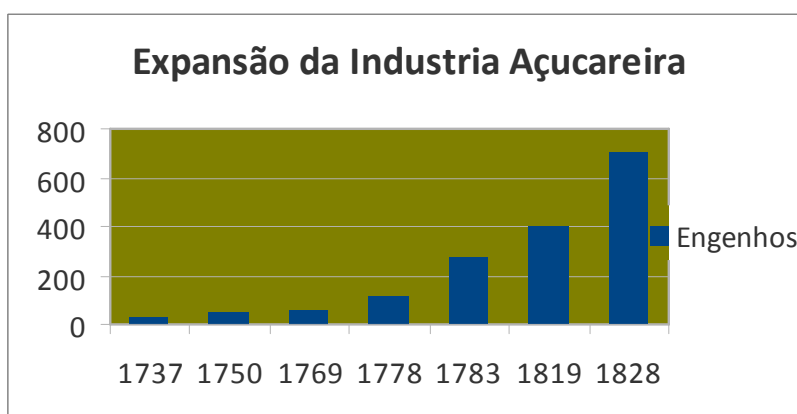


Figura II – Expansão da indústria açucareira.

Fonte: Lamego Filho (1974).

No decorrer do Império, a planície é identificada por suas chaminés e uma massa de proprietários rurais. A obsessão do açúcar é completa. O produtor vende suas safras na praça comercial do Rio de Janeiro. O prestígio do açúcar cresce (LAMEGO FILHO, 1974).

O crescimento urbano e as características topográficas e ambientais da planície Goitacá, bem como a riqueza e a importância social- cultural e política do município na

província, atraía viajantes e cronistas que por aqui passaram. O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (1989), que visitou a região em 1820, relata:

“(...) na margem sul do rio Paraíba, que corta essa fértil planície, cerca de oito léguas do mar, fica uma importante vila, que de certo merece o nome de cidade. A Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacás tem de 4 a 5000 habitantes. A população de todo o distrito é calculada em 24.000 almas. (...) razoavelmente edificada e possuindo ruas regulares e calçadas na sua maior parte, bem como belos edifícios, alguns dos quais de vários andares. (...) A situação da cidade é bastante aprazível (...). Vêm-se aí pessoas abastadas, que enviam à capital, todo ano, várias tropas carregadas de gêneros, e talvez umas mil ou mil e quinhentas cabeças de gado para venda. (...) O principal produto é o açúcar e a aguardente dele destilada. (...) Há, entre os habitantes, gente opulenta, possuidora de vastos engenhos perto do rio, em alguns dos quais se ocupam cento e cinquenta escravos ou mais. (...) Vê-se bastante luxo, especialmente no trajar” (MAXIMILIANO, PRÍNCIPE DE WIED-NEUWIED, 1989, P.98-99).

A Vila de São Salvador vai desenvolver seu espaço urbano a partir de suas relações com o mundo rural. Circundada por inúmeras chácaras e canaviais, desde cedo se caracterizou por um progresso incomum. De 1769/1783, em 14 anos, a produção do açúcar crescia em ritmo acelerado, se instalam 223 novos engenhos e engenhocas. Já no início do século XIX, domina a máquina, as moendas de ferro foram substituindo gradativamente os rolos de madeira na fabricação do açúcar, a população se adensa e as relações comerciais se intensificam. Observa-se a formação de fortunas com o declínio dos pequenos senhores proprietários e o nascimento da nobreza rural.

A prosperidade da planície levou a elite a liderar um movimento em defesa da elevação da vila à categoria de cidade. Em Carta de Lei de 28 de março de 1835 o presidente da Província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres, diante da demanda da população eleva a Villa de São Salvador à categoria de cidade de Campos dos Goytacazes.

Observa-se que pela mesma Carta de Lei, a Vila Real da Praia Grande é elevada à categoria de cidade com o nome de Niterói e, nesse mesmo ano, Niterói vai sediar a capital da Província do Rio de Janeiro. Instala-se aí um confronto entre Campos e Niterói com relação a ser sede – capital.

A pujante urbanização de Campos, pois o espaço urbano vai se ampliando aumentando a complexidade da vida cidadina e logo os melhoramentos urbanos são propostos pela elite, resulta num amplo movimento, em 1855, em defesa da cidade como centro da política fluminense pela sua importância cultural e econômica na região. A elite campista reivindica a criação de uma nova Província – a Província dos Campos dos Goytacazes – e a transferência da capital de Niterói para Campos. Questão discutida mais adiante.

Assim, minha proposta é refletir sobre o espaço urbano de Campos, tendo como foco central a modernidade aqui referida como estilo de vida, organização social e econômica que surgiu na Europa a partir do século XVII, tornando-se dominante nos séculos XIX e XX (GIDDENS, 1991; BERMAN, 1986). O projeto de urbanização via consagração da técnica sanitaria/higienista elegia a remodelação e embelezamento da cidade como meio de integração ao mundo civilizado. Dotar a cidade de artefatos do progresso era o objetivo de uma elite com capital econômico e social e que buscava projetar-se na região e na vida política estadual e quiçá nacional.

Mas o eu era ser moderno? Segundo Berman:

“tentar identificar timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX é observar a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *media*, que se comunicam em escala cada vez maior” (1986, P.18)

A cidade de Campos, na primeira metade do século XIX, inserida nos princípios da modernidade, exibia então um progresso incomum, apresentando uma imagem urbana singular, notadamente pela expansão e transformação na sua estética espacial, se diferenciando, pois dos demais municípios da Província do Rio de Janeiro pelo expressivo número de habitantes, comércio ativo, edifícios como teatro, um Liceu como expressão da instrução pública, um dinâmico serviço de transportes pelo rio Paraíba, além de estabelecimentos mecânicos com máquina a vapor e fundições resultando num grande número de usinas de açúcar movidas a vapor, já em 1859, marcando o progresso incessante (RIBEYROLES, 1980).

A modernidade urbana refletia assim a busca da autonomia político-administrativa e a capitalidade para Campos, projeto da elite local. Projeto evidenciado ao longo do século XIX e XX, dada a especificidade do centro urbano; fazia parte de uma das regiões mais prósperas da Província e atual Estado do Rio de Janeiro e, desde a sua fundação se destacava por representar um importante pólo regional, devido ao seu desenvolvimento econômico, social, cultural e político. J. I. Tchudi, um viajante que passara pela região, em 1860, relata:

“As ruas principais correm paralelas ao rio e as lojas, elegantemente instaladas e em grande número, permitem avaliar o bem estar da população. Entre as residências, muitas se destacam pelo gosto da construção e a solidez. (...) A vida que reina em a cidade e animação das ruas são excepcionais em relação às outras cidades provincianas do Brasil. Os ricos fazendeiros das redondezas possuem geralmente suas residências particulares e armazéns na cidade, para os seus produtos de exportação.” (VON TSCHUDI, 1980, P. 22-23).

Com efeito, já desde 1835 Campos suscitava interesse devido a sua prosperidade econômica com a produção de açúcar¹¹. Os antigos e muitos engenhos foram sendo gradativamente substituídos por modernas unidades produtivas; os engenhos centrais e as usinas com tecnologia inglesa e francesa. Paralelamente ocorre também uma verdadeira revolução na agricultura do setor canavieiro por meio de pesquisas agrícolas promotoras do aumento da produtividade. A prosperidade do comércio provoca também mudanças nas comunicações; o sistema hidroviário vai sendo progressivamente substituído pelas ferrovias, o que permitia o escoamento mais rápido e eficiente da produção, fator importante no desenvolvimento do município.

Esse também se constituiu num momento ímpar de produção intelectual sobre o desenvolvimento da região, observa-se uma intensa discussão de projetos modernizadores para o centro urbano, principalmente pela imprensa. Destacam-se figuras como João José Carneiro da Silva e Manoel Rodrigues Peixoto, além de outros. O primeiro tratou de temas relativos à cultura da cana e da mandioca, o desenvolvimento dos engenhos centrais, a utilização de modernos métodos na fabricação de açúcar, a questão da escravidão, o problema da imigração de europeus e

¹¹ Em 1835 por conta do processo de criação da Província do Rio de Janeiro que se desvinculou da Corte (Município Neutro), o presidente da Província, Joaquim José Rodrigues Torres eleva a Vila de São Salvador à condição de cidade. Ver: Alves (1995) e Freitas (2006).

chineses para a lavoura, a questão das hidrovias e ferrovias. O segundo, como deputado federal e prefeito de Campos, foi autor de diversos discursos e escritos sobre o desenvolvimento regional sob a ótica das elites. Manteve um intenso debate pela imprensa local com João José Carneiro da Silva acerca dos preços do açúcar, além de discutir os problemas econômicos, sociais e políticos.

Também, nesse período, sobressai Francisco Saturnino Braga, defensor da diversificação econômica e da cotonicultura (SOFFIATI, 1997). Em 1855 é instalada a Fábrica de Tecidos e Fiação Industrial Campista, contando em 1890 com a participação dos capitais mais representativos da cidade, como Francisco Rodrigues de Brito, rico fazendeiro, grande investidor no setor terciário, Affonso Machado de Faria, empresário que dá novo fôlego na fabricação de tecidos.

A prosperidade do comércio levou progressivamente a substituição das hidrovias pelas ferrovias, permitindo o escoamento mais rápido e eficiente da produção. É construída a estrada de ferro Carangola, ligando Campos às localidades situadas à margem esquerda do rio Paraíba; São Sebastião, ligando o núcleo urbano a baixada dos Goytacazes e Campos-Macaé. Os ramais de entroncamento ligavam-se aos engenhos centrais e usinas. Tais ferrovias foram construídas muitas vezes, sob custas dos proprietários de terras e negociantes, através de sociedades por ações. Já nesta época, a nobreza rural reivindica novos cenários, casarões suntuosos, expressão de um mundo urbano moderno.

Na década de 1880, Campos possuía 32 estabelecimentos de ensino, uma biblioteca com cerca de 6000 volumes, 4 livrarias, 2 teatros, 3 lojas maçônicas, 3 associações musicais, além da Sociedade União Artística Beneficente, fomentadora das atividades culturais; que em 1870 fora responsável pela organização de uma exposição pública dos produtos artísticos, industriais, comerciais e agrícolas do município, sendo a primeira no gênero em todo o Império (MELLO, 1886).

O gráfico abaixo mostra o crescimento da população de forma expressiva resultando no aumento da demanda por serviços urbanos.

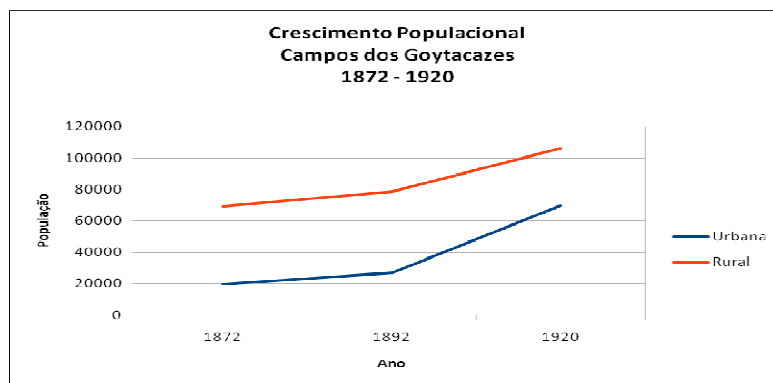


Figura III – Gráfico do crescimento populacional de Campos dos Goytacazes 1872-1920. Fonte: Lamego Filho: 1974

O aumento da população e o intenso movimento comercial e financeiro determinaram melhorias no cenário urbano com a instalação de um número expressivo de companhias de seguros, serviços urbanos e agentes creditícios, como o Banco de Campos, o Banco Comercial e Hypothecário de Campos, a Caixa Econômica, a Cia de Seguros Marítimos e Terrestres S. Salvador, a Cia de Seguros Perseverança, a Cia de Melhoramentos Urbanos de Campos. A cidade passava a dispor de um amplo leque de obras e serviços, como o abastecimento de água potável filtrada e esgotos subterrâneos, instalados pela firma inglesa "Cia Syndicate", correios e telégrafos, companhias de bondes; em 1891 as linhas de carris para o transporte urbano já se estendiam às principais ruas, através da "Cia de Carris Urbanos de Campos".

Em fins do século XIX contava a cidade com serviços de iluminação a gás, por meio da "Campos Gaz Company", e, em 1883, foi servida de energia elétrica, sendo a primeira cidade da América Latina a usufruir de tal benefício. Na década de 1910, foram instalados os bondes elétricos pela "Cia Brasileira de Tramways Luz e Força" (ALVES, 1995).

Tinha uma imprensa combativa, atuando nos acontecimentos políticos e sociais do município. Circulava em 1880 os jornais: O Telégrafo, a Gazeta do Distrito, O Jornal de Domingo, O Combate, O Contemporâneo, o Correio da Tarde, O Comércio Campista, o Diário da Manhã, o Diário Popular, A Evolução, a Gazeta do Povo, o Jornal da Província, o Jornal de Campos, o Vinte e Cinco de Março, a Cidade de Campos, o Monitor Campista, fundado em 1840, se constituindo no 3º jornal mais antigo do país.

As mudanças se processaram continuamente no espaço urbano, pautadas pela construção dos símbolos da modernidade.

A Câmara Municipal, em 1837, vai reivindicar, junto ao governo da Província, melhoramentos urbanos. É enviado o Engenheiro Bellegarde que empreende medidas saneadoras, condizente com o avanço econômico. O espaço urbano é pontuado por várias obras. Ruas são calçadas e alargadas, velhas construções são derrubadas para dar lugar a casarões mais adequados aos novos tempos, além da construção incessante de muralhas para impedir as cheias do Paraíba.¹²

N a década de 1840, o processo de expansão urbana vai exigir a elaboração de uma planta cadastral para o município. A Câmara, em 1842, convida o engenheiro Pralon para dar conta de tal incumbência, dotar a urbe de uma planta cadastral, definindo a área urbana e suburbana.

Já no final do século XIX, o crescimento da população e as condições higiênico-sanitaristas da cidade levaram a elite a reivindicar um plano de melhoramentos urbanos, o progresso se estendia à esfera do político e da cultura e a cidade estava a exigir um novo perfil urbanístico; brilhantes fachadas, decoração primorosa, o estar na última moda, a última máquina, o fim de ruas acanhadas, substituídas por largas avenidas, um cenário condizente com a posição de Campos como centro regional e com condições de ser a sede da capital do estado.

Para tanto, em 1902, o engenheiro Saturnino de Brito é convidado pelo presidente da Câmara, o médico Benedito Pereira Nunes, a elaborar um projeto urbanístico sanitaria para a cidade. Tal projeto representava a culminância dos anseios da elite local, dotar Campos das condições de higiene dentro dos novos moldes do cientificismo positivista garantidores da cidade moderna e civilizada.

A trajetória de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito é digna de nota, nasceu em Campos, em 1864, na Fazenda Velha, freguesia de S.Gonçalo. Filho de um próspero

¹² Já em 1837 é proposto o Plano de remodelação urbana pela Câmara Municipal – o Plano Bellegarde -, engenheiro da Província que chegara a Campos com a incumbência de empreender uma série de melhoramentos no centro urbano com o propósito de conter as cheias do Paraíba, eliminar as áreas alagadas propiciadoras de epidemias, além de alargamento de ruas. Logo em 1840 é enviado o engenheiro Pralon que tinha por objetivo a elaboração da carta cadastral e ampliar as melhorias urbanas de interesse das elites. Cf. Alves (1995).

fazendeiro e empresário, Francisco Pinto Rodrigues de Brito¹³ e D. Mariana Saturnino Marques de Brito. Estudou no Colégio São Salvador, onde cursou o secundário, em Campos, em 1876. Em 1881, ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então com 17 anos, onde fez o curso de Engenharia, formando-se, em 1886, como Engenheiro Civil, sendo influenciado pelo positivismo científico. Iniciou sua carreira profissional, como todos de sua geração, como engenheiro ferroviário, sendo convidado a trabalhar em Manhuaçu, no prolongamento da Estrada de Ferro Leopoldina, em 1887. Em 1892, vai exercer o cargo de chefe de seção da Estrada de Ferro Baturité. Em seu relatório expõe a necessidade do governo intervir junto aos lavradores, obrigando-os à arborização das cabeças de serra, nascentes e cursos d'água, além da conservação de matas, através de leis e elevadas multas, dada as condições econômicas da região, notadamente a fome como resultante da seca. Em 1893, sua vida profissional tomou outros rumos - foi convidado pelo Presidente da Câmara de Piracicaba, Dr. Paulo de Morais Barros, a fazer o levantamento da planta topográfica da cidade, objetivando o estabelecimento da rede de esgotos. Iniciava a sua carreira como engenheiro urbanista-sanitarista, a partir de então empreende projetos de remodelação urbana, de norte a sul do país, dentro dos princípios urbanísticos discutidos ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX (BRITO, 1943).

As idéias de Brito, divulgadas por meio de revistas, congressos e exposições objetivavam oferecer aos técnicos municipais o saber que se constituía, buscava também propagar os objetivos éticos e políticos do urbanismo dentro do paradigma civilizador da ciência. A cidade reformada dentro de regras e princípios científicos, mas também dentro das determinações estéticas.

“Caberia ao urbanismo disciplinar os comportamentos sociais tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados, através da socialização do sentimento de intimidade e da negação de toda e qualquer promiscuidade, sobretudo através das ações dos higienistas e reformadores sociais.” (ANDRADE , 1992, P.207/208).

¹³ Diretor do Banco de Campos em 1898, 1899, 1900; em 1890 participa da diretoria da Fábrica de Tecidos e Fiação Industrial Campista, em 1920 vamos encontrá-lo como sócio-gerente da Usina de Mineiros. Ativo participante da Associação Comercial, presente na elaboração dos seus estatutos, vindo, em 1888, a fazer parte de sua diretoria como presidente.

O projeto abrangia o espaço que se estendia dos Hospitais de Isolamento ao Matadouro, compreendendo a faixa de subúrbio, entre a estrada do Capão e a Av. Visconde do Rio Branco, até as Comportas. Na margem esquerda do Paraíba, atingia Guarulhos, seguindo a estrada até confrontar com o Matadouro. Abarcava ainda a área compreendida pelo prolongamento da estrada do Beco, até a fazenda do mesmo nome e, mais as estradas que vão ter à Usina do Queimado. A zona urbana ficava limitada numa faixa de 10.500 m², apresentando ainda muitos terrenos baldios (BRITO, 1945, P.37).

Sua análise do centro urbano vai ser pautada pela defesa da derrubada dos miseráveis casebres vistos como habitações coloniais, critica a estética dos casarões com "pretensões a palacetes". Segundo ele, os edifícios públicos e particulares não apresentavam um cunho de bom gosto arquitetônico condizente com o progresso da cidade nem com uma população que via o conforto e luxo, como critérios do gozo da tradição e da distinção. Caberia adequar a cidade aos novos hábitos: a cidade limpa e sadia.

O espaço urbano, adequando-se à ideologia do progresso exigia um melhor serviço de limpeza pública, serviços sanitários de distribuição de água potável e de esgotos, já que era mal servido pela Companhia Syndicate e pelo serviço de bondes. Os arruamentos, a construção de largas avenidas, os espaços livres, os jardins e parques, áreas habitadas e espaços ensolarados mereciam cuidado especial, sob o duplo aspecto sanitário e estético.

"(...) As reformas sanitárias se vão aos poucos alcançando, impossível, destruir todos os tugurios, os repugnantes casebres e todos os palacetes enganadores, uns e outros francos ou insidiosos focos de depressão sanitária. Atualmente se erguem novas construções, obedecendo às regras que aos poucos vão se firmando para oferecerem a cada exigência da vida social, a cada necessidade da vida familiar, todas as condições de conforto e as garantias de salubridade" (BRITO, 1945, P.118).

A construção de avenidas, sensatamente planejadas, levaria a uma circulação e ligação das vias expressas, sendo, portanto, bastante necessárias ao progresso da cidade. A velha estrutura urbana ia, portanto, desaparecendo e com ela os "mestres d'obras". A modernidade exigia o bom arquiteto, construtor da habitação correta e agradável, que, usando de proporções adequadas entre os elementos construtivos, projetava a nova

moradia com o almejado conforto e segurança higiênica, tão ao gosto da elite dominante, que buscava usufruir da "última moda".

Enfim, a cidade abria-se ao deslumbramento do luxo, da grandiosidade de prédios. Cidade reconstruída e remodelada continuamente, pontuada por largas avenidas, condição indispensável para o exercício da dominação política. Já não cabiam os casebres, ruas estreitas, vendedores ambulantes e algazaras dos moleques. Recortar a geografia urbana, construindo moradias que atendessem à nova ordem era a preocupação das elites (ALVES, 1995).

Portanto, considero a modernidade como emblemática no processo de transformações urbanas. Com um pé na tradição e um olhar na modernidade, a elite buscou constantemente imprimir ao município melhorias, notadamente no seu centro urbano, o "boulevard" do comércio e da imprensa, cartão postal do cosmopolitismo, do novo, do que é ser moderno.

"As galerias são centros comerciais de mercadorias de luxo. Em sua decoração, a arte põe-se a serviço do comerciante. Os contemporâneos não se cansam de admirá-las. Por longo tempo continuaram a ser um local de atração para os forasteiros" (BENJAMIN IN KOTHE, 1991, P. 31).

Não cabia a uma sociedade cosmopolita, a sujeira, os casebres, o atraso fatores estes identificados com ruas estreitas e acanhadas, velhos casarões, as camadas pobres, formadas notadamente por negros e mulatos a circularem pela área central da cidade. As diversidades econômicas, sociais culturais estavam a exigir reformas que passavam pelo crivo do embelezamento e dos artefatos simbólicos da modernidade.

Porém, o que estava em pauta era a construção de uma identidade regional, garantidora das aspirações dos campistas em ver a Comarca de Campos elevada à condição de província e/ou capital. Em 1855, está presente tal discussão em que a região receberia o nome de Província dos Campos dos Goytacazes e incorporaria o município de Itapemirim, da Província do Espírito Santo, e alguns municípios da margem do rio Pomba, pertencentes a Minas Gerais. Foi nomeada uma comissão estando encarregada de reunir dados estatísticos e topográficos representativos da pujança econômica de Campos e logo enviada ao Senado do Império. As discussões foram intensas, dado o protesto do governo do Espírito Santo e o abaixo assinado dos habitantes de Itapemirim enviado à Câmara Municipal de Campos, concordando em integrar a nova província.

A elite campista se mobiliza, João José Carneiro da Silva propõe a criação da província de Campos dos Goytacazes, a medida que outrora toda a região fora conhecida sob a denominação de Campos dos Goitacazes. Do seu ponto de vista era justo que a denominação da nova província recordasse os tempos primitivos.

A cidade de Campos, pela sua posição central, pela importância do seu atual movimento comercial e agrícola, via-se no direito de aspirar a ser capital da nova província. Macaé, pelo seu porto, já bom e suscetível de ser ainda ótimo, e por achar-se no ponto aonde vem afluir todas as vias férreas existentes e projetadas está predestinada a ser o empório comercial e manufatureiro da nova província. A nova província, tendo em atenção os laços hoje criados pela sede das estradas de ferro, devia abranger os municípios de Macaé, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São João da Barra e Barra de São João. Teixeira de Melo em sua obra *Campos dos Goytacazes em 1881* dá ênfase a tal texto, entusiasmado considera que a distinção da cidade no seu hinterland a habilitaria a sediar a capital da província do Rio de Janeiro (MELLO, 1886; ALVES, 2009).

A elite busca, assim por meio de atos e estratégias, construir uma identidade regional como apresentação e representação de si fundamentada em lutas pela imposição de uma visão distinta como centro econômico, cultural e político (BOURDIEU, 2007).

Entendo que, a riqueza econômica da região e a singularidade urbana de Campos como expressão da modernidade e a sua atuação como importante metrópole regional levaram as elites, em diferentes momentos e com interesses diversos, a pleitearem para a região uma posição política mais proeminente, correspondente à sua importância econômica. Projetos recorrentes nas representações políticas das elites.

Portanto, as ações da elite dominante na Câmara Municipal e no poder executivo almejavam a consagração da cidade moderna com condições excepcionais de vida cultural, social e econômica demarcadora de uma sociedade consagrada pelo estilo e distinção no cenário fluminense (BOURDIEU, 2011). Buscavam assim obter espaços de poder dentro do Estado do Rio de Janeiro, garantindo assim projeção política na região norte-fluminense, expressando no seu imaginário o retorno da “Idade do Ouro” e as reformas urbanas se configuravam como projeto político a ser alcançado.

Nesta perspectiva, a questão da modernidade urbana toma um caráter mais contundente, na Primeira República. Os planos de urbanização expressavam o projeto político das elites: o da construção das condições para Campos sediar a capital do Estado do Rio de Janeiro, patamar para o controle da política estadual.

Enfim, a recorrência da busca da projeção política, via a defesa da capitalidade para Campos ou a efetivação do projeto de autonomia administrativa no cenário da federação, demarcou os interesses das elites locais em assegurar seu domínio econômico e político no nível regional e estadual. No imaginário da elite, a riqueza e suntuosidade arquitetônico-cultural a credenciava ao exercício de um papel mais proeminente na política fluminense.

“Num abrir e fechar de olho arranjou sala e saleta no alto do Livro Verde, na Praça da Quitanda. Da sacada a gente via o povinho passar e ainda pegava um naco de beira-rio. Dei franquia a Fontainha para embonecrar o escritório de todos os pertences necessários. (...) Uma segunda- feira, depois de um pulo de dia e meio no Sobradinho, encontrei tudo montado. Era escrivaninha de vinhático de um lado, cadeirinha estofada de outro, a sala e saleta nos maiores esmeros. Por baixo um tapetão todo em ramagens abafava o rangido das botinas. Da parede, um caixilho dourado, pendia quadro de pintor figurando mar salgado e duas marolas, que Fontainha garantia não ter outro de igual grandeza nem na Bahia. Trabalho fino (...) E era assim de lorde que eu recebia as partes, manobrava os postulantes” (CARVALHO,1987, P. 198-199).

CAPÍTULO II – Elites e Modernidade Urbana

(...) o impulso por mudanças significou a negação do passado por parte daqueles que tinham os olhos na Europa e glorificavam sua forma de viver. (...) as elites dedicaram-se a especializar espaços, reprimir os costumes tradicionais, esconder a pobreza e as contradições mais aparentes na invisibilidade da periferia (...) A cidade travou contato com a linguagem da civilização enquanto os poderosos negavam o passado... (MENEZES, 1999)

Nesse trabalho, busco entender a modernidade urbana em Campos dos Goytacazes e o papel político desempenhado pelas elites nesse processo dentro dos padrões tecnológicos e culturais dominantes na Europa, a partir da segunda metade do século XIX - a última máquina, o frenesi do novo, o burburinho da cidade moderna, o individualismo burguês, o cosmopolitismo. A elite campista reiteradamente buscou dotar Campos de um novo cenário urbano condizente com os padrões do progresso e civilização demarcando seu papel na política fluminense.

Para dar conta do objeto, parto do conceito de elite visto aqui como um grupo que detinha a riqueza, prestígio social e poder político. Para tanto se faz necessário remeter algumas abordagens clássicas, fundamentais ao entendimento das dimensões sociológicas de uma elite campista.

O estudo das elites é tratado pela Sociologia Política e a História Social e Política, tendo relevância nos estudos acadêmicos, entretanto não há consenso quanto à definição do conceito na literatura produzida. Afinal, o que se entende por elites, quem são os grupos que a compõem, o que os caracteriza? O termo, empregado em sentido amplo, refere-se a grupos ou indivíduos que ocupam posição de mando: dirigentes partidários, detentores de riquezas, privilegiados, sendo criticado por sua imprecisão e falta de clareza. Como aponta Heinz (2006, p.7), “diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos”.

A discussão sobre elites não é recente, o termo foi utilizado nos estudos sociológicos de Mosca e Pareto, fundadores da teoria clássica das elites. Gaetano Mosca, em sua obra *Elementi di scienza politica* (1896), vai descortinar um novo campo

de pesquisa sobre o conceito de elite na Ciência Política. O sociólogo afirma que, em todas as sociedades, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, tem o domínio do poder, gozando dos privilégios e vantagens que o poder traz consigo; a segunda, mais numerosa, é controlada e dirigida pela primeira, de forma mais ou menos legal, de forma mais ou menos arbitrária e violenta. Esse domínio se dá pelo fato da minoria ser organizada, sendo que esta organização é dada exatamente por ser uma minoria composta de indivíduos altamente valorizados e de muita influência na sociedade em que vivem (BOTTOMORE, 1974).

Segundo Hollanda (2011), Mosca, em sua reflexão sobre a política, propõe que a única distinção a ser considerada é aquela entre governantes, minoria que detém o poder, e governados, a massa sobre o qual incide o poder. A maioria não participa jamais do poder, pois sempre existirá uma classe política organizada impondo-se sobre a maioria. A autora ainda aponta que Mosca foi o primeiro a elaborar uma interpretação sistematizada do fenômeno político a partir do conceito de elites, visto como classe política, considerando que, seja por afinidades de interesse ou outros critérios definidores da sua condição, seus membros constituem um grupo homogêneo, que exerce o poder em contraposição a uma massa desorganizada, desarticulada. A distinção é medida pela riqueza, pelo lugar social do nascimento e pelo mérito, sendo que tais critérios operam de modo tácito.

Outro estudo clássico *Systemes socialistes*, obra de Vilfredo Pareto, chama atenção para o fato de que os atributos individuais acentuam a desigualdade em todas as esferas da vida social. Os indivíduos que ocupam as altas esferas da riqueza e do poder constituem o que ele denominou de elite política ou aristocracia. Segundo Bobbio, Pareto, mais do que refletir sobre a ascensão e decadência da elite política, conclui, no *Tratato di sociologia generale* (1916), que “*as aristocracias não duram e a história é um teatro de contínua luta entre uma aristocracia e outra*”. A manutenção do poder pela elite política depende de sua capacidade de justapor força e astúcia (BOBBIO, 1988, p. 386).

Os trabalhos de Pareto e Mosca abriram campo para o desenvolvimento de estudos envolvendo a teoria das elites, destacando-se aí o sociólogo alemão Robert Michels (1876-1936), com uma extensa produção, 33 livros e diversos estudos de

política. Em sua obra *Sociologia dos Partidos Políticos*, publicada em 1911, faz uma reflexão sobre o tema da democracia a partir da análise dos partidos políticos de massa. Sua tese central é a oligarquização da política. Faz uma crítica ao socialismo, considerando que os princípios da igualdade são comprometidos com as práticas reais dos partidos operários, que não fogem à lei de ferro das oligarquias. Enfim, uma minoria dirigente continuaria a impor sua vontade à imensa massa dirigida. Entre a democracia e a organização partidária ocorre uma relação negativa dada a oligarquização dos partidos como necessária a manutenção da ordem.

Nesse sentido, Michels adota a crença elitista de que somente uma classe de políticos profissionais estaria preparada para responder às demandas coletivas e o bom andamento da vida pública, a democracia no seu entender é medida pela participação política direta da massa popular sem que haja necessidade da forma representativa moderna, a representação partidária (HOLLANDA, 2011).

Outro autor que vai refletir sobre o elitismo e a democracia foi Schumpeter em sua obra *Capitalismo, socialismo e democracia*, de 1942. Nela faz uma crítica a idéia de que a vontade do povo conduz seus representantes a tomar decisões tendo em vista o bem comum. Para Hollanda (2011), Schumpeter não compartilha da convicção de que os homens possam produzir acordo sobre um ideal político que incluam indistintamente todos. A ação política está sujeita as ingerências da maximização do voto, é o voto que determina a menor ou maior capacidade de atender as demandas dos eleitores. Fundamental nesse processo é a propaganda.

A democracia para ele tem um sentido inverso do conceito entendido usualmente, pois na sua concepção as elites políticas por meio de estratégias várias buscam capturar o voto de seus eleitores e, assim ter acesso ao poder. A representação não se constitui como vinculada aos interesses do povo e, sim aos seus próprios interesses. Nesse sentido, Schumpeter tem a convicção de que as elites políticas não se constituem em obstáculo a democracia, mas como condição necessária.

Considerando as diferentes reflexões sobre as teorias das elites, Bobbio aponta características comuns a elas. Todas partem do fato de que, em toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos são marcadas pela desigualdade, e o poder tende a concentrar-se nas mãos de um grupo restrito de pessoas. Os que o detêm,

notadamente o poder político, ou seja, os que constituem a classe política são sempre uma minoria, com interesses comuns e ligados entre si, o que permite, ora a uns, ora a outros, o exercício alternativo de poder (BOBBIO, 1988; BOTTOMORE, 1974).

Destarte, a teoria das elites surge e se desenvolve conferindo especial atenção ao estudo das elites políticas, considerando que:

“em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância” (BOBBIO, 1998, P. 385).

Enfim, ao longo do século XX, o tema das elites políticas foi um dos temas mais estudados, aumentando sua relevância em decorrência da tradução inglesa das obras de Pareto (1935) e Mosca (1939). O resultado foi o surgimento de um número considerável de pesquisas empíricas sobre o domínio das minorias nas sociedades democráticas. Observa-se que, após a II Guerra Mundial, cientistas sociais de diversas tendências teóricas se dedicaram ao estudo das elites políticas, acrescentando novos significados às concepções clássicas, de que resultou uma grande contribuição para o seu avanço metodológico. Autores como, Harold Lasswell, James Burham, David Riesman, Floyd Hunter, Charles Wright Mills, Robert Dahl, William Kornhauser, Seymour Lipset, Maurice Duverger, Raymond Aron, Giovanni Sartori, Peter Bachrach, Morton Baratz, Tom Bottomore e Ralph Miliband (...) “produziram, cada um à sua maneira, estudos ligados ao problema fundamental que consiste em saber como se formam e são recrutados as minorias organizadas que dominam uma dada comunidade” (PERISSONOTO; CODATO, 2008, P.7).

Porém, na década de 60 e início dos anos 70 verificamos uma diminuição da pesquisa sobre o conceito de elite política, entretanto a Ciência Política e a Sociologia Política vão desenvolver trabalhos sobre elites por meio de pesquisas empíricas sobre partidos, eleições, sistemas políticos, o Estado e suas relações com a economia capitalista. A partir da década de 70, pesquisadores de várias tendências formulam um conjunto de questões envolvendo o conceito de elite, a partir de estudos de âmbito regional e local, com aplicação de método da prosopografia.

O método prosopográfico marcadamente com enfoque sociológico, veio a ser utilizado em pesquisas históricas, constituindo como parte de uma tradição de estudos

de biografias coletivas na Inglaterra e EUA nas décadas de 1920-30. Tal método é retomado por Lawrence Stone em artigo na revista *Daedalus*, em 1971, de forma mais sistemática constituindo a “investigação das características básicas comuns a um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas” (STONE Apud DE DECCA, 1991).

Stone estabelece o universo de pessoas a ser estudado, propondo um conjunto de questões como nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, educação, local de residência, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação e experiência profissional, religião, trajetórias políticas. Tais informações correlacionadas a formas de comportamento e ação política definem o perfil e atuação de grupos sociais no poder.

A aplicação dessa metodologia abriu novos campos de pesquisa, ganhando força entre os historiadores. Peter Burke tornou-se uma referência com o livro *Veneza e Amsterdã. Um Estudo das Elites do Século XVII*, estudo sociológico das elites, enquanto grupos superiores definidos a partir dos critérios status, poder e riqueza.¹⁴ Partindo da formulação clássica da teoria das elites, o autor propõe uma abordagem comparativa, por meio da biografia coletiva, de 563 indivíduos, buscando mostrar a sua riqueza, família, estilo de vida, atitudes e valores, educação e carreira política. Utilizando fontes variadas e formulando um conjunto de questões e reflexões sobre o ambiente político, econômico, cultural e religioso, define o perfil e as diferenças marcantes das elites de Veneza e Amsterdã no século XVII, apontando qual a elite de status mais elevado e de maior poder.

No Brasil, os estudos sobre as elites inspiraram novas abordagens, paralelamente à teoria das elites políticas na sua visão clássica, contemplando questões variadas sobre as transformações sociais e políticas da sociedade, tendo como foco a elite parlamentar, empresarial, burocrática, militar, dentre outras (HEINZ, 2006; PERISSINOTO; CODATO, 2008).

Ressalta-se o estudo clássico sobre a elite do Império, de José Murilo de Carvalho, tese de doutorado, apresentada em Stanford em 1974, cuja primeira parte foi publicada em 1980 sob o título *A Construção da Ordem*, em que discute a teoria das

¹⁴ A obra de Peter Burke *Veneza e Amsterdã. Um Estudo das Elites do Século XVII* foi publicada em inglês em 1990 e traduzida no Brasil em 1991. Para um aprofundamento, ver BESSONE, 2002.

elites políticas a partir de seus formuladores – Mosca e Pareto. Na segunda parte, intitulada *Teatro de Sombras* e publicada em 1988, ao estudar o Estado imperial, busca vincular a natureza da elite ao tipo de Estado Nacional surgido no pós 1822. Carvalho considera que os trabalhos produzidos sobre a elite política brasileira, até então, não apresentaram uma preocupação com questões como; as origens, a construção de trajetórias políticas, o seu surgimento. Buscam, sim, verificar se existe ou não uma elite no poder e, como especificá-la.

Buscando responder a essas questões, Carvalho, ao discutir a natureza da elite brasileira e sua vinculação com o tipo de Estado que se formou após a Independência, enfatiza.

“A decisão de se fazer a independência com a monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas, etc., foram opções políticas entre outras possíveis da época. Se em alguns pontos não havia muita liberdade de escolha, como na questão da escravidão ou do livre comércio, esses constrangimentos não determinavam os formatos políticos nem garantiam o êxito ou fracasso na organização do poder. (...) Sendo decisões políticas, escolhas entre alternativas, elas sugerem que se busque explicação no estudo daqueles que as tomavam, isto é, na elite política” (CARVALHO, 1980).

Segundo o autor, a elite brasileira, apesar de ter tido melhores condições de exercer as tarefas na construção do novo estado, do que sua congênere das colônias espanholas da América, sua postura trouxe conseqüências para o tipo de dominação que se estabelecia. A coesão da elite brasileira diminuiu os conflitos internos aos grupos dominantes, o que reduziu a mobilidade social ascendente, determinando a ausência de conflitos políticos mais amplos na sociedade. A mobilidade social era ainda mais reduzida pela manutenção da escravidão e o compromisso com a propriedade da terra. Para setores marginais do sistema agro-exportador escravista, o mecanismo de mobilidade social foi possível pela via da burocracia estatal, o emprego público.

Para Carvalho há várias interpretações com relação à natureza da elite brasileira, da burocracia e do próprio Estado. Uma primeira vertente vê a elite imperial como representante dos interesses dos proprietários rurais e o Estado como simples executor dos interesses da classe dominante. Já a segunda vertente, identifica a burocracia e a elite como um estamento solidamente estabelecido, que através do Estado, torna-se árbitro da nação e proprietário da soberania nacional.

Para ele, a estrutura burocrática e a formação da elite na Universidade de Coimbra deram ao Estado Imperial uma capacidade de controle e aglutinação; não sendo o Estado, pois, uma simples porta voz dos interesses agrários.

“A homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto” (CARVALHO, 1980).

O clássico estudo de José Murilo de Carvalho foi uma importante contribuição no surgimento de novas abordagens sobre a teoria das elites no Brasil, destacando o trabalho de Mario Grynspan (1999), que enfatiza as trajetórias sociais de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, buscando traçar uma sociologia histórica da teoria das elites a partir de uma discussão crítica dos seus comentadores. A pesquisa de Kátia M. de Queirós Mattoso, intitulada *A Elite Baiana e a Formação do Estado Nacional*, tese de doutorado defendida em 1986, também contribui para a compreensão da teoria das elites (CHICHARO, 2004). Sergio Miceli (1983) desenvolve uma pesquisa inovadora, por meio de memórias e biografias. A partir do levantamento das características econômicas e sociais de políticos profissionais nas décadas de 1930-40, constrói o perfil das lideranças políticas agrupadas em torno do PSD e UDN, bem como os vínculos que tais políticos mantinham com os clãs oligárquicos regionais. O estudo traz uma contribuição substantiva na análise comparada dos partidos em questão, como também a elaboração de trajetórias sociais, profissionais e políticas de grupos dominantes como viés explicativo na história política de organizações partidárias e seus condicionantes regionais.

Destarte, o uso do conceito elite por historiadores e cientistas sociais ganha na contemporaneidade um estudo mais fino e renovado pelas pesquisas regionais e locais, como também pelo uso da prosopografia ou biografias coletivas como método de análise. Cabe destacar o trabalho de Marieta de Moraes Ferreira (1994) sobre a elite política do Estado do Rio de Janeiro na Primeira República. A autora analisa o sistema político a partir da revisão do papel das oligarquias de Minas e São Paulo como eixo dominante, refletindo sobre a atuação das oligarquias de segunda grandeza – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – e a sua tentativa de compor um centro alternativo de poder. Propõe assim, “discutir a fragmentação das elites políticas fluminenses e detectar os fatores responsáveis pelas dificuldades para a construção de

acordos políticos internos que permitiriam a articulação e a defesa dos interesses do estado do Rio no contexto do federalismo brasileiro”. Segundo a autora:

“O ponto de partida que orientou a reflexão foi a constatação de que as elites fluminenses, desde o início da República, eram portadoras de uma permanente sensação de perda em relação a uma posição anterior e, em função disso, de dedicavam a construir projetos de recuperação de uma Idade de Ouro localizada no passado cafeeiro e imperial (FERREIRA, 1994).

Já Maristela Chicharo (2004) discute o papel das elites locais no processo de urbanização e seus desdobramentos na cidade de Niterói, de 1835/1890, a partir de informações valiosas sobre as origens e circulação das elites. Ao apontar o papel da elite política niteroiense, presente na Câmara Municipal, no processo de transformações urbanas; bem como, a composição de um quadro político, a partir da trajetória política de alguns membros dessa elite, com o uso da prosopografia, a autora dá subsídios metodológicos para investigar a trajetória dos agentes sociais – no caso, as elites políticas locais – e suas ações no processo de transformações urbanas.

“A produção do espaço, principalmente o urbano, expressa um momento histórico onde a elite dominante estabeleceu seus interesses e perspectivas. Os projetos urbanísticos implementados em Niterói, no decorrer do século XIX, evidenciaram o interesse da Câmara em galgar e/ou manter posições político administrativo” (CHICHARO, 2004, P.193).

Recentes trabalhos, tendo por objeto o estudo das elites e o uso da prosopografia, vêm se afirmando dentro da pesquisa histórica. Barickman e Love (2006) discutem a atuação das lideranças políticas nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, do início da República até o Estado Novo –1889/1937. O estudo apresenta um retrato das elites políticas para além da simples comparação biográfica de idade, educação e ocupação, já que permite descobrir o desempenho dos políticos enquanto membros da elite, como também, a participação em eventos políticos-chave, revelando a distinção social, ligações familiares, laços com o exterior.

Enfim, as considerações desenvolvidas por tais estudos constituem subsídios para o entendimento da conceituação de elite por mim proposto, além de permitir uma investigação mais acurada sobre a atuação das elites no processo político, em Campos dos Goytacazes, no período de 1930-50. Considero, pois, os homens de negócios, os empresários locais, enfim, os comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais

envolvidos com empresas comerciais, de prestação de serviços, sistema bancário, companhias de seguro, caixas previdenciárias, portanto, indivíduos que vieram a ocupar cargos como vereadores, deputados, senadores, prefeito, governador, presidente da Câmara Municipal, Associação Comercial, Clubes de Serviço, como o grupo constitutivo da elite campista, uma minoria detentora de riqueza, prestígio social e poder político.

Entretanto, devo ressaltar que o trabalho em questão não se circunscreve numa perspectiva de um estudo prosopográfico da elite campista no período supra-citado, dada a limitação e insuficiência de dados, dificuldades comuns a esse tipo de abordagem conforme apontou Burke (1991). Busco, pois traçar algumas trajetórias de um grupo que detinha riqueza, *status* e poder e que constituía a elite política.

Possuidora de um passado de grandeza e opulência, identificada por um *ethos* de distinção, essa elite buscava se articular em prol de uma modernização urbana e regional com o objetivo político de recuperar um passado de opulência, passado idealizado. A nostalgia da “Idade do Ouro” se faz presente em Campos de forma contundente, visto que o modelo de desenvolvimento caminha para padrões de modernidade, com olhos voltados para a tradição (GIRARDET, 1987).

Soma-se o fato de que, em períodos históricos diversos, a elite vai defender projetos de mudança que lhe permitiria uma inserção mais incisiva no cenário político regional/estadual, vistos como uma volta ao passado glorioso (ALVES, 1995).

2.1 - O nilismo e as elites em Campos dos Goytacazes: 1890-1930

A sustentação de um projeto de maior inserção na vida política fluminense tem se colocado, ao longo da história, como um espectro no imaginário das elites campistas, tendo como suporte a modernização de Campos. Esse projeto, estrategicamente pensado, tinha como principal argumento a retomada da tradição – um passado identificado com a riqueza, o dinamismo cultural e intensa vida política - vista pelas elites como determinante na reivindicação de um olhar mais atento do governo estadual sobre os problemas do município e região norte-fluminense. Uma cidade moderna representava para a elite local o patamar para a concretização de um desejo - Campos: a capital do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse contexto é que se deve compreender o sentido político atribuído às reformas urbanas, uma vez que se constituíam na garantia de ampliação do poder das elites, alicerçada na figura de Nilo Peçanha, intelectual e militante político de intensa vida pública, que marcou a história brasileira da Primeira República. Meu objetivo, portanto, é traçar a trajetória política de Nilo Peçanha e suas relações com a elite campista.

Nilo Procópio Peçanha, filho de Sebastião de Souza Peçanha e Joaquina de Sá Freire Peçanha, nasceu em 2 de outubro de 1867 na freguesia de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, no Município de Campos. Sendo de família de classe média – seu pai tinha uma padaria à Rua da Quitanda –, iniciou o curso ginásial no Liceu de Humanidades em 1884, transferindo-se posteriormente para o Colégio Alberto Brandão, no Rio de Janeiro, onde completou o Curso de Humanidades. cursou a Faculdade de Direito do Recife, em 1887 se torna bacharel nas Ciências Jurídicas e Sociais. Nesse mesmo ano, retorna a sua cidade natal, onde abre uma banca de advogado, dedicando-se, a partir de então, à advocacia e ao jornalismo. Casou-se em 1895, no Rio de Janeiro, com Anita Belisário, filha do desembargador Francisco Belisário, ministro da Fazenda, senador e conselheiro do Império.

Inicia sua vida política em Campos dos Goytacazes já a partir de 1881, quando participa ativamente do movimento abolicionista¹⁵ e republicano. Em 1886, é articulista do jornal *Gazeta do Povo*, fundado por João Barreto, sobressai com artigos embebidos dos ideais liberais. É um dos ativistas políticos mais combatentes na defesa da abolição dos escravos, estando presente na fundação da Sociedade Abolicionista – Sociedade Campista Libertadora – juntamente com João Barreto, Amaro Bastos Renner, Francisco de Paula Guimarães. Juntamente com seus colegas abolicionistas, percorre cidades do norte fluminense em intensa campanha a favor da abolição. Ainda em 1888, juntamente com Pedro Tavares Júnior e Francisco Portela, lança um manifesto à população, propõe a fundação do Clube Republicano (FERREIRA, 1989).

¹⁵ A luta antiescravista em Campos alcançou grande patamar de radicalização nos métodos, ação e organização levando um de seus ativistas, Carlos de Lacerda, a fundar o jornal *Vinte e Cinco de Março*, que marcou a campanha abolicionista, tendo o apoio de Miguel Héredia, Alvarenga Pinto, Bento Batista, Cândido de Lacerda, Nilo Peçanha, Francisco Portela. Em 18 de março de 1888, eles se reúnem no Congresso Agrícola de Campos, com o objetivo de discutir uma resolução para o problema da mão de obra (Lima, 1980; Rodrigues, 1988; Ferreira, 1989).

Nas eleições gerais de agosto de 1889, pleiteia a vaga de candidato do Partido Republicano na Câmara dos Deputados, pelo 6º distrito eleitoral, concorrendo com Francisco Portela, sendo vitorioso dentro do partido, apesar de a vaga ter sido conquistada por um candidato do Partido Liberal. Tal experiência vai marcar sua trajetória na política fluminense (BOEHRER, 1954, p.71 *apud* FERREIRA, 1989).

Inicia sua carreira política sendo escolhido como deputado na Constituinte de 1891, aos 24 anos de idade. Faz parte do grupo que fundou o Partido Republicano Fluminense, pautando sua carreira política, a partir de então, pela ocupação de vários cargos no sistema representativo, além da busca da consolidação de suas bases políticas no norte fluminense. É eleito deputado na legislatura de 1892, e suas simpatias com o jacobinismo o levaram a apoiar ativamente a ascensão de Floriano Peixoto, em meio a uma crise que culminou com a renúncia de Deodoro da Fonseca. Manteve forte oposição a Prudente de Moraes e, diante dos acontecimentos turbulentos após o atentado ao presidente, refugiou-se em sua fazenda. Sua atuação na política fluminense é expressiva, tendo desdobramentos no âmbito nacional. Participa da cisão do Partido Republicano Fluminense - PRF, o que resultou na formação do Partido Republicano do Rio de Janeiro - PRRJ, em 1899. Nesse momento, configuram-se suas pretensões: a formação de uma máquina política garantidora de prestígio e poder no nível estadual e federal. Sua base de apoio foi Alberto Torres, presidente do Estado do Rio de Janeiro entre 1898 e 1900.

Segundo Sá Pinto (1998), a aproximação de Alberto Torres, elemento de maior tradição política no Estado, trouxe vantagens a Nilo, pois lhe permitiu acesso a um maior espaço de manobra, possibilitando seu ingresso na liderança da política estadual. Nilo se afasta das fileiras oposicionistas e do movimento jacobino, integrando o grupo situacionista.

É eleito deputado em 1903, período marcante de sua vida política, notadamente pelo apoio dado ao presidente Campos Sales. Foi um dos porta-vozes do programa de governo do presidente, na Câmara, principalmente nas questões econômicas e financeiras, questões - chaves naquele momento para o país. A aceitação da política deflacionária e antipopular do ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, provocou mudanças de rumo na sua vida política, pois o levou a rever a sua política de apoio à

industrialização e ao aumento de impostos proposto no final de mandato de Prudente de Moraes.

Teve grande empenho na aprovação da reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, na questão da formação da Comissão de Verificação de Poderes, reforma proposta por Campos Sales e que se constituía em questão crucial no pacto político oligárquico, substanciado pela Política dos Governadores. Tal medida garantia a estabilidade política, pois estabelecia que a Comissão de Verificação de Votos se colocaria sob controle do presidente da Câmara Legislativa em exercício, sendo que as atas deveriam vir assinadas pela maioria da Câmara Municipal, encarregada de coordenar a apuração de votos, de acordo com a nova legislação. Como explica Sá Pinto: “A Câmara transformou-se assim, na expressão da direção política dos chefes estaduais e o mandato legítimo passou a ser aquele que tinha por origem a política oficial do seu estado” (SÁ PINTO, 1998).

Enfim, a liderança política de Nilo vai se tornar inquestionável não só pela intensa ligação mantida com Alberto Torres, como também por sua aproximação com Campos Sales e o situacionismo. Sua ação política representava uma ponte importante entre o governo estadual e o presidente da República, à medida que o seu apoio na Câmara dos Deputados juntamente com Augusto Montenegro (PR), Lauro Muller (SC) permitiu ao presidente a vitória da proposição da reforma no regimento da Câmara, o que favoreceu o situacionismo no âmbito estadual. A facção oligárquica no poder tendo o apoio político federal, através da política de favores e obras públicas, teria maiores recursos e condições para controlar as eleições. A “política dos governadores”, portanto, consolidava os grupos dominantes nos estados, esvaziando o poder das oposições.

O efeito imediato no Estado do Rio de Janeiro foi o fortalecimento do grupo de Alberto Torres, organizado no Partido Republicano do Rio de Janeiro - PRRJ, fato que favoreceu Nilo Peçanha pelo aumento de seu prestígio, expressado quando da sucessão de Alberto Torres no governo do estado. Campos Sales aceita a candidatura de Quintino Bocaiúva à presidência do Estado do Rio de Janeiro, corroborando a sugestão de Nilo que defendia tal candidatura, esvaziando um possível recrudescimento das disputas políticas no Estado. Campanha vitoriosa que somava às articulações construídas por

Nilo quando das eleições à Assembléia Legislativa fluminense e Câmaras Municipais em fins de 1900.¹⁶ Sua influência política ampliava-se dentro do PRRJ.

Na gestão de Bocaiúva, Nilo não chegou a ocupar cargos, porém foi o idealizador de algumas medidas tomadas pelo governo, exercendo grande influência, associada a ligações intensas com os chefes políticos locais. Sua estratégia pautava-se por uma política de confronto e conciliação, de acordo com as necessidades do momento, unida a uma liderança pessoal. Fato que podemos observar na questão da transferência da capital fluminense de Petrópolis para Niterói.

A atuação de Nilo e de seu grupo foi marcante, mesmo ele estando fora da Assembléia Legislativa. Os debates sobre a mudança da capital foram intensos entre as forças políticas da Câmara dos Deputados, de um lado o grupo nilista, que conta com o apoio dos deputados estaduais e federais ligados a Nilo; de outro o grupo liderado por Hermógenes Silva, chefe político de Petrópolis, que combatia o retorno da capital para Niterói. A vitória da posição mudancista contribuiu para a afirmação do grupo nilista como força hegemônica no Estado.

É o momento propício para o lançamento de sua candidatura às eleições que se realizariam em 18 de fevereiro de 1903 ao Senado, concorrendo com Francisco Portela. As eleições foram tumultuadas, Nilo é eleito com ampla margem de votos. Porém, antes mesmo da concretude das eleições, Quintino Bocaiúva, em 04 de fevereiro de 1903, lança oficialmente a candidatura de Nilo a sua sucessão à presidência do Estado do Rio de Janeiro. A influência de Nilo na política estadual é confirmada diante da adesão incontestante de 40 deputados federais, estaduais e das manifestações de apoio das lideranças municipais à sua candidatura (FERREIRA, 1989)

Sem sombra de dúvida, o longo caminho percorrido por Nilo em busca da coesão política no Estado em torno de sua liderança chegava ao ápice quando da reforma da Constituição estadual em 1903, por iniciativa sua. Projeto justificado pela necessidade de recuperação econômica do estado por meio de mudanças na administração pública.

¹⁶ Em Campos os candidatos apoiados pelo governo estadual nas eleições municipais foram amplamente vitoriosos, enquanto nas eleições para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ coube ao PRRJ a vitória, sendo que o partido apresentou candidatos governistas que disputavam a reeleição e alguns outros candidatos na composição da chapa contou com a articulação de Nilo Peçanha. Mais uma vez a oposição foi derrotada (Ferreira, 1989).

As discussões do projeto de reforma constitucional levaram Nilo e seu grupo político a avaliarem proposições mais polêmicas, que pudessem alterar o quadro político dominante. Nilo era o presidente eleito, prestes a tomar posse tendo uma rede de adesistas extensa, fundamental para consolidar sua hegemonia política no Estado. Segundo Ferreira (1989), no cômputo geral, as medidas refletiram os interesses mais gerais do Legislativo acrescidas de alguns itens defendidos pelos nilistas, que garantiam sua dominação na política fluminense, como o esvaziamento das atribuições do Legislativo e Judiciário, a centralização administrativa e o fortalecimento do Executivo, destacando-se a ampliação do mandato do presidente do Estado de três para quatro anos, a partir do período em que se iniciaria – em 31 de dezembro de 1903 – a gestão de Nilo Peçanha na direção do Estado do Rio de Janeiro.

Sua administração, no período de 1903 - 1906, alicerçada num programa de recuperação econômica para o estado, retomam algumas iniciativas propostas na administração de Alberto Torres, mas que ainda não tinham sido implementadas, devido à oposição dos proprietários rurais. Medidas tais como; o incentivo à produção com o estímulo à diversificação agrícola, implantação do imposto territorial, redução das taxas de exportação de café, açúcar, arroz e a taxação de mercadorias importadas de outros locais que tivessem similares no Estado. Nilo buscou também sanear as finanças por meio de corte do funcionalismo público e redução salarial de determinadas categorias de funcionários, além de extinguir várias repartições. Sua política econômica e administrativa foi exitosa, favorecendo o seu grupo político (SÁ PINTO, 1998).

Enfim, o desenvolvimento do seu programa de recuperação econômico-financeira, juntamente com a cooptação de antigas lideranças, vai proporcionar a Nilo a garantia de uma máquina política sólida, capaz de lhe assegurar articulações no plano nacional, apontando para vãos mais altos na política. Esse contexto é determinado pelo empenho do situacionismo fluminense no desenvolvimento de uma intensa propaganda da figura política de Nilo, tido como eficiente administrador e chefe político respeitado. O objetivo era projetá-lo nacionalmente, pois assim garantiria os interesses do Estado do Rio de Janeiro na esfera federal. Os resultados obtidos por Nilo em seu governo encontraram eco nos meios políticos dos outros Estados da Federação, como, por exemplo, os governos da Bahia e de Pernambuco (FERREIRA, 1989).

Em 1906, é eleito vice- presidente da chapa de Afonso Penna e, pela morte deste, ocupa a presidência da república no período de 14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910. Com o fim do mandato, sai em viagem à Europa, retornando ao Brasil em 1912. Retorna à política, sendo eleito senador pelo Estado do Rio de Janeiro e é inegável a sua liderança na política fluminense. Em 1913, é logo indicado candidato às eleições fluminenses de 1914. Na campanha eleitoral Nilo inaugura um novo estilo de fazer política, percorre vários municípios do norte em comícios inflamados. Em Campos, a manifestação não teve igual. Recebe o apoio de Maurício de Lacerda, deputado federal, além de políticos campistas correligionários de longa data: o deputado federal Ramiro Braga, João Guimarães, Barão de Miracema, José Bruno de Azevedo, Luiz Sobral, Carlos Abrantes, Cesar Tinoco, Carlos Tinoco da Fonseca, José Carlos de Azevedo Lima, Obertal Chaves, Custódio Viana, Izimbardo Peixoto e outros.

Em campanha, Nilo buscou restabelecer seu antigo prestígio político, comprometido diante das contendas político partidárias no período de governo, de Oliveira Botelho. Porém, sua campanha não se restringiu a percorrer o interior do Estado, falando diretamente ao eleitor em praças públicas e estações ferroviárias, mas também, atingiu um amplo público com suas conferências em teatros e câmaras municipais. Inaugurou um novo tipo de fazer política, os comícios atraíam multidões, prática pouco comum na República, causando impacto na política fluminense (FERREIRA, 1989; PEÇANHA, 1989; SANTIAGO, s/data).

É eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro no período de 1914 - 1918. Como chefe do executivo fluminense, em sua segunda gestão, Nilo vai buscar ditar as regras do jogo na política partidária fluminense, com o fortalecimento de sua máquina política como força hegemônica no Estado do Rio de Janeiro a partir da reestruturação do PRF, além de empreender uma política econômica e administrativa legitimadora do seu prestígio político (FERREIRA, 1989). Acaba por não terminar seu mandato a frente do governo fluminense, porque, em maio de 1917, é convidado pelo presidente Wenceslau Brás para ocupar a pasta de Ministro das Relações Exteriores, substituindo Lauro Muller, acusado pela opinião pública de germanófilo.

Nilo se destaca no encaminhamento da política externa brasileira com o rompimento das relações entre Alemanha e Brasil durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo Ferreira (1989) o convite para uma chancelaria de grande evidência no cenário

nacional e internacional levou Nilo a acreditar na chance de viabilização de seu projeto de ser candidato do situacionismo à presidência da República.

Deixa a pasta de ministro das relações exteriores, cansado e doente, num quadro de crise das eleições estaduais de 1918 e presidenciais de 1919, em que sustentou a candidatura de Rui Barbosa. O constrangimento pela derrota da Campanha Civilista de Rui Barbosa e os desgastes na direção das lutas políticas no Estado do Rio de Janeiro determinaram sua segunda viagem à Europa, onde permanece entre maio de 1920 e junho de 1921. Ferreira (1989) considera que tal viagem representava uma forma de preservação de sua imagem política de grande estadista, adquirida pelo seu desempenho como ministro das relações exteriores, além de descolar sua figura dos conflitos político-partidários fluminenses.

Nilo retorna ao Brasil no dia 6 de junho de 1921, depois de quase um ano de ausência, em um momento peculiar da política brasileira: a sucessão presidencial de 1922, marcada pelo confronto entre os grandes estados de Minas Gerais e São Paulo, cuja atuação dentro da Política do Café com Leite, que dominou toda a República Velha, e os estados de segunda grandeza, como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e também o Distrito Federal. Esse confronto foi chamado de Reação Republicana e lançou a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, em oposição ao candidato situacionista, Artur Bernardes.

A Reação Republicana representou, assim, a primeira grave cisão inter-oligárquica, pois os grupos dominantes foram contestados pelos estados política e economicamente mais fracos, que buscavam construir um eixo alternativo de poder. Nesse contexto, Nilo se apresentava como um dos poucos que poderia ser lançado como candidato contra Artur Bernardes, por se constituir num estadista de projeção nacional, um republicano histórico, cuja liderança nascera nos primórdios da República, fato que lhe conferia uma autoridade especial. Além disso, examinando sua trajetória política, percebe-se que suas aspirações a presidência da República eram antigas (FERREIRA, 1989).

A campanha eleitoral ganhou um novo matiz, pois, apesar do domínio da fraude e de um sistema eleitoral permeado pelo voto de cabresto, a Reação Republicana acreditava na mobilização do eleitorado, utilizando-se da propaganda eleitoral, prática

inédita dentro da tradição política eleitoral vigente, buscando assim tentar reverter o quadro político a seu favor, apesar das vantagens que beneficiavam o candidato oficial. Como afirmam Barreto e Ferreira:

“(..) o uso desse novo estilo de campanha tinha como objetivo promover uma mobilização política mais ampla que pudesse angariar o apoio de segmentos das oligarquias secundárias, descontentes com o funcionamento do sistema oligárquico e do federalismo, bem como das populações urbanas, ansiosas por obter o direito a uma maior participação política” (BARRETO, 1917; FERREIRA, 1989).

Saindo em tournée pelo Brasil, a bordo do vapor Iris, Nilo visitou os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, além do Distrito Federal, enquanto o seu vice de chapa, percorreu os demais estados, numa campanha revestida de caráter popular, que, segundo Ferreira (1989), “pregava a urgência de arrancar a República das mãos de alguns para as mãos de todos”.

A ação política de Nilo foi bem recepcionada, chamava a atenção, pois representava algo novo na política; uma campanha de mobilização das massas urbanas, notadamente em Campos, sua terra natal. O fascínio nilista era inegável e pode ser explicado pelas suas características pessoais, por ser um excelente orador, tendo grande capacidade de comunicação, mas também por representar uma liderança política com um discurso mais progressista.

A Reação Republicana foi derrotada e, como desdobramento, o país vai viver um clima de intensa agitação política, diante dos levantes tenentistas de 1922, tendo participação de parlamentares e figuras expressivas nilistas. A repressão pelo governo federal levou a decretação do estado de sítio.

Nilo voltaria a se pronunciar, quando da posse de Artur Bernardes, em novembro de 1922, lançando um Manifesto à Nação, resumindo os pontos básicos defendidos pelo programa da Reação Republicana. Mas os tempos eram outros, a Reação Republicana encontrava-se diluída e as oligarquias dissidentes buscavam se articular em torno dos setores políticos dominantes, temerosos da intervenção federal nos Estados.

Quanto ao Rio de Janeiro, berço da máquina nilista, a situação foi bastante delicada tanto na ocasião das eleições para a ALERJ, em 1921, quanto, em julho de 1922, para o governo do estado e dos municípios. O caso de Campos foi exemplar, pela

indicação à prefeitura de Luís Sobral, candidato ligado à facção de Raul Fernandes e César Tinoco, homem de inteira confiança da facção liderada por João Guimarães, figuras expressivas da máquina política nilista.

A situação criou descontentamentos, ameaçando um possível racha no grupo nilista local. Diante da possibilidade de um conflito, as dissidências foram esvaziadas permitindo a vitória de Sobral. Segundo Ferreira (1989), a vitória dos nilistas nas eleições para o governo do estado e dos municípios não representou uma condição na continuidade do domínio da máquina política nilista no cenário fluminense.

Entretanto, pude observar que a derrota de Nilo à presidência da República e a sua morte em 31 de março de 1924 não representou o esfacelamento da máquina política nilista. As leituras indicam a dominância do grupo político nilista em Campos, até mesmo mantendo núcleos de influência na política fluminense, no pós 1930, dada participação na política local e fluminense de figuras como, João Guimarães, Cardoso de Melo, Cesar Tinoco dentre outros. Creio eu que, ao indicar Salo Brand para prefeito de Campos, Amaral Peixoto buscou se aproximar do que ainda permanecia do grupo político nilista e, assim, criar condições para a montagem de toda a sua máquina política – o amaralismo no norte fluminense.

Enfim, ao traçar a trajetória política de Nilo Peçanha busco construir um fio condutor explicativo da consistência do nilismo em Campos dos Goytacazes e norte fluminense, ressaltando a construção de uma linhagem de lideranças políticas que permaneceram atuantes nos anos 1890 - 1930 e também no pós 30. Um grupo minoritário, uma elite política caracterizada pela homogeneidade fornecida pela socialização, ocupação e carreira política (CARVALHO, 1981), composto por comerciantes e fazendeiros, empresários locais, médicos, engenheiros, advogados, jornalistas. Esse grupo participa dos empreendimentos econômicos, sociais e políticos, ocupando funções como diretores, membros dos Conselhos Fiscais ou acionistas, com atuação decisiva sobre os rumos de cerca de 90% das empresas com capital aberto na praça de Campos, como o Banco de Campos, o Banco Comercial e Hypothecário de Campos, a Caixa Depositária de Campos. Esses homens são provedores da Santa Casa de Misericórdia, e empresa de serviços de utilidade pública, como os Correios, de empresas de diversões como a Companhia de Teatro São Salvador, fazem parte da Associação Comercial e Industrial de Campos, do Sindicato dos Usineiros, de clubes

de serviço, em momentos diversos. Nomes como Luiz Chrysóstomo de Oliveira, Manuel Gesteira Passos, Benedito Gonçalves Pereira Nunes, João Guimarães, Cesar Tinoco, Godofredo Tinoco, Luiz Sobral, Ramiro Braga, Bruno de Azevedo, Alberto Lamego, Izimbarido Peixoto, João Barreto, Obertal Chaves, Cardoso de Melo, sendo vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, prefeitos¹⁷. Tais indivíduos são a expressão da elite campista, constroem a carreira política em torno do nilismo. Nomes como Manuel Rodrigues Peixoto, financista, deputado em mais de uma legislatura desde o Império, senador, indicado por Nilo Peçanha, então governador do Estado do Rio de Janeiro, para primeiro prefeito de Campos. Como também, Joaquim Saturnino Rodrigues de Brito, vereador em 1916-18, deputado estadual em 1918, sendo reeleito em 1922. Também merecem destaque Attilano Chrysostomo de Oliveira, proprietário da Usina Mineiros,¹⁸ vereador em 1916-19; Bruno de Azevedo, cuja trajetória de vida está ligada ao comércio, sendo sócio de José Monteiro de Castro no comércio de artefatos de couro, com estabelecimento à Rua João Pessoa. A loja ficava no térreo e o escritório no primeiro andar. O local veio a transformar-se em centro de debates políticos, pois aí se encontravam, para o bate-papo das tardes, as lideranças mais representativas do comércio e da política, pró-nilistas, os debates eram acirrados, envolvendo as querelas políticas do momento. Eram freqüentadores; o João Guimarães, Olavo Cardoso, Zeca Perlingeiro, Ferreira Machado - dono da Usina Pureza - e Luís Guaraná.

Importante destacar que Bruno de Azevedo, em 1907, é presidente da Associação Comercial, sendo reeleito em 1908 e 1909, ano em que fundou o Jornal Folha do Comércio, jornal que se pautava como porta-voz dos interesses da Associação e da política nilista. Como representante do comércio dentro da Associação Comercial, iniciou uma carreira política mantendo relações político-pessoais com João Guimarães, atuante nilista de grande influência em Campos, fator favorável a sua

¹⁷ Estudar no Liceu de Humanidades de Campos era referência associada à origem social, ligada à propriedade da terra, ao comércio e indústria e às profissões liberais, como médico, advogado, engenheiro, jornalista, com condição, portanto, de participar nos rumos da política.

¹⁸ A usina foi fundada em 1890 por Benedito Jacques Junot, que comprara o engenho de rodas de Gervásio Peixoto de Lima. Posteriormente foi reformada e vendida a Francisco Saturnino Braga, Francisco das Chagas Silva Junior e ao comendador Antonio Manoel da Costa. A sociedade sofreu várias mudanças, com a saída de Saturnino Braga, entra para sócio-gerente Manoel Brito, depois substituído por Francisco Pinto Rodrigues de Brito. Enfim, em 1920, a usina encontra-se em mãos de Attilano Chrysostomo, um dos homens mais ricos da região, em sociedade com o Capitão Francisco de Paula Carneiro, empresário voltado para atividades culturais, tendo fundado o teatro Orion e o Trianon, proprietário de uma rica residência – a Vila Maria – onde recebeu por várias vezes Amaral Peixoto.

ascendência a liderança política no município. Era também amigo de chefes políticos, como Luís Guaraná, que, em 1926, buscou consolidar suas forças políticas em Campos, a partir da rearticulação das forças nilistas, sob o seu controle, contando, com o apoio político de Bruno de Azevedo (FERREIRA, 1989, P. 281).

Em 1920, ocupou o cargo de vereador. Nas eleições de 1923 para a Prefeitura de Campos, foi eleito, ocupando o cargo de 1924/27. Assumiu o poder dando continuidade às obras desenvolvidas por seu amigo e correligionário político, Luiz Sobral. Deixou a vida pública em 1928.

No mesmo sentido destaca João Antônio de Oliveira Guimarães nasceu em Campos (RJ) no dia 25 de abril de 1874, filho de Antônio de Oliveira Guimarães e de Genoveva Leite da Silva Guimarães. Coursou o Liceu de Humanidades de Campos e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em dezembro de 1894. Retorna a Campos, onde atuou como promotor público até 1897, ano em que foi eleito vereador, exercendo o mandato até 1899 e logo em seguida dedicou-se à advocacia. Sua trajetória política foi marcada pelo alinhamento ao grupo chefiado por Nilo Peçanha, sendo eleito por mais de uma vez a vereador na legenda do Partido Republicano Fluminense (PRF), assumindo o mandato em 1907, logo foi eleito presidente da Câmara Municipal de Campos. No decorrer desse período legislativo, que se encerrou em 1909, rompeu politicamente com o presidente do estado do Rio de Janeiro, Alfredo Backer, passando a combatê-lo.

Em 1910 foi eleito simultaneamente deputado estadual e primeiro vice-presidente do estado do Rio de Janeiro, já no final desse ano foi eleito presidente da Assembléia Legislativa fluminense. Em 1911 passou a integrar a comissão executiva do PRF, permanecendo até 1917. Nas legislaturas de 1912 - 1914 e na de 1915 - 1917, reelegeu-se deputado estadual, sempre na legenda do PRF, mantendo-se na presidência da Assembléia Legislativa durante todo esse período. Eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, assumiu o mandato em maio de 1918, sendo que em 1919 passou a integrar as comissões de Finanças e de Poderes da Câmara Federal. Nesse mesmo ano foi convidado para o Congresso de Geografia, realizado em Belo Horizonte, representando o estado do Rio de Janeiro, e, em 1920, no Congresso de Limites Interestaduais realizado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Na ocasião, foi signatário dos acordos de fixação das fronteiras dos estados do Rio de Janeiro, Minas

Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Em 1921 é reeleito deputado federal, já ano seguinte foi um dos líderes da Reação Republicana, movimento organizado para promover a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, em oposição à de Artur Bernardes, eleito em 1922. Em dezembro de 1923, encerrou seu mandato como deputado federal e a partir de então permaneceu afastado da política, juntamente com o grupo nilista. Em 1929, participou da Campanha da Aliança Liberal, agrupamento oposicionista que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Reeleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, assumiu a cadeira em maio de 1930, deixando-a em outubro do mesmo ano, quando os órgãos legislativos do país foram suprimidos em virtude do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e conduziu Getúlio Vargas ao poder.

Durante o processo de reconstitucionalização do país foi um dos fundadores do Partido Popular Radical (PPR) do Rio de Janeiro em março de 1933, estando, ainda ligado ao grupo nilista, Nessa legenda foi eleito em maio seguinte deputado à Assembléia Nacional Constituinte, participando dos trabalhos constituintes desde a instalação da Assembléia, em novembro do mesmo ano. Integrou, em maio de 1934, como líder da bancada de seu partido, a comissão especial organizada pelo presidente da Assembléia Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, para levar ao presidente Getúlio Vargas os cumprimentos pela decretação da anistia aos revolucionários de 1932. Com a promulgação da nova Carta, em 16 de julho de 1934, teve seu mandato prorrogado até maio do ano seguinte. Reeleito em outubro de 1934, exerceu o mandato até 10 de novembro de 1937, pois com o advento do Estado Novo (1937-1945), os órgãos legislativos do país foram suprimidos.

Outro a ser considerado é César Nascentes Tinoco. Nasceu em Campos (RJ) no dia 2 de dezembro de 1884, filho de Benedito César Tinoco e de Maria Nascentes Tinoco. Era casado com Vilma Cunha Tinoco. Faleceu em Niterói no dia 13 de junho de 1960. Fundou o Liceu Nilo Peçanha e idealizou e executou a remodelação do ensino normal no Brasil. Fez os estudos preparatórios no Liceu de Humanidades de Campos, onde passou a exercitar sua vocação de jornalista a partir de 1903, fundando naquele estabelecimento de ensino a revista *O Ideal*. Ainda em Campos foi redator da *Gazeta do Povo*, jornal do Partido Republicano Fluminense (PRF), liderado por Nilo Peçanha, e de *O Tempo*. Matriculou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, tendo

trabalhado nesse período como telegrafista e também como jornalista na *Folha do Dia*, na *Gazeta da Tarde* e no *Correio da Noite*. Após formar-se em 1912 retornou a Campos, onde fundou os jornais *A Noite* e *Rio de Janeiro*, este último de grande penetração na cidade, destacando-se entre os órgãos de imprensa locais.

Vinculado a Nilo Peçanha, tomou parte de todas as suas campanhas políticas, tanto em nível estadual quanto federal. Participou, ainda da Campanha Civilista, 1909 – 1910, movimento em prol da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, que acabou sendo eleito em março de 1910. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Campos e mais tarde deputado estadual no Rio de Janeiro durante o governo de Raul Veiga (1918-1922). Nessa condição ocupou a vice-presidência da Assembléia fluminense e do estado do Rio de Janeiro, em 1919 integrou a Comissão de Revisão da Constituição estadual. Afastou-se da Assembléia logo após a votação do novo texto constitucional, em 1920.

Prefeito de Campos entre 1921 e 1922, participou da Reação Republicana, movimento que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, derrotado em março de 1922 por Artur Bernardes. Ainda nesse ano foi preso e processado sob a acusação de ter participado da Revolta de 5 de Julho de 1922 que explodiu no Rio de Janeiro e no Mato Grosso, em protesto contra a eleição de Artur Bernardes e contra as punições impostas pelo governo Epiácio Pessoa (1919-1922) aos membros do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. Esse movimento iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926), César Tinoco fundou em Campos o jornal *O Dia*, publicado em pleno estado de sítio, tornando-se seu diretor.

Participou da Revolução de 1930, foi secretário do Interior e Justiça do estado do Rio de Janeiro na interventoria de Plínio Casado (1930-1931), exonerando-se do cargo em 1931, quando o comandante Ari Parreiras assumiu o governo. Em seguida tornou-se funcionário do Ministério Público da Justiça do Distrito Federal e membro do Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931, congregando as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pelo movimento revolucionário de outubro de 1930. Combateu a Revolução Constitucionalista de 1932, que explodiu em junho em São Paulo, contra o Governo

Provisório de Getúlio Vargas. Derrotada em outubro do ano seguinte pelas forças legalistas.

Ao lado de Vicente Ferreira de Moraes, José Alípio Costallat, Eugênio de Macedo Torres, Altivo Linhares, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, do general Cristóvão Barcelos e do capitão Asdrúbal Gwyer de Azevedo, foi um dos principais organizadores do Partido Socialista Fluminense (PSF), fundado em dezembro de 1932 e filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em maio de 1933 foi eleito deputado pelo estado do Rio de Janeiro à Assembléia Nacional Constituinte na legenda da Frente Única, coligação do PSF, com o Partido Proletário do Estado do Rio de Janeiro. Participou dos trabalhos constituintes, iniciados em novembro do mesmo ano, e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato prorrogado até maio de 1935.

Em outubro de 1934 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio na legenda do PSF. Foram realizadas ainda eleições para as constituintes estaduais, que elegeriam o governador e dois senadores. Para o governo do estado do Rio de Janeiro, César Tinoco e o PSF apoiaram inicialmente o nome de Pedro Luís Correia e Castro. As inúmeras articulações partidárias para a escolha de um candidato de consenso acabaram por provocar cisões dentro dos principais partidos. Em junho de 1935 César Tinoco retirou seu apoio a Pedro Luís Correia e Castro, passando a apoiar Alfredo Backer, o que levou a uma cisão na comissão executiva do partido. Por outro lado, os deputados suplentes do PSF passaram a apoiar um terceiro candidato, Vicente de Moraes. Depois de vários acordos, a Coligação Radical-Socialista, constituída pelo PSF e pelo Partido Popular Radical (PPR), acabou ficando com a maioria de 23 deputados na Assembléia Legislativa contra 22 da União Progressista Fluminense (UPF). O clima de tensão era tal que, no dia da eleição, 25 de setembro de 1935, o deputado Capitulino dos Santos Júnior, do PSF, e o general Cristóvão Barcelos da UPF, foram alvejados num tiroteio. O vencedor do pleito acabou sendo o almirante Protógenes Guimarães, da Coligação Radical-Socialista, que teve seu nome ratificado em novembro do mesmo ano.

No sentido de congregar as forças de apoio ao governo de Protógenes Guimarães (1935-1937), foi tentada a organização de um novo partido. César Tinoco e Pedro Luís Correia e Castro representaram o PSF nessas articulações. Em 1937, na campanha pela sucessão presidencial, todos os membros da Coligação Radical-Socialista que apoiavam

o governador ligaram-se à candidatura de Armando Sales. Entretanto, César Tinoco, liderando um grupo do PSF, deu apoio à candidatura de José Américo de Almeida e, unido ao Partido Proletário do estado do Rio de Janeiro, fundou a Coligação Democrática Fluminense. Permaneceu na Câmara dos Deputados até o dia 10 de novembro de 1937, dada a supressão dos órgãos legislativos do país, com o advento do Estado Novo.

Podemos traçar ainda a trajetória política de Osvaldo Luís Cardoso de Melo nasceu em Campos (RJ) no dia 12 de março de 1897, filho de Luís Cardoso de Melo e de Francisca Batista Cardoso de Melo. Era casado com Aída da Costa Cardoso de Melo. Faleceu em 15 de setembro de 1968. Fez os primeiros estudos no Colégio Paraíso e no Liceu de Humanidades de Campos. Em 1919 formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira política elegendo-se vereador à Câmara Municipal de Campos, em 1924. Participou da Reação Republicana, movimento que promoveu (1921-1922) a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, eleito em março de 1922. Ainda ligado ao nilismo, participou ativamente da campanha da Aliança Liberal em defesa da candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Ativista político com grande expressão na Revolução de 1930. Em 1931, exerceu o cargo de prefeito de Campos, ainda nesse mesmo ano assumiu a Secretaria do Interior e Justiça do estado do Rio de Janeiro, no governo do interventor Pantaleão Pessoa. Em maio de 1933, foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido Popular Radical (PPR), assumindo o mandato em novembro do mesmo ano. Participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta (16/7/1934), teve seu mandato prorrogado até maio de 1935. Fundou em Campos o periódico *A Semana*, sendo um articulista de matérias políticas, contribuindo ainda com artigos científicos

Enfim, pude elencar um significativo grupo de indivíduos como representante da elite política campista cujas trajetórias foram traçadas no contexto político envolto pela figura de Nilo Peçanha, olhado como uma liderança incontestada na política local e estadual. Inaugura o “fazer política” a partir de uma liderança carismática a ser sempre lembrada e vista como favorável ao projeto político da elite: a modernização urbana como garantia para a obtenção da capitalidade para Campos e, como desdobramento,

uma maior influência na política fluminense. No imaginário coletivo, a “Idade do Ouro” se fazia presente.

A atuação de Nilo Peçanha na política campista, no estado do Rio de Janeiro e no plano federal marcou a Primeira República. O nilismo como força política demarcava posições nas eleições municipais, na Assembléia Legislativa estadual, na direção do governo estadual, no senado e mesmo a presidência da república Cf. Ver Marieta de Moraes Ferreira. (Op. cit. p.63; Peçanha, 1989).

2.2 - Reformas urbanas e elite: Campos - capital (1890-1930)

A Conjuntura política de 1890/94 é particularmente expressiva no entendimento das pretensões da elite campista obter a capital do estado para Campos. As disputas de poder entre civis e militares sobre o encaminhamento do modelo republicano federalista resultaram em graves crises internas no Estado do Rio de Janeiro com desdobramentos em Campos dos Goytacazes.

Deodoro foi eleito para presidente da república, porém não contou com o apoio do Congresso, fato que teria reflexos em todos os estados, notadamente no Estado do Rio de Janeiro com a indicação de Francisco Portela, político campista, ao governo, sem a apreciação do Partido Republicano Fluminense.

O período foi marcado por acirrada disputa pela direção política estadual, sendo que os republicanos fluminenses vão buscar fortalecer suas bases políticas por meio da ampliação de influências nos municípios e, então, ganhar benesses do governador Portela que não possuía bases políticas sólidas dentro do estado. O governador buscou organizar suas bases políticas na tentativa de obtenção de maior controle sobre a política fluminense, sua administração foi assim pautada por uma política de distribuição de cargos públicos estaduais e municipais, além de incentivo a criação de novos municípios – em 1890 é criado o município de Teresópolis como instrumento político para a afirmação da máquina portelista no estado¹⁹.

As tensões políticas foram particularmente fortes em Campos; de um lado os republicanos aliados ao Barão de Miracema, de outro o grupo de Nilo Peçanha e os

¹⁹ Cf. Collecção de Decretos, Actos e Decisões do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Tpy. Montenegro, 1891, Biblioteca Matoso Maia, Niterói.

republicanos históricos e, de outro, os portelistas. Os confrontos entre as diversas facções políticas tomaram, aí, um caráter bem agressivo, seja pela imprensa, seja na Associação Comercial e nos debates na Câmara Municipal. Em 1890 se manifestam de forma mais agressiva em função da nomeação de Mariano de Brito como intendente de Campos, angariando protestos do grupo nilista, que vai considerar tal medida como autoritária, fora das leis eleitorais e das municipalidades.

Pedro Tavares, de expressiva atuação no movimento em prol da república, um republicano histórico em Campos, no Jornal *A República*, de 06 de março de 1891 faz uma série de críticas ao governador Portela, quando de sua visita a cidade, como desdobramento vai criticar a administração municipal considerando a dependência do intendente à máquina portelista, denuncia obras de calçamento da Rua 13 de Maio, que se destacava pelos seus belos casarões e intenso comércio como desnecessárias. (ALVES, 2009).

No Estado do Rio, o esvaziamento político de Portela se acentuou, notadamente pelo seu isolamento no Partido Republicano Fluminense e também devido aos atritos com representativas lideranças monarquistas. Logo tomou medidas buscando responder às críticas recebidas e assim consolidar sua base de apoio no interior, longe das contendas que se travavam na capital fluminense. O governador pelo decreto nº 127 de 6-10-1890 decidiu transferir a capital de Niterói para Teresópolis, considerando a necessidade da mudança da sede do governo do Estado, por motivos políticos e de ordem econômica e administrativa²⁰.

As medidas tomadas por Portela descontentaram sobremaneira os políticos de Campos e a população de uma maneira geral. Campos já há algum tempo reivindicava, para si, a sede da capital do estado, não só por seu desenvolvimento comercial, financeiro e cultural, como por se constituir numa cidade urbanizada, com edifícios adequados com condições de abrigar as repartições públicas estaduais. Já tinha

²⁰ O decreto nº 84 de 19 de maio de 1890 e o contrato celebrado para execução da construção de uma ferrovia ligando o Rio de Janeiro à Serra do Cupim, passando por Teresópolis, garantiam à companhia, fundada pelo Barão de Mesquita e Moitinho, toda a infra-estrutura necessária à nova cidade, designada para ser a capital do Estado. Conforme o decreto nº 127 de 6-10-1890, ficava assim transferida para Teresópolis a sede do governo, devendo-se efetuar a mudança da administração e residência do poder público logo que fossem construídos os edifícios para sediar as repartições públicas, tarefa a cargo da Cia de Ferro Teresópolis.

consolidada uma infra-estrutura burocrático-administrativa capaz de atender ao governo estadual.

Há de se notar que, o fato do governador Portela ter bases políticas em Campos e ser um político de longa tradição na cidade, desde o Império, se apresentou para a elite política como fator importante para a concretização do projeto - Campos, sediar a capital. Julgava ela que Portela ao se tornar governador empreenderia uma política de defesa dos interesses do município, daí que a atitude do mesmo foi vista como desleal.

Em Campos, os ânimos se acirraram ocorrendo vários meetings em protesto às decisões do governador. O jornal *A República* em editorial faz uma série de críticas ao governo:

"O anúncio da transferência da capital despertou graves resistências em todo o estado, especialmente em Niterói e Campos. Desta última partiu a iniciativa, estendida a vários outros municípios, de uma série de meetings, em favor da deposição de Portela. Tal desgaste junto à opinião pública e às lideranças locais poderia resultar em pressões sobre Deodoro no sentido de sua substituição. Portela encontrava-se de fato numa situação delicada. Todas as suas ações políticas, voltadas para a constituição de uma facção própria, aprofundavam sua dependência do governo central, na mesma medida em que o isolavam da maioria dos mais importantes chefes locais. A solidez de seu poder dependia dos rumos da situação política nacional marcada, nessa conjuntura, por intensas lutas entre Deodoro e a oposição militar e civil" (FERREIRA, 1994, P. 53).

Em fins de 1891, a situação política do governador Portela era de enfrentamento às críticas, sendo que aparentemente contava com o apoio do presidente Deodoro, de alguns membros da bancada fluminense no Congresso Federal e de quase todos os deputados e senadores estaduais. Nos municípios, contudo, suas bases eram precárias, resumindo-se a alguns chefes de influência e às autoridades por ele nomeadas, em geral pouco representativas do poder local. A oposição maior era dos chefes políticos municipais que detinham o poder, aguardavam o momento favorável nas mudanças da política estadual.

Em, 3 de novembro de 1891, Deodoro dissolveu o Congresso Nacional, suscitando um pipocar de conflitos entre o governo e o bloco oposicionista composto por parlamentares, militares e setores civis; conflitos expressos na sua forma limite pela greve dos ferroviários e pela explosão da revolta da Armada comandada por Custódio

José de Melo. A adesão de Portela ao golpe deodorista resultou em mudanças nas relações do governo com a população fluminense, que atingida pela crise econômico-financeira, decorrente da abolição e, aprofundada com a reforma financeira de Rui Barbosa, acabou por retirar-lhe o apoio.

A imprensa fluminense, no início dos anos 1890, criticava a política governamental, particularmente à política de crise de abastecimento e aumento desordenado dos preços dos produtos. A instabilidade política provocou uma mobilização dos trabalhadores que, por meio de greves, reivindicavam melhores salários. Registraram-se em 1891, 12 greves em território fluminense; em Campos, Macaé, Macuco, Nova Friburgo, São Sebastião, notadamente, em sua maioria, por trabalhadores ferroviários.

Portela, sem apoio tentou, como última manobra para fortalecer seu prestígio político na direção do governo, apressar a votação de leis no Legislativo. A oposição reagiu, contando com o apoio de Floriano Peixoto, que assumira o poder, face à renúncia de Deodoro. Em consequência, explodiram vários movimentos de rebelião por todo o estado. As autoridades municipais simpatizantes do portelismo foram derrubadas. Em Campos, o ambiente foi tenso resultando em muitos feridos.

O impasse político, com a renúncia do governador em 10 de dezembro de 1891 permitiu o aparecimento de um novo sistema fluminense de poder. O ajustamento entre o situacionismo estadual e federal, durante toda a década de 1890, representara um dos elementos estabilizadores da política fluminense; sua ruptura provocaria o desequilíbrio no quadro político estadual. Os grupos dominantes fluminenses se integravam ao desejo de obtenção do poder nacional por meio das oligarquias civis. Diante da situação de anarquia dominante no estado do Rio de Janeiro, Floriano Peixoto nomeia como interventor Carlos Baltasar da Silveira. Eleita a Assembléia Constituinte em 1892, que promulga a Constituição liberal republicana. Entretanto, a situação política ainda apresentava-se difícil.

A polarização no quadro político do Estado do Rio de Janeiro se torna mais acentuada, em 1893, quando da explosão da guerra civil no Rio Grande do Sul. O Partido Republicano Fluminense ficou ao lado do governo federal, posição tomada durante um *meeting* realizado em Niterói, em abril de 1893. O alinhamento do

situacionismo fluminense com as forças dominantes no plano nacional mostrou-se mais nítido, quando das eleições para a sucessão de Floriano. O Partido Republicano Fluminense participou, em 1893, da organização do Partido Republicano Federal cuja fundação foi iniciativa da oligarquia paulista, que buscava dirigir o pleito sucessório e, assim, garantir a eleição de seu candidato, Prudente de Moraes. A participação de Nilo Peçanha na criação do Partido Republicano Fluminense foi inegável como também na organização do Partido Republicano Federal. Apesar de ter algumas de suas propostas derrotadas, interveio objetivamente nas principais questões, tais como programa, organização e nome do partido²¹.

Na Câmara dos Deputados, Nilo era porta-voz das reivindicações do norte-fluminense, seu distrito eleitoral, o que contribuiu para o estreitamento das relações políticas com o Barão de Miracema, inegavelmente o mais importante chefe político daquela região. Nilo vai atuar, politicamente, quase de forma independente do Partido Republicano Fluminense, o seu mandato era garantido por sua crescente projeção política no cenário federal e ao incontestável apoio eleitoral do norte-fluminense.

Demonstrativo de sua força política foi o acesso tranqüilo dos seus candidatos à Assembléia Legislativa de 1892. Os focos de divergências foram neutralizados pelo domínio total do partido situacionista no Município. Nas eleições municipais para vereadores e juízes de paz, o partido expressou toda a sua força política; obteve, ainda, vitórias em todo o Estado, exceto em Resende, Campos e Niterói (MARIETA, 1989).

Em Niterói, Portela havia construído uma base de sustentação política forte, forjada no Partido Liberal, ao qual era filiado; assim, a força do portelismo, na capital fluminense, dificultou o enraizamento do Partido Republicano Fluminense. Percebeu-se tal fato em dezembro de 1892, no início do governo Porciúncula, quando o Regimento Policial do Estado, favorável a Portela, se rebelou, ocupando Niterói.

Forças populares armadas pelos militares, vão aderir ao movimento sob o comando do ex-deputado portelista Gomes Machado. Os revoltosos ocuparam a estação telegráfica e a Repartição da Polícia, tomando de assalto o Palácio de Governo; tendo a

²¹ A atuação de Nilo Peçanha na política campista, no estado do Rio de Janeiro e no plano federal marcou a Primeira República. O nilismo como força política demarcava posições nas eleições municipais, na Assembléia Legislativa estadual, na direção do governo estadual, no senado e mesmo a presidência da república Cf. Ver Ferreira (Op. cit. p.63; Peçanha, 1989).

adesão da guarda palaciana, exigiram o retorno de Portela ao poder. Para reforçar o movimento, enviaram telegrama a Custódio José de Melo, opositor de Floriano, buscando apoio. Imediatamente o governo federal enviou forças militares ao governador Porciúncula, para combater os revoltosos. Tal episódio demonstrou o isolamento do presidente de estado na capital, tornando-o dependente de recursos federais para se manter no poder.

A instabilidade política da capital do estado e do Distrito Federal foram elementos detonadores da retomada da idéia de transferência da sede do governo estadual para outro município fluminense. Rumores davam como certa a mudança para Friburgo. Logo, explode um movimento em defesa da capital para Campos alicerçado na asserção; o município é o que se apresentava com condições por se constituir no principal centro comercial, financeiro e cultural fluminense, portanto, exercia direitos legítimos de sediar a capital do Estado do Rio (ALVES, 2009).

De imediato, foi encaminhada uma representação popular contendo assinaturas de representantes do comércio e da população à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, assinalando reais condições que sedimentaria a escolha de Campos para capital do estado. O jornal *A República*, de 06 de janeiro de 1893, publicou, na íntegra, um documento, traduzindo os anseios da elite campista:

“Ilmos e Exmos Srs presidente e mais membros da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Acha-se no domínio público que têm Vv.Exas. resolvido transferir da cidade de Nictheroy a séde do governo deste estado para lugar não definitivamente designado.

Os abaixo assignados, representando todas as classes, residentes na cidade de Campos, em defeza dos seus legítimos interesses empenhados n’esta resolução, cumprem o dever de vir significar a Vv.Exas, que nenhuma das cidades do estado do Rio de Janeiro reúne os requisitos que recommendam a cidade de Campos, que deve ser preferida para séde do governo estadual.

A sufficiente distancia da capital federal para não soffrer os contragolpes de quaesquer movimentos sediosos, ao mesmo tempo collocada no centro de grande região industrial, servida por multiplas vias de comunicação, facil e diaria, tendo de um lado a estrada de ferro de Macahé e de outro a estrada de ferro Carangola, além de varios ramaes para o interior, como os de S.Fidélis e S.Sebastião; servida igualmente pela navegação

fluvial e marítima, que se faz pelo rio Parahyba, em cujas margens se acha edificada, e pelo porto de S. João da Barra; situada em fértil campina que abre o amplo regaço a todos os desenvolvimentos possíveis da edificação urbana, alimentam o seu ferocissimo seio grande número de fazendas de assucar, d'entre as quaes se destacam muitas usinas que sempre fizeram de Campos o mais rico e importante município do Rio de Janeiro.

Séde de grande movimento industrial e commercial mantido por duas companhias de navegação marítima e fluvial, três bancos, além de grande número de importantes e futuros estabelecimentos fabris que não encontram similares em outros municípios; possuindo edificação já muito adiantada e de regular architectura, da qual sobresaem edifícios apropriados às primeiras repartições públicas, é fora de dúvida que a cidade de Campos, acha-se em condições singulares e excepcionaes para merecer a preferencia que invoca, a ser esta resolvida de conformidade com os dictames da justiça e das conveniencias publicas.

O povo campista espera da justiça e do patriotismo de Vv. Exas, que não lhe façam a injustiça de preterir o seu incomparável direito.”

Apesar do empenho da elite campista, o projeto Campos, capital do estado do Rio de Janeiro não encontrou ressonância no governo estadual. Teresópolis, que também buscava se tornar capital, não obteve sucesso. Os debates retomados em 1893, devido ao momento político nacional e à própria crise política por que passava o estado, marcado por conflitos entre as forças remanescentes do portelismo e o governo estadual, além do fato de Niterói, vivenciar um clima de instabilidade, devido à Revolta do Regimento Policial do Estado sediado na capital, davam como decidida a mudança para Nova Friburgo (FERREIRA, 1989, P. 80).

É neste contexto que a campanha pela escolha de Campos adquiriu um aspecto mais combativo. A Associação Comercial, congregando os representantes das diversas classes sociais e com o apoio dos principais jornais - *A República*, *A Gazeta do Povo* e *O Monitor Campista* - enviou uma representação à Assembléia Legislativa do Estado do Rio (ALERJ) sobre a conveniência e vantagens da transferência da capital para Campos, considerava que o município tinha os meios de auxílio para o estado efetuar a transferência da capital e se colocava à disposição.

O Barão de Miracema e Nilo Peçanha se uniram numa intensa campanha, que ganhou as ruas da cidade. O movimento tomou um contorno regional, além de envolver as forças políticas e populares campistas, acabou por também angariar apoio dos municípios vizinhos como Macaé, Itaperuna, São João da Barra e São Fidélis. Cogitou-se, até, numa proposta autonomista: Campos, liderando os demais municípios do norte-fluminense, se constituiria numa nova unidade da Federação.

A imprensa agitou-se em favor da mudança da capital para Campos por todo o ano de 1893. O jornal *A República*, de 15 de janeiro de 1893, assim notifica:

"Campos - Capital. Das cidades que disputam a primazia de ser a capital fluminense encontramos Teresopolis, Friburgo, Campos. As duas primeiras tem a seu favor o excelente clima, suas montanhas verdejantes, mas para elas sediar o governador acarretará grandes despesas, o que não acontecerá à florescente Campos, que é sem dúvida, o cérebro do Rio de Janeiro."²²

A representatividade do movimento na sociedade pôde ser percebida pelo fato de, nesse momento, ter sido levada à cena pela Companhia Theatral de Campos, a revista *Campos - Capital*, no teatro S. Salvador, em março de 1893²³.

Porém, as pretensões do município de se tornar capital do estado não se concretizaram. O projeto foi derrotado, em 1894, Petrópolis vai ser elevada à capital do estado do Rio de Janeiro pelo então Presidente do Estado, Porciúncula, que tinha aí a sua base política.

Mas, se o desejo da elite campista de sediar a capital do estado, patamar para o domínio da política fluminense, não foi vitorioso na década de 1890, tal projeto não se esgotou. É retomado nos anos 1920, na perspectiva de um projeto modernizador para Campos, o de dotar a cidade de melhoramentos condizentes com o seu desenvolvimento econômico, social e importância política.

Os anos 1910/20 revelaram-se como momento favorável e até mesmo impulsionador desse projeto, dada a conjuntura política e econômica. A atividade

²²O Jornal *A República*, de 15 de janeiro de 1893.

²³ O movimento em prol da capitalidade para Campos foi marcado por vários eventos e intensos debates congregando diversos setores da sociedade Cf. Rangel Júnior (1992). Tais informações foram reafirmadas pela leitura do jornal *A República*, de 21 de março de 1893.

açucareira deu mostras de grande prosperidade, nos anos 1910. O volume de investimentos no setor agrícola aumentou de forma significativa, graças à tendência de recuperação dos preços, notadamente a partir de 1914. Conjunturalmente a 1ª Guerra serviu como grande estimulador da produção campista, além do fato de a produção do nordeste retomar o abastecimento do mercado externo, o que contribuiu para diminuir a oferta interna e impulsionar os preços para cima.

Anos de dinheiro farto, traduzidos pelo jorrar do açúcar das turbinas das usinas, a efervescência dos negócios no Café High-Life, a bolsa de negócios, onde circulavam usineiros industriais e os comissários de negócios. Do largo da imprensa e do “boulevard” do comércio saíam às novidades da política e da economia. Discutia-se a cotação do açúcar no mercado, as transações das casas comissárias com os usineiros e produtores, além das contendas políticas.

“Foi tempo de grande proveito. (...) No comércio de compra e venda a firma navegava de vento em popa. Em mesa reservada, no Taco de Ouro, eu tramava com o sócio as manobras dos ganhos. Fiquei conhecido no atacado do açúcar e era quem mais vinha negociar comigo. (...) De fato, em duas semanas na frente das especulações, tive lucro de encher arca e meia. Numa alta de mascavo, na qual transação empatee cinquenta contos de réis, ganhou a firma quase outro tanto. Com essa mercancia firmei nome na praça, como sujeito atilado, que não temia responsabilidade. Nogueira bateu palmas (...) Num abrir e fechar de olho arranjou sala e saleta no alto do Livro Verde, na Praça da Quitanda.” (CARVALHO, 1987 P.196/198)

A suntuosidade das edificações, o usufruto do luxuoso e o gosto pelo conforto marcavam o cotidiano da cidade. O passeio pela Praça São Salvador, as tardes na Confeitaria Americana, a ida ao teatro Orion, São Salvador e assistir ao que se apresentava de mais atual em matéria de ópera e canto lírico, as viagens à Europa. A sociabilidade alicerçada no gosto e o bem receber (BOURDIEU, 2011) definia a posição da elite na sociedade, o importante era o contato com a civilização e as últimas novidades de Paris e Londres.

Esse era um momento particularmente favorável a Campos, pois Nilo Peçanha assumira o governo federal, com a morte de Afonso Pena, em 1909/10, o que contribuiu para o fortalecimento das bases nilistas no município e no estado. No âmbito estadual, a máquina nilista garantiu a vitória de Oliveira Botelho à presidência do estado, em 1910. Inicialmente, a administração botelhistas procurou dar continuidade nas diretrizes traçadas, no primeiro governo de Nilo, para o Estado do Rio, atentando-se que, em 1912, por intervenção do próprio Nilo, Botelho obtém um empréstimo de 03 milhões de libras esterlinas dos banqueiros ingleses, com o propósito de empreender obras públicas, nas principais cidades fluminenses. Em Niterói, realizou obras de remodelação/saneamento, como também melhorias nas cidades de Campos, Teresópolis, Macaé, Barra Mansa, Resende (VASCONCELOS, s/d, P. 202-04).

Entretanto, logo ficaram claras as divergências político-partidárias entre Nilo e Botelho o que vai refletir na campanha eleitoral ao governo de Estado, em 1914/18. O impasse entre a candidatura Feliciano Sodré, apoiado pela máquina situacionista botelhistas e a candidatura Nilo, tendo o apoio de grande parte dos chefes políticos fluminenses. As eleições deram a vitória a Nilo, a não aceitação dos resultados pelo grupo botelhistas, provocou uma crise política. Fato que levou Nilo a requerer a intervenção federal para ter garantida sua posse.

A posse de Nilo, confirmada pelo presidente eleito Venceslau Brás que acatara a decisão do Supremo Tribunal Federal, consolidou o nilismo no Estado do Rio, acabou por ter amplos reflexos na vida política de Campos. A facção nilista campista vai ter uma atuação marcante, dentro do município e região norte-fluminense, durante a campanha de Nilo ao governo do estado, como garantidora de sua vitória. Como já mencionado anteriormente, nomes expressivos como: João Guimarães, César Tinoco, Bruno de Azevedo, Alvarenga Peixoto, Luiz Sobral, Obertal Chaves, Ramiro Braga (...), enfim, a elite política vai então ocupar os cargos mais representativos na política municipal e estadual.

Em 1914, Nilo assumiu a administração estadual, já em 1915 foi eleito para prefeito de Campos, o Dr. Luiz Sobral, médico, político ligado às bases nilistas. Seu programa de governo pautava-se por amplas reformas no centro urbano e no município. Assim, a sua administração é direcionada na obtenção de recursos financeiros, junto ao

governo estadual, com o intuito de iniciar as obras de melhoramentos. A cidade mais uma vez adquiriria uma imagem urbana condizente com seu progresso comercial e financeiro – a cidade moderna, civilizada.

Na concretude do novo cenário urbano, o prefeito Sobral vai retomar o Plano Saturnino de Brito, sob a direção do médico sanitarista Álvaro Cruz. Retorna à cena política o ideário da modernização urbana, como patamar para uma atuação mais efetiva nas decisões políticas estaduais. Sanear a cidade, intervir na geografia urbana significaria a construção de um desejo, longamente acalentado – Campos, sultana do Paraíba,²⁴ depositária das condições para sediar a capital do Estado do Rio. Momento impar, a facção nilista de Campos investira em Nilo todas as suas expectativas de obtenção de recursos para a implementação do desenvolvimento regional, sobretudo o setor açucareiro, um dos impulsionadores do dinamismo comercial-financeiro da região norte-fluminense.

É digno de nota que nesse momento a elite campista vai defender a instalação de uma escola profissionalizante. O jornal Folha do Comércio, de 14 de novembro de 1909, no artigo “Crianças Abandonadas”, escrito por Ruy de Avellar, denuncia a situação dos menores vagabundos, que perambulavam pelas ruas, defendia a necessidade de medidas para por fim a vadiagem. A melhor solução, no seu entender, seria o “recolhimento da criança a instituições profissionais onde receberão educação necessária e simultaneamente o ensino, que lhe facilite um meio de vida futuro (...) só assim lucrará a sociedade”.

Diante dos argumentos defendidos pela elite, em 1910, Nilo Peçanha inaugura a Escola de Aprendizes e Artífices, cujo objetivo era capacitar profissionalmente menores carentes, portanto estaria eliminada a vadiagem, assegurando a ordem no centro da cidade.

A leitura do jornal Folha do Comércio de 1909/10, aponta algumas conclusões: de julho de 1909 - janeiro de 1910 foram publicadas uma série de reportagens laudatórias da obra de Saturnino de Brito. Entretanto, tais textos tinham um enfoque de críticas às péssimas condições higiênicas e sanitárias da cidade e uma defesa de mudanças no cenário urbano. Denúncias desde as imundícies dos portos; os descuidos

²⁴ Estamos usando tal expressão, presente no Jornal Folha do Comércio em 1909/10.

do poder público com as ruas de maior movimentação, principalmente a Beira-Rio, considerada a Grande Avenida, a permanência de entulhos junto às lagoas, comprometendo a salubridade e trazendo as epidemias, que eram constantes. As críticas eram amplas e, também giraram em torno da ausência de um serviço de arborização.²⁵ Assim, as intervenções modernizadoras vinham em boa hora. "Uma boa arborização pela cidade, o aterro do pântano da Rua da Baroneza e o nordeste todos os dias a lavar a cidade, havemos todos de lucrar"²⁶.

A reportagem não se restringia apenas à questão da higienização da cidade, condição necessária no combate de doenças epidêmicas que comprometia a maior parte da população. Alertava também para a necessidade de uma política punitiva contra a presença dos quitandeiros, com seus tabuleiros ocupando as calçadas, incomodando os transeuntes, o que prejudicava o comércio. Defendia a aplicação do Código de Posturas Municipais a todos aqueles que infringissem as leis, principalmente os quitandeiros e vendedores ambulantes, em defesa da ordem.

Para o jornal, o espaço urbano "se tornaria higienicamente policiado". Tal categorização apresentava um duplo sentido: o da higienização da topografia urbana e das massas populares. Controlar o espaço da rua e do trabalho era a preocupação das elites. Demarcando o espaço urbano em áreas nobres e o subúrbio, a elite tratava de deslocar os grupos populares para a periferia e, assim, o centro da cidade era identificado como arena da vida financeira e cultural.

O jornal Folha do Comércio de 19 de agosto de 1909, afirmava:

"(...) agora começa a época do movimento do comércio em virtude da regularidade do trabalho rural, quando podem ser satisfeitas as necessidades dos habitantes do interior do município, e bem pode avaliar que num quadro pouco seguro de desasseio da cidade é possível eclodir uma explosão epidêmica sem par, trazendo como corolário logo, não só o prejuízo de vidas caríssimas, como também com o apertado assédio do inimigo comum, a perda das esperanças do comércio nos negócios do seu melhor semestre do ano."

²⁵ É bastante sintomática a publicação de tais reportagens, um mês após a posse de Nilo na presidência da república; além disso, o jornal havia sido fundado em 14/7/1909 por Bruno de Azevedo, presidente da Associação Comercial, estando na presidência da Câmara João Guimarães, ambos nilistas, sendo que o jornal propugnava a defesa dos interesses dos fazendeiros e comerciantes, e com ela a indicação de candidatas a vereadores e deputados estaduais às eleições de 22/12/1909.

²⁶ Cf. Jornal Folha do Comércio, 16 de julho de 1909.

O debate em torno da remodelação urbana, com grande veemência, na série de reportagens assinada por Álvaro de Queiroz, entre 21 de agosto de 1909 e 07 de janeiro de 1910, conclamava a administração municipal a implementar o plano de urbanização Saturnino de Brito, em sua íntegra²⁷. Considerando a salubridade urbana em relação às condições das habitações, o jornal criticava o fato de muitas delas permanecerem com o seu aspecto colonial, dado pelos seus velhos construtores, tornando a cidade feia e atrasada. Sugere, então, a derrubada de casarios coloniais, bem como a dos casebres escuros e lúgubres, de condições precárias. O centro urbano deveria ganhar um novo aspecto. Porém, a viabilização das reformas, segundo o jornalista, só se concretizaria através de uma ação conjunta do poder público e dos "proprietários ricos" que, segundo ele, estariam dispostos a contribuir para a melhoria da cidade²⁸.

Álvaro de Queiroz retoma, nesta série de reportagens, discussões levantadas quando da apresentação do Plano Saturnino à Câmara Municipal, em 1903. Da derrubada das precárias habitações alugadas à classe operária, os péssimos serviços prestados pela Companhia Syndicate²⁹, seu olhar perpassa criticamente sobre o espaço da cidade.

“... com boa vontade muito se fará pela salubridade deste imenso e rico Leste fluminense, incontestavelmente a zona mais importante do Estado e no qual se acha a mais importante cidade do Estado - a gloriosa Campos. Si não aproveitarmos o momento presente, em que nesta cidade está se desenvolvendo um certo gosto pela remodelação das habitações; em que estamos verificando sensível transformação para melhor até no moral do povo - talvez quando quizermos mais tarde emprender os melhoramentos, que são inevitáveis, será mais difícil e os grandes capitaes aqui empregados irão de par com a saúde pública para completo aniquilamento.”³⁰

O velho mercado da Praça do Rocio deveria desaparecer. Cercado por grades de ferro, cheio de barracas, com telhados de zinco, e inúmeros chalés, ocupados por açougues, banca de peixes, armazéns, foco constante de ratos, o mercado dava ao local um aspecto de imundície. Aí se misturavam vendedores de ervas, legumes, aves e de

²⁷ Na administração de Pereira Nunes como presidente da Câmara Municipal, tinha sido elaborados a carta cadastral e o plano de saneamento de Campos, por Saturnino de Brito, mas, foram empreendidas apenas algumas das reformas propostas. A continuidade das obras defendidas no referido plano se efetivou no governo de Luiz Sobral.

²⁸ Os dados coletados ao longo da pesquisa indicam que os proprietários ricos a que o autor da reportagem se referia eram os homens de negócio, categoria ampla incluindo fazendeiros, comerciantes, rentistas, profissionais liberais, ou seja, a elite econômica e política local.

²⁹ A Cia Syndicate não abastecia satisfatoriamente os 2.800 prédios em água e esgotos, além de prestar um péssimo atendimento, como rezava contrato renovado.

³⁰ Cf. Folha do Comércio, 29 de setembro de 1909.

viveres que provocavam grande balbúrdia. Esse era um centro de algazarra e vadiagem. Uma reforma se fazia urgente ou, até mesmo, a transferência do velho mercado para outro local.

O desenvolvimento de Campos requeria um estabelecimento em melhores condições, limpo, asseado, ao abrigo do tempo e longe dos pregões e gritarias. No entender das elites, o local mais indicado para sediar o mercado deveria situar próximo a uma larga avenida, junto à Barão do Amazonas e ao Canal Campos- Macaé. Nesse sentido, a Avenida Beira-Valão foi a opção por estar arborizada, pois o novo mercado, deveria se constituir no cartão postal da cidade.

A supracitada série de artigos tinha ainda o propósito de persuadir a população de Campos a pressionar a Câmara Municipal para a retomada, de fato, dos grandes melhoramentos esperados, indispensáveis a uma cidade que ainda sonhava ser a capital do Estado. Segundo o jornal, "quando a cidade principal de um Estado se torna asseada pelo empreendimento de grandes obras, isto influe extraordinariamente não só sobre essa cidade, mas também sobre todo o Estado"³¹.

É apresentado pelo jornal, em 4 de janeiro de 1910, o programa de execução dos melhoramentos defendidos por Álvaro de Queiroz,

"... com o ÚNICO intuito de sermos útil ao nosso torrão natal, pedimos, imploramos às classes dirigentes que secunde a vontade colectiva e empreenda os trabalhos que, visando o saneamento de Campos, sejam a maior garantia do futuro desta cidade."

Apresentamos o seguinte:

1- Prefeitura Municipal de Campos convidam uma Comissão de competentes cavalheiros para:

a) Ouvirem o Dr. Francisco S.R. de Brito sobre os melhoramentos de Campos, que objetiva orientá-los sobre os mesmos.

b) Tal Comissão não podendo ter o Dr. Saturnino de Brito à frente de tal projeto, seguirá suas determinações, quer quanto ao valor, quer quanto a qualidade.

³¹ Cf. Folha do Comércio, 16 de outubro de 1909.

c) Conjuntamente com o Dr. Saturnino de Brito a Comissão arcará o custo das desapropriações a serem efetuadas, para isto fará um estudo prévio levando em conta o levantamento espacial feito por tal profissional.

2- A Comissão por ordem dos poderes executivo e legislativo convocará uma reunião dos proprietários de prédios de Campos para que não haja obstáculos à implementação de tais melhoramentos - levará ao conhecimentos dos proprietários os projetos a serem efetuados, sendo que estes deverão se comprometer a não obstaculizarem os serviços.

3- A Comissão conferenciará com o poder estadual e o Superintendente da empresa The Campos Syndicate Limited sobre a renovação dos serviços de água e esgotos, de modo que esses serviços estejam a contento.

4 - Para os aterros de que necessitam as diversas partes baixas da cidade, a Comissão solicitará ao governo federal a autorização para utilizar-se da ilha fronteira ao matadouro, que segundo informações, não possui utilidades prática, sendo ainda um obstáculo à única passagem das águas.

5 - Os poderes municipais de Campos isentarão de impostos municipais, por tempo que julgar necessário, os proprietários que constuíram tipos de casa salubres, segundo o plano urbanístico do Dr. Brito.

6 - Os trabalhos abrangerão todo o plano de reurbanização traçados pelo Dr. Brito dentro da planta cadastral elaborada por ele, como também pela sua orientação."

Assim, o plano de execução dos melhoramentos propostos pela imprensa, se concretiza pela administração de Luiz Sobral, prefeito de 1915 - 1921. O prefeito Sobral vai buscar atender as demandas da cidade, pois o crescimento do setor açucareiro, contribuindo no equilíbrio das finanças municipais, lhe apresentava como fator favorável. O Anuário Estatístico de 1917, enfatiza:

"(...) a prosperidade da situação financeira da municipalidade não é mais que o reflexo da excelente situação econômica do município onde a lavoura, o commercio e as indústrias dia a dia augmentam de importancia, creando para este rico tracto da terra fluminense condições de inegualavel adiantamento." (Anuário Estatístico de 1917, P.68).

Além disso, a arrecadação do município de Campos, como se pode ver no quadro abaixo, ocupava uma posição ímpar dentre as dez primeiras do Estado do Rio. Verifica-se que somente Niterói, capital do estado, tinha uma arrecadação maior que

Campos, mas sua população era de 95.400 habitantes, enquanto Campos atingia mais de 100.000 hab. População e arrecadação eram fatores que se conjugavam como expressão do seu desenvolvimento e de sua projeção regional, no norte-fluminense.

A ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS EM 1917:

Nicteroy	2.485:980\$000
Campos	1.082:274\$000
Petrópolis	991:424\$000
S. Gonçalo	179:445\$000
Nova Friburgo	132:480\$000
Parahyba do Sul	104:824\$000
Itaperuna	99:286\$000
Vassouras	99:005\$000
Therezopolis	92:761\$000
Iguassú	91:772\$000

Figura IV - A arrecadação do município de Campos em 1917.

Fonte: Anuário Campista 1920.

Segundo Barreto (1920, P. 68), a conjuntura favorável da economia e das finanças levaram Luiz Sobral a obter um empréstimo de 1.000 contos de réis, na praça do Rio de Janeiro, por intermédio do Banco Comercial, que seriam aplicados na remodelação urbana. A cidade passou por uma verdadeira metamorfose: alargamento de ruas, como a Formosa, que custou a desapropriação do teatro S. Salvador; calçamento a

paralelepípedos da XV de Novembro e Rocha Leão; arborização de avenidas e praças; construção do novo Mercado Público³² e do Matadouro Modelo; reforma do Cemitério, além da criação da Repartição de Estatística do Município. O centro era cortado pelos bondes elétricos, que causavam frisson, principalmente a linha que levava à praça S. Salvador.

A imagem de efervescência: o burburinho dos cafés, as tardes na Confeitaria Americana, onde as senhoritas se encontravam para o chá e o flerte. A Beira-Rio sem as lavadeiras, os meninos de recado e os carroceiros, abria-se para o *flânuer* nas tardes de domingo. A cidade moderna abria-se ao sonho de sediar a capital do estado.

A década de 1920 representou, portanto num momento decisivo para os rumos da agroindústria açucareira em Campos, momento de redefinição dos seus quadros políticos em virtude da derrota de Nilo Peçanha nas eleições de 1922 e sua posterior morte em 1924.

A despeito de continuar a produção açucareira como carro chefe de sua economia, Campos ia perdendo, gradativamente sua posição privilegiada como principal produtor de açúcar voltado ao mercado interno, dada a concorrência das demais áreas produtivas do país, como São Paulo e Pernambuco.

A diminuição na venda de açúcar e a queda de preços no mercado repercutiram negativamente para o município, não só pelas falências e fechamento das usinas³³ quanto pela necessidade de buscar ajuda no governo federal. A saída foi recorrer a política de subsídios à produção e manutenção de preços, além de buscar meios para empreender uma luta contra o monopólio dos comissários de açúcar. Os efeitos advindos da baixa de preço do produto provocaram uma ampla discussão sobre a necessidade da intervenção do Estado, como também a aplicação de diminuição dos impostos e de uma política de crédito agrícola (ALVES, 1995).

³² Em 1920, foi inaugurado o Mercado Municipal, esquina da rua Barão de Amazonas com a Rua Formosa, expressão da modernidade por suas características arquitetônicas.

³³ No processo de concentração fundiária observamos a absorção de terras dos engenhos devido ao endividamento, sendo que alguns foram fechados. Muitos proprietários desses engenhos venderam suas terras às usinas. Porém as pequenas usinas foram gradativamente sendo absorvidas, resultando na concentração da propriedade. Se em 1920, as usinas Saturnino Braga e Limão se encontravam em pleno funcionamento, em 1929 já não existiam Prado (2002).

Buscando resolver o problema, em 1922, é fundado o Sindicato Agrícola de Campos, reunindo usineiros e fornecedores, que tinha por proposta estabelecer as bases para a ação em defesa da produção açucareira, através do apoio do governo estadual e federal. O objetivo era o de fazer frente às manobras dos especuladores no mercado, além de se destinar a estabelecer as condições de entendimento entre usineiros e fornecedores de cana.

Para enfrentar as baixas dos preços do açúcar, determinados pelos comissários, plantadores e usineiros se reuniram na Associação Comercial, em julho de 1923, buscando soluções possíveis em defesa da produção. Primeiramente, garantir a concentração da produção de Campos e o estabelecimento do preço do saco de açúcar a ser pago pelas firmas comissárias, a Meirelles Zamith, Cia Ltda e a Brazilian Warrants (PRADO, 2002).

Se, por um lado, a política de enfrentamento de usineiros e plantadores de cana ante as manobras especulativas das firmas comissárias teve êxito, por outro, as oscilações periódicas de preços do produto persistiam, resultando uma nova tentativa de intervenção no mercado em 1926. O Sindicato Agrícola propõe então a defesa da indústria e da lavoura por meio da concentração da produção.

Usineiros e fornecedores se uniram para estabilizar o preço do açúcar no mercado do Rio de Janeiro, e o contrato de venda do açúcar é proposto às casas comissárias, recaindo, na firma Perlingeiro Júnior, a preferência para a efetivação das transações dos negócios do açúcar.³⁴

A preponderância do capital comercial, via monopolização dos preços pelas firmas comissárias sobre a agroindústria açucareira, perpassa os anos 1926 e 27, levando o Sindicato a tentativas de defesa do produto. Como analisa Prado (2002, P.72),

“A questão era, porém bastante complexa. Fornecedores de cana e usineiros eram elos integrantes de um mesmo processo produtivo. Aos usineiros interessava, no entanto, o lucro imediato que só lhes podia ser fornecido pelos comerciantes. Quando ocorria a baixa do açúcar, com a conseqüente diminuição dos lucros, havia o repasse ao carro de

³⁴ No processo de estabelecimento das soluções para a crise por que passava a agroindústria açucareira, podemos notar a participação dos usineiros Francisco Morais Lamago, Victor Sence, Francisco Mota, Julião Nogueira, Dr. Luís Guaraná, usineiro e deputado federal, o fornecedor de canas o Godofredo Tinoco, figuras expressivas na vida política desde os anos 1910 tendo grande participação nos acontecimentos políticos econômicos e que perpassam os anos 30.

canas, de modo que se tornava difícil a reunião de fornecedores com usineiros. Sem ela ficariam ambos, na dependência das grandes casas que comercializavam o açúcar. A questão era política, sem dúvida, mas em plano menor do que o proposto pelo presidente do Sindicato. Tratava-se menos de eleger vereadores ou deputados comprometidos com a lavoura e mais uma tomada de posição política por parte de todo o setor açucareiro”.

Em 1890, se a defesa da capitalidade para Campos é expressa de forma inequívoca como projeto político das elites locais que viam na remodelação urbana uma marca de distinção no cenário urbano político da região norte fluminense a partir de sua representatividade na Associação Comercial, na Câmara Municipal e Assembléia Legislativa do Estado do Rio (ALERJ), tal projeto não se esgotou³⁵. Não obstante, se a elite não obteve a capital para Campos, como patamar para o alcance do domínio político fluminense na década de 1890, o ideário persistiu tendo novos matizes na década de 1930, momento de ampla reflexão sobre o processo de implantação de políticas públicas relativas a reformas urbanas modernizadoras. Estava em pauta a necessidade de estar em sintonia com os padrões e ritmos da modernidade ocidental, onde os avanços da ciência e da tecnologia exigiam a implantação de novos padrões funcionais e expressivos, adequados à civilização. Novos tempos demandavam um novo cenário. O progresso era a tônica (SEVCENKO, 1989).

Há de se considerar que os caminhos do progresso e da modernização estética urbana já não tinham como fio condutor a reforma sanitária como símbolo da civilização. Sanear a cidade, garantir a ordem material, controlar as classes populares, o poder público garantia os interesses da elite local. A reforma urbana viria a espelhar o sonho da *cidade moderna*, possuidora de credenciais que a legitimavam como centro da política fluminense³⁶ (ALVES, 2009).

³⁵ Como entidade representativa dos interesses da elite e com o apoio dos principais jornais – A República, A Gazeta do Povo e o Monitor Campista – enviou uma representação à considerando a conveniência e vantagens da transferência da capital do estado para Campos. A campanha foi intensa, aglutinando as lideranças políticas mais atuantes como Nilo Peçanha e o Barão de Miracema. No entanto, as pretensões da elite campista não se concretizaram. O projeto foi derrotado em 1894. Petrópolis vai ser elevada à condição de capital pelo presidente do estado. A discussão sobre a transferência da capital do estado de Niterói para o interior tinha como argumentação de que era preciso afastar a política fluminense da contendas e proximidades da capital do país. A promoção da interiorização da capital do estado do Rio de Janeiro veio a se constituir em instrumento de disputa dos grupos políticos fluminenses em busca de afirmação. Ver: Ferreira (1997); Alves (2009).

³⁶ Com base nos princípios modernos de urbanismo e higiene, Saturnino de Brito é que iniciou o projeto de dotar a cidade da planta cadastral e os melhoramentos essenciais ao espaço urbano tendo em vista sua expansão Cf. Alves (1995, p. 109-125).

Segundo Lamego Filho, na observação da carta cadastral do Estado, Campos é que se apresentava como centro das forças econômicas do Estado, concentrando a produção do norte fluminense e grande parte dos municípios vizinhos. Possuía, ainda, uma rede ferroviária demonstrativa do seu dinamismo econômico-cultural. No seu entender, era do norte- fluminense que saía grande parte das rendas federais e estaduais. A pujança econômica- financeira se traduziam em condições tais que credenciavam Campos a se tornar capital do estado.

"O Estado do Rio de Janeiro tomaria um novo impulso com o desvio de sua sede, porque é no norte que palpita ainda em toda a sua tri-secular grandeza a alma fluminense." (LAMEGO FILHO, 1930, P.8-9).

Tal discurso é fortalecido com a visita do Presidente da República, Venceslau Brás e do presidente do Estado, Nilo Peçanha à cidade. O objetivo era a inauguração das amplas reformas efetuadas na administração Luiz Sobral, como a linha de bondes elétricos e as obras da Beira-Rio. O prefeito deu materialidade ao progresso de Campos com a organização, em tempo recorde, de uma exposição da indústria local, apresentando 51 produtos, entre os quais, tecidos, produtos farmacêuticos, mármore, tabaco, calçados, sabão, conservas, algodão, artesanato de diferentes formas e, obviamente, açúcar e álcool. A exposição apresentava-se, assim, como o símbolo da prosperidade, a vitrine da Campos moderna.³⁷

Entretanto, os anos 1920 reverterem esse quadro, as pretensões campistas de sediar a capital do Estado se desvaneceram diante da situação de crise na economia e na política.

A euforia dos anos 10 cedeu lugar à crise, conforme afirma José Cândido de Carvalho no seu livro *O Coronel e o Lobisomem*:

" (...) o açúcar entrava em baixa. Foi uma queda de ninguém relembrar outra igual. Um vento de urubu varreu a Rua do Rosário, de quebrar

³⁷ Cf. Roscof. Notas del Brasil. Crônicas e Impresiones. Buenos Aires, 1917, p.65/100; Ver artigo "As Arenas Pacíficas" In. Revista Gávea, PUC/RJ, em que Margarida de Souza Neves analisa as Exposições Internacionais como vitrines, imagens de um dado entendimento de progresso, particularizadas por serem espaços de disposição de máquinas, mercadorias, vistas como materialização de novos tempos. A sua importância é tamanha que estimula o Brasil a participar delas, fato que se dará a partir de 1862, através do investimento do Estado em sua montagem. A autora, na página 32 do referido artigo afirma "Como templos do progresso as Exposições criam sua própria liturgia, seu ritual e seus símbolos. As cerimônias de inauguração mobilizam e atravessam as cidades que abrigam as mostras. A imprensa multiplica os efeitos destas procissões secularizadas e atraem a opinião pública por ocasião das premiações."

no meio negociante forte, gente de créditos até na praça do Rio. Da noite para o dia, vi escorrer, como melado em cuia furada, os meus ganhos todos",

O açúcar de Campos, que sempre fora majoritariamente destinado ao mercado interno, na década de 1920 começou disputar com regiões produtoras do nordeste uma fatia deste mercado, além de que os produtores passaram a depender dos favores do governo federal.

"Enquanto o açúcar atuou como produto de exportação, a concorrência enfrentada pelos produtores de Campos no mercado do Rio de Janeiro, era praticamente nenhuma. A única luta que engendraram foi, quando do aumento da demanda externa, nos finais da década de 1910 e início de 1920, pelo direito de, após abastecerem o mercado do Rio de Janeiro poderem exportar o restante de sua produção. A partir do momento em que teve início a vertiginosa queda das exportações, (1923) todas as demais regiões produtoras voltaram-se para este mercado, perdendo assim Campos sua posição semi-monopolística"³⁸.

A queda desenfreada do preço do açúcar - em 1922, o açúcar caíra para 190 dólares a tonelada – e a especulação desenfreada dos anos anteriores³⁹ vai ceder lugar a falências e concordatas de bancos e casas comissárias. O número de usinas diminuiu pelo fechamento e/ou associação de empresas por ações, congregando os comissários de açúcar e usineiros. Das 32 usinas existentes, restaram 18. (RODRIGUES, 1988, P.287/289).

No decorrer dos anos 20, portanto, os produtores foram buscar no poder central uma política de subsídios à produção e manutenção de preços, além de meios para empreender uma luta contra as firmas comissárias.

A queda dos preços do açúcar afetou gravemente o usineiro campista. Foi, no entanto, o plantador de cana quem mais sentiu os efeitos advindos da baixa de preço do produto, batendo-se pela intervenção do Estado em prol da sustentação do preço, pela diminuição dos impostos e por uma política de crédito agrícola.

³⁸ Em 1923 tem início uma queda vertiginosa das exportações de açúcar, levando as regiões produtoras do Nordeste a voltarem-se para o mercado interno. A disputa pelo mercado interno se tornou constante, destacando-se aí a figura do comissário. Ver Alves, 2000.

³⁹ A 1ª Guerra Mundial provocou a queda contínua das exportações o que favoreceu o capital comercial que pode organizar o mercado interno impondo suas regras no que se refere a produção: a maior oferta de açúcar levou o comissário a comprá-lo a preço baixo, estocá-lo e, assim, manipular o preço no mercado, provocando uma alta para cima, resultando em grandes lucros. Op. Cit.

Para fazer frente à política governamental, foi fundado, em 1922, o Sindicato Agrícola de Campos, órgão destinado a estabelecer as bases para o entendimento entre os usineiros e plantadores. Dentre as atribuições, a mais importante era, sem sombra de dúvida, a de estabelecer as bases para defesa da produção açucareira do município, através do apoio dos governos estadual e federal. Com isso, objetivava fazer frente às manobras dos especuladores no mercado (PRADO, 2002).

À crise açucareira, no início dos anos 20, somou uma conjuntura política bastante conturbada, em virtude da campanha eleitoral de 1922.

Em 1921, antes mesmo do término do mandato de Eptácio Pessoa, criou-se grande agitação em torno da escolha do candidato às eleições de 1922. Esta recaiu sobre o político mineiro Artur Bernardes, retornando-se, assim, à política dos grandes estados, com o apoio de Borges de Medeiros, incontestável chefe político do Rio Grande do Sul. Aceita a indicação do nome de Bernardes, restava indicar o vice. Surgiram duas candidaturas – a de J. J. Seabra, governador da Bahia e a de José Bezerra, de Pernambuco. As disputas entre as lideranças políticas dos dois estados ameaçavam a concretização pacífica da política do café-com-leite. Temendo maiores conseqüências, Eptácio interveio em favor de um terceiro candidato - o senador maranhense, Urbano Santos.

A paz política foi rompida, trazendo conseqüências no encaminhamento da campanha presidencial. Os políticos dissidentes, candidatos preteridos à vice-presidência, lançaram o nome de Nilo Peçanha para a presidência da república. Estava formada a "Reação Republicana".

"Mais uma vez, portanto, o pequeno grupo de homens que, através dos governos dos grandes Estados, dominavam o Brasil, cindia-se não pela divergência de idéias, ou de planos, ou programas administrativos, mais por grandes ou pequenas vaidades e suscetibilidades feridas, e pelo desejo de se perpetuar nas suas máquinas de govêrno" (Bello, 1972, P. 248/249).

Combatendo a manipulação eleitoral, deixando a nu as contradições do federalismo brasileiro e as tensões regionais interoligárquicas, a Reação Republicana buscava construir um eixo alternativo de poder à candidatura situacionista de Artur Bernardes. Congregava as máquinas políticas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul,

Bahia, Pernambuco e Distrito Federal em torno de Nilo Peçanha e J. J. Seabra, candidatos à presidência e vice-presidência, respectivamente (FERREIRA, 1989).

A campanha foi agitada, voltando-se contra os grupos oligárquicos oposicionistas, além de pautar-se pela mobilização das massas urbanas. Porém, apesar do clima de intensa agitação, o pleito foi efetivamente realizado nos primeiros meses de 1922, cabendo a vitória a Artur Bernardes, com 466 mil votos, contra 317 mil de Nilo Peçanha.

Vencia, mais uma vez, o esquema eleitoral vigente durante toda a República Velha. O controle da Comissão de Verificação de votos garantira a vitória do candidato oficial. No entanto, a Reação Republicana não aceitou o resultado das eleições, fato que agravou o acirramento dos ânimos populares e militares. Motins e levantes eclodiram em Niterói, Distrito Federal e em outras regiões.

A tentativa de revolta em Niterói fracassou desde o começo e no Distrito Federal logo foi sufocada pelas forças federais. O movimento não obteve a adesão de segmentos militares expressivos e as oligarquias dissidentes, que tanto haviam contribuído para acirrar os ânimos militares, não se dispuseram a um engajamento mais efetivo. Epitácio pediu imediatamente a decretação do estado de sítio no Rio e no Distrito Federal. Grande número de deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votaram a favor da medida, demonstrando um recuo das oligarquias e a desarticulação completa da "Reação Republicana" (Ferreira, 1989). Estava garantida a vitória de Artur Bernardes que, no entanto, viria dar às oposições nilistas novos instrumentos de luta, quando das eleições estaduais marcadas para julho de 1922.

As eleições para a presidência do Estado e prefeituras municipais, a serem realizadas em julho, colocaram em xeque as bases nilistas e abriu caminho para a perda de controle sobre a política fluminense, fato que teve grande repercussão na cidade de Campos. Uma vez mais, diluía-se o sonho acalentado na tradição dos solares e de uma pujança sócio-econômica e política da cidade modelo do norte-fluminense, capaz de sediar a capital do Estado.

CAPÍTULO III – Reformas Urbanas e Política nos anos 1930-50

“Campos precisa voltar ao seu esplendor de outrora, ao apogeu dos últimos tempos do Império. Para readquiri-lo, não deve cuidar apenas do aperfeiçoamento dos processos da lavoura açucareira. Precisa desenvolver também a policultura, de tal modo que o futuro da região não repouse num produto único, melhorando, ao mesmo tempo a exploração do solo, não somente quanto à técnica, mas ainda quanto à forma. O cooperativismo de produção, a parceria agrícola, a constituição da pequena propriedade média muito mais apta a realizar o equilíbrio social do que a grande propriedade, a industrialização crescente são outras tantas etapas do progresso a que estão fadadas as ricas margens do Baixo Paraíba, capazes de produzir tudo em excelentes condições, e dispendo do mais barato gênero de transporte, que é o fluvial-marítimo.”

(Discurso de Getúlio Vargas em Campos - 23/07/1936)

Reformas urbanas e política, ainda permanecem na contemporaneidade, como projeto das elites do município de Campos. A consciência de uma identidade regional, alicerçada na pujança econômica e modernidade urbana, ao longo da história da região norte fluminense, esteve no centro das discussões da elite local, constituindo-se a remodelação urbana o foco por excelência da sua atenção, em diversos momentos, desde o Império, na Primeira República, nos anos 1930 e 1940.

Entendo que as reformas urbanas se constituíram em estratégia de dominação política, no âmbito regional e estadual, nos anos 1930-40. Compreendê-las requer uma análise da configuração econômica e política do país, decorrente da “revolução” de 30, momento de ruptura política e institucional, não só pela ascensão de novos atores políticos, como também pelo papel mais decisivo do Estado nas questões econômicas e sociais. Para tanto se faz necessário uma análise de seus reflexos em Campos. (FAUSTO, 1989; PENNA, 1999).

O significado do movimento de 30 e o caráter do novo Estado dele resultante têm merecido ampla reflexão pela historiografia. Para Boris Fausto a revolução de 30 seria o reflexo do conjunto de transformações que ocorreram na sociedade brasileira durante a República Velha, notadamente nos anos 20, dada a predominância do setor agro-exportador, a inexistência de uma luta nítida de facções no interior da burguesia, a fraca

integração nacional, o caráter secundário das oposições de classe, o domínio da política do café com leite. Para o autor:

“a crise de hegemonia da burguesia cafeeira possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café. (...) Estas forças contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares. Do ponto de vista das classes dominantes, a cisão ganha contornos nitidamente regionais, dadas as características da formação social do país (profunda desigualdade de desenvolvimento de suas diferentes áreas; imbricamento de interesses entre a burguesia agrária e a industrial nos maiores centros)” (FAUSTO, 1989, P.103).

Portanto, a revolução de 1930 representou um marco no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, momento de primeira ruptura objetivando o avanço da acumulação capitalista e da redefinição do papel do Estado na efetivação do desenvolvimento econômico. Para Honorato (2012) a própria expansão capitalista naquele momento exigia medidas que detivessem os efeitos da crise internacional de 1929 como também que eliminassem os entraves estabelecidos pelo modelo econômico dominante na República Velha e, para tanto, era necessário uma “refundação do Estado brasileiro”, notadamente mudanças tais na estrutura, interesses e áreas de atuação.

Getúlio Vargas logo ao assumir o poder, instala o Governo Provisório dissolve o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas, intervém nos governos estaduais nomeando interventores, pessoas de extrema confiança do presidente da república e que governariam até a promulgação da nova Constituição. No pós 30, as interventorias constituíram-se no mecanismo político institucional interligado as oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República, sendo criadas com o objetivo de enfraquecer as antigas situações. O interventor era o elemento chave na nova administração implantada pelo presidente, notadamente com o Estado Novo (SOUZA, 1990, P.87/95).

Logo no primeiro momento de seu governo, Vargas vai contar com uma aliança temporária entre as facções burguesas não vinculadas ao café, as classes médias e o setor militar tenentista. O atraso político do país e a inexistência de partidos num nível mais amplo de organização resultavam em dificuldades na consolidação do novo regime. A crise de 1929 exigia soluções rápidas, a superprodução do café e a grande depressão incidiam sobre a queda das exportações.

As dificuldades enfrentadas pelo setor cafeeiro levaram ao afastamento de capitais no setor e gradativamente seu deslocamento a outros setores da agricultura e indústria. Diante da crise era impossível não resolver os problemas do café por meio de uma política de defesa da produção. O governo assim vai promover uma orientação brusca da economia; continuou a apoiar a cafeicultura e elevar o saldo da balança comercial para fazer frente aos compromissos com os credores externos, não atendendo aos interesses industrialistas presentes na revolução.

As divergências logo se manifestaram; de um lado, os fazendeiros do café insatisfeitos pela perda de influência política e, de outro, os tenentes que defendiam a formação de legiões revolucionárias com o objetivo de garantir a permanência da revolução (FAUSTO, 1973; PENNA, 1999; ARRUDA, 1997).

Em 1932 explode a Revolução Constitucionalista, que representou na verdade uma tentativa de reação da velha oligarquia paulista contra o governo provisório. Getúlio não convocara a Assembléia Constituinte e, portanto, era acusado de não dar ao país um ordenamento jurídico, os tenentes ocupando interventorias estaduais passaram a propostas mais radicais, resultando na fundação do Clube 3 de Outubro, se configurando num centro aglutinador dos tenentes no âmbito nacional (FAUSTO: 1973).

A revolução foi sufocada, mas não representou a liquidação do grupo cafeeiro, ao contrário obrigou o governo central a atender os interesses de São Paulo por meio de adoção de medidas destinadas a ajudar financeiramente os produtores de café. Enfim, as conseqüências trazidas com a promulgação da Constituição de 1934 abrem espaço para um amplo debate político que desemboca na Intentona Comunista de 1935 permitindo a Vargas decretar o estado de sítio. O país caminhava para uma solução autoritária. O trágico desfecho é dado pelo “Plano Cohen”. Vargas convoca as Forças Armadas, fecha os legislativos e decreta o Estado Novo, outorga a Constituição de 1937 de Francisco Campos- a Constituição Polaca (HONORATO, 1987).

“Iniciava-se um outro momento da vida política e institucional do país. As intervenções federais se processam, sobretudo nos estados onde a resistência à nova ordem era maior (...) Queimam-se as bandeiras estaduais, simbolizando com isso o fim da autonomia dos estados” (PENNA, 1999).

Do ponto de vista político, 1930/37 foi marcado pela disputa entre as oligarquias pelo controle do Estado, sendo que nenhuma delas saiu vencedora. A ação estatal responderia com o atendimento das múltiplas demandas, - a solução para a crise econômica, resultante do longo esgotamento do modelo de acumulação com base na economia agro-exportadora que, nesse momento, mostrava sinais de esgotamento em decorrência da crise internacional de 1929 e, a mobilização popular. No plano político se definiria pela centralização política, a despolitização das Forças Armadas, através do esvaziamento político dos tenentes e a composição do estado autoritário por meio de uma política de consenso entre os setores liberais, como também, a submissão das elites políticas regionais e das classes trabalhadoras.

Enfim, há de se considerar que mudanças vão ocorrer no interior do Estado, desde 1930 e que foram aceleradas com o Estado Novo: a “modernização” que pode ser compreendida em suas três dimensões básicas; as mudanças organizacionais que refletem as prioridades do governo, ou seja, a estatização dos conflitos de classe por meio da criação do Ministério do Trabalho; as mudanças no perfil do orçamento na administração pública com a criação de órgãos para o atendimento dos objetivos, metas e interesses do governo e, por último a criação de um arcabouço jurídico que possibilitasse a realização de mudanças no poder público, na política tributária, no desenvolvimento de setores da economia e ajustamento das relações sociais. Medidas tais de fundamental importância na reafirmação do modelo capitalista industrialista de dominação burguesa defendido pelo Estado varguista e que teve reflexos no Estado do Rio de Janeiro (HONORATO, 1987 P.3/6)

3.1 - A revolução de 1930 e seus reflexos em Campos

O movimento de 30, como desdobramento do conjunto de transformações que ocorrera na sociedade brasileira, notadamente nos anos 20, tem repercussões em Campos, revela o caráter da economia agroindustrial açucareira e seus percalços na região.

Nos últimos anos da década de 20, advêm tentativas de desenvolvimento da lavoura açucareira, tanto a partir de garantia de uma política de empréstimos para financiar a produção, quanto da regulamentação das exportações. O plano de defesa do açúcar não chega a seu termo, os resultados não são os esperados. A crise de 1929

desarticulou a produção nacional, com reflexos na agroindústria de Campos. A produção não tinha condições de escoamento, o consumo interno decaía sensivelmente. Além do que, as tradicionais regiões produtoras de açúcar irão sofrer com o impacto da crise da cafeicultura em 1929, à medida que os cafeicultores paulistas gradativamente deslocam os seus investimentos para o setor açucareiro, dinamizando a produção pelo uso de tecnologia, como forma de diminuir seus prejuízos. Entre 1929/30, o custo da produção de açúcar e o preço da tonelagem em Campos caíram de 40\$000 para 15\$000, atingindo lavradores e usineiros.

Assim em fins dos anos 1920, a situação era alarmante. As metas propostas no Plano de Defesa do Açúcar, plano este resultante do Convênio Açucareiro do Recife de 1928, não se efetivaram. As negociações com o Banco do Brasil, em busca de financiamento como garantia da safra vindoura, lideradas inicialmente pela Cooperativa Açucareira e, depois, pelos próprios usineiros, já esboçam a situação desfavorável da agroindústria.

Há de se notar que, o movimento de 30 contou com ampla participação de Campos em razão dos nilistas (partidários de Nilo Peçanha) terem simpatia ao tenentismo e apoiarem a Aliança Liberal.⁴⁰ Figuras como Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes tiveram o apoio dos adesistas do movimento, como César Tinoco, Dr. Cardoso de Melo, Godofredo Tinoco, Gilberto Siqueira, além do usineiro Francisco Ribeiro da Motta Vasconcellos – o Cel. Chico Motta. A participação do Godofredo Tinoco foi expressiva por suas ações. Tinoco juntou-se à “Coluna Gwyer”⁴¹ em Palmas (MG). A coluna invadiu o Norte Fluminense, dominando as cidades de Miracema, Pádua, Cambuci e S. Fidélis. Em Campos, os conflitos entre os defensores da revolução e os adeptos do governo foram intensos, uma vez que o prefeito em exercício, Luiz Sobral, apoiava Washington Luís. Jornais que se colocaram a favor do governo foram empastelados. O jornal *O Dia* de propriedade de Godofredo Tinoco é fechado e, ele mesmo foi detido, juntamente com o médico Cardoso de Mello, ambos foram remetidos ao Rio de Janeiro. A Associação Comercial logo aderiu ao movimento e os discursos inflamados expressavam o seu apoio. (RODRIGUES, 1991).

⁴⁰ A figura de Nilo Peçanha foi resgatada durante a campanha aliancista, os princípios defendidos por Nilo e pela Reação Republicana serviram de estratégia de luta pela Aliança Liberal contra a política dominante dos grandes estados da federação. Ver Ferreira (1989, p.298).

⁴¹ Um grupo de militares comandado pelo major Gwyer, partidário da Revolução de 1930. Ver Rodrigues (1988).

Já na campanha de Vargas à presidência, nas eleições de 1929, Godofredo Tinoco fizera intensa campanha, percorrendo o norte do Estado. A deposição de Washington Luis e a tomada de poder por Vargas abria, assim, perspectivas de melhorias para o município. Em 27 de outubro é nomeado o major Gwyer para dirigir a prefeitura e, em 29 de outubro César Tinoco é empossado como secretário do Interior e Justiça.

A participação ativa dos campistas no movimento de 30 abriu espaços para um amplo debate sobre a importância de Campos no cenário fluminense, propiciando a retomada da idéia “Campos-capital”. O jornal *A Notícia* publica editorial considerando que o momento era favorável para que o velho sonho se concretizasse.

Lamego Filho, geógrafo, intelectual, filho de Alberto Lamego, expressão da elite campista⁴², publicou, em novembro de 1930, o manifesto *Campos Capital do Estado do Rio de Janeiro*, em que tece uma série de considerações defendendo arduamente a mudança da capital do Estado para Campos, em função do progresso da cidade.

Segundo ele, inegavelmente Campos é que possuía todas as credenciais para sediar a capital fluminense. Primeiro, pelo grande número de habitantes (250.000) e extensas vias férreas. Era a capital do trabalho, centro das forças econômicas de uma rica região agrícola e com seu dinamismo comercial-financeiro constituía o principal centro econômico, político, cultural do Norte Fluminense. A mudança da capital salvaguardaria a autonomia estadual, além de que o Estado do Rio de Janeiro tomaria um novo impulso (LAMEGO FILHO, 1930).

O autor argumentava ainda que as rendas federais e estaduais, na sua grande maioria, provenientes do desenvolvimento econômico da região, não retornavam sob a forma de melhorias para o município. Os recursos governamentais não eram investidos em estradas, calçamento de ruas, iluminação, melhorias nas vias de comunicação sendo que estas se restringiam ao rio Paraíba. Tais reivindicações encontravam eco nesse momento, dado o clima de agitação e a própria participação política de campistas no governo getulista.

⁴² Alberto Lamego, rico proprietário de terras, dono do Solar dos Airises, imponente edificação que, mesmo deteriorada, ainda marca a paisagem campista, intelectual, com ativa participação política em Campos, foi presidente da Associação Comercial em 1926, foi indicado por Amaral Peixoto para dirigir o Instituto de Educação, tradicional educandário de Campos, em 1938.

Em 1931, o jornal *Folha do Comércio*, em matéria intitulada *Campos-capital*, de 27 de janeiro, faz comentários sobre memorial dirigido pelo Rotary a Plínio Casado, interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, solicitando a mudança da capital para Campos. Em artigo na *Folha do Comércio*, Leovigildo Leal voltou a discutir o assunto, em fevereiro de 1931.

Os anos 1930 representam assim um novo momento político- econômico para as elites de Campos no desdobramento do processo de remodelação urbana como projeto político. Dotar Campos de condições de sediar a capital do estado e, assim se constituir num importante centro da política fluminense era condição *sine quo no* na nova conjugação de forças que se instituía no país com o governo de Getúlio Vargas e notadamente com a interventoria de Amaral Peixoto no governo do Estado do Rio de Janeiro, de 1937-45 (FAUSTO, 1989; PRADO, 2002).

3.2 - O Governo de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro e sua repercussão em Campos dos Goytacazes

No novo quadro político-administrativo, econômico e social, que se instaurava no pós 1930, o sistema de interventoria se constituía na base de apoio do presidente Getúlio Vargas e representava o recurso político-institucional na manutenção da nova ordem, notadamente no pós 1937. Desempenhava um papel chave dentro do federalismo no quadro das mudanças políticas centralizadoras e intervencionistas defendidas para os estados.

Esse sistema já havia sido implantado, logo após a Revolução de 1930, com a indicação de tenentes revolucionários aos governos estaduais. Apresentava-se como um mecanismo do governo federal para enfraquecer as antigas oligarquias. Há de se notar que Vargas nomeia para dirigir os governos estaduais indivíduos que não eram originalmente do estado, não tendo ali suas bases políticas, estavam fora do domínio das máquinas partidárias tradicionais.

De fato, o interventor era o representante das diretrizes do executivo federal nos estados, mas também, um elemento articulado com a classe dominante local, cabendo-lhe manter contatos com as diversas correntes da política regional-local, objetivando

uma convivência política harmoniosa a fim de evitar conflitos entre o governo central e as oligarquias locais, mesmo em estados em que as relações entre interventores e as oligarquias dominantes mostraram-se difíceis, gerando uma grande alternância de poder. No caso do Estado do Rio de Janeiro as disputas entre tenentes e chefes políticos locais e regionais, no pós 30 acabaram por gerar uma grande instabilidade política, levando o Executivo Nacional a nomear interventores para o Estado de forma autônoma às correntes políticas estaduais. O resultado foi uma grande rotatividade de interventores na direção do governo do estado, em curto espaço de tempo, de 24 de outubro de 1930 à 07 de novembro de 1935, o estado do Rio de Janeiro teve 05 interventores⁴³.

Em 11 de novembro de 1937, Getúlio Vargas nomeia Ernani do Amaral Peixoto para ocupar o cargo de interventor federal no Estado do Rio de Janeiro objetivando a montagem dos mecanismos político-institucionais capazes de garantir o controle dos setores estratégicos da economia e das relações sociais e políticas, a fim de evitar conflitos entre o poder central e as oligarquias locais. Sua permanência no poder de 1937/45 representou a medida da autonomia administrativa que desfrutava e o prestígio junto a Vargas. Resultou também numa maior estabilidade política no estado, necessária para a implantação de uma sólida organização política sob seu controle e capaz de garantir o domínio partidário no pós 1945, com a instalação do Partido Social Democrático, como também a garantia de condições de soerguimento da economia fluminense abalada pela crise de 1929 (PANTOJA, 1992).

A economia fluminense sustentada pela cafeicultura e agroindústria açucareira se via em situação difícil, ingressando na década de 1930 com pouca expectativa de revitalização. A cafeicultura embora decadente, já vinha, desde a década de 1920, no governo Feliciano Sodré (1924-27) e Manuel Duarte (1927-1930) apresentando resultados positivos, devido à dinamização da produção com a ocupação do noroeste do estado por cafezais, mesmo porque a política do governo federal determinando a regulação da produção favoreceu a conjuntura de preços no mercado.

⁴³ A instabilidade política é emblemática na década de 1930 no Estado do Rio de Janeiro. O governo situacionista, Manuel Duarte, aliado de Washington Luís foi alijado do poder e as oligarquias regionais não conseguiram se articular e manter o prestígio político para indicar o novo dirigente do governo estadual. De 24-10-1930 a 29/10/1930 foi indicado pelo poder central o Cel. Demócrito Barbosa; de 29/10/1930 a 30/05/1931 Plínio de Castro Casado; de 30/05/1931 a 04/11/1931 Gal. João de Deus Mena Barreto; de 04/11/1931 a 16/12/1931 Ten. Cel. Pantaleão da Silva Pessoa; de 16/12/1931 a 08/11/1935 Ten. Ari Parreiras. Ver Pantoja (1992).

Entretanto, a crise de 1929 surpreendeu os produtores que diante dela se voltaram para o governo federal em busca de auxílio. As medidas governamentais afinadas com a Revolução de 1930 pautaram-se pela intervenção direta do Estado na produção, controle e planejamento da economia, através de criação de órgãos voltados para tais fins como também a fixação de preços no mercado. Assim, a política varguista pautou-se pela intervenção do estado nos negócios do café, sendo criado o Conselho Nacional de Café, de 1931, especialmente com o objetivo de amparar a produção e garantir os preços no mercado. Porém diante dos imensos estoques de café o poder público vai ser mais incisivo, determina a queima dos estoques, impõe as quotas de exportação e empréstimos externos para garantir a sustentação de preços, o que beneficiou o café paulista em detrimento do café norte noroeste do estado do Rio de Janeiro.

Com relação ao café fluminense, essa política foi desastrosa uma vez que o controle da produção impediu a expansão da lavoura no norte do estado, justificado por um discurso de que o café fluminense era de baixa qualidade e não adequado ao mercado internacional. Em 1931, o café se constituía no produto de maior rentabilidade e já a partir de 1934 vai perder essa posição na pauta de arrecadação do estado. Enquanto que, a agroindústria açucareira do norte fluminense, ocupando a segunda posição econômica no estado, atingida pela crise experimentou efeitos danosos na produção que resultaram em prejuízos para os produtores, pois sofrendo a concorrência do açúcar nordestino no mercado interno e não participando das exportações no mercado externo se encontrava em situação precária, além de que a crise econômica de 1929 deixou a produção em situação extremamente desfavorável. Além de que a própria crise da cafeicultura vinha a contribuir para desarticular mais ainda a economia açucareira, pois o plantio da cana de açúcar se apresentava como alternativa para os cafeicultores no momento em que a política governamental foi a de promover o desenvolvimento da industrialização do álcool motor. O governo com essa política pretendia redirecionar as sobras de açúcar e cana como meio de solução da crise a partir da substituição da gasolina importada o que representava a obtenção de divisas para o país.

Para solucionar a crise, o governo pelo decreto nº 20.401 de 15 de setembro de 1931, estabelece que as usinas depositariam a parcela de 10% do açúcar destinado aos

mercados consumidores em armazéns devidamente selecionados pelo governo com o intuito de garantir o estoque e com isso regular os preços. Nos estados onde havia um maior excedente, além de manter estocado os 10% deveria ocorrer uma exportação de 200 mil sacas de açúcar. Os estados que não possuíam uma produção capaz de suprir as necessidades de consumo era-lhe permitido uma taxa de 5\$000 reis por saco de açúcar em substituição aos 10\$ 000 referidos. Assim a criação de tal taxa servia para subsidiar as exportações do Nordeste, mas acabavam por beneficiar os produtores do Centro Sul que continuavam a expandir a produção diante do consumo do mercado interno. Porém essa política não resolvia a crise de superprodução.

Diante dos impasses, o governo pelo decreto nº 20.761 de 07 de dezembro de 1931, vai criar a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CPDA) que tinha por encargo o levantamento da situação comercial do açúcar no mercado nacional, sendo que em fevereiro de 1932 com o decreto nº 21.010 as atribuições da CPDA foram regulamentadas cabendo a comissão o controle da produção e a fixação da média de açúcar por cada usina no mercado (PRADO, 2002).

Em Campos, essa situação vai ter reflexos. As constantes baixas no preço do açúcar comprometendo a produção levaram os fornecedores de cana, através do Sindicato Agrícola, a paralisarem o fornecimento às usinas. Um amplo movimento congregou os setores produtivos a reivindicarem uma ação mais incisiva do governo federal, através de telegramas ao presidente Vargas e ao Ministro da Fazenda, objetivando uma política de fixação de preços e a regulamentação dos excedentes da produção. O governo em resposta aos reclamos dos usineiros e fornecedores de cana instituiu o Plano de Defesa da Produção do Açúcar em que procurou limitar a produção e incentivar a do álcool anidro. O resultado foi uma redução no plantio da cana de açúcar, nos anos 1931-32. Diante dos prejuízos, das constantes reclamações dos produtores e buscando viabilizar de forma permanente o controle da produção e consumo, em 1933 é criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), com o objetivo de desenvolver uma política nacionalmente de planejamento, controle e fomento da produção de açúcar e álcool.

O Estado intervencionista no plano econômico se refletia assim na produção e consumo do açúcar por meio do IAA que dá novo significado ao parque açucareiro de Campos. Assim,

“As ações resultaram na estabilidade, ampliação e concentração das usinas da mesma forma que estimularam a concentração de grandes extensões de terra nas mãos das indústrias açucareiras” (LEWIN; RIBEIRO; SILVA, 2005, p.26).

Cabia ao Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA-, regulamentar as relações entre usineiros e fornecedores de cana em virtude das disputas de interesses em jogo. As desavenças entre esses atores sociais acabaram por se tornarem ainda mais acirradas, resultando no movimento dos fornecedores no Estado do Rio e em outros estados produtores em prol da fixação de quota da produção junto às usinas, deliberação garantida pela promulgação da Lei nº 178 de janeiro de 1936, consolidada em 1941 com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira. Observa-se que a partir de 1933 ocorre um aumento dos índices da produção de açúcar, levando o estado do Rio de Janeiro, em 1936, a ocupar a posição de primeiro produtor brasileiro. A exportação de açúcar em 1931 atingia 39.918.951 quilos chegando, em 1936, a um crescimento na ordem de 79.053.660 quilos (PANTOJA, 1992, p. 13/14).

Importa observar que, o projeto estadonovista de centralização político-administrativa, como mecanismo na viabilização do controle sobre a esfera econômica, encontra na interventoria de Amaral Peixoto um modelo de intervenção estratégico na promoção da revitalização político-econômica do Estado do Rio de Janeiro.

Proponho, portanto analisar o governo do comandante Ernani do Amaral Peixoto na direção do estado do Rio de Janeiro objetivando traçar sua trajetória na política fluminense bem como suas ligações políticas com a região norte fluminense, principalmente com o município de Campos. No primeiro momento, busco enfatizar a situação político-econômica do estado do Rio de Janeiro encontrada pelo interventor, assim como os caminhos propostos na construção do seu projeto político administrativo com vistas a recuperação da economia. Já no segundo momento, como se procedeu a montagem de uma organização política que desembocou na implantação do amaralismo atrelado a uma ação política pessedista.

Entendo que, na busca da construção de uma base política no norte fluminense o apoio das elites campistas, principalmente os remanescentes do nilismo, foram de grande importância na garantia da dominação do amaralismo no quadro das disputas de poder na política fluminense.

Esse é um momento ímpar no processo de modernização urbana de Campos dos Goytacazes, o objetivo traçado pelas elites é a consolidação do município como centro político no cenário fluminense, empreendimento estrategicamente articulado tendo como foco a capitalidade para o município, notadamente no governo do prefeito Salo Brand.

3.3 - Amaralismo e elite política em Campos

Ernani do Amaral Peixoto, oficial de Marinha, conhecido como Comandante não formara uma carreira política de larga tradição republicana. Sua trajetória política perpassa pelos anos 20, incentivado pelo irmão Augusto do Amaral Peixoto, quando da explosão dos levantes tenentista em 1922. A partir de então passa a participar de reuniões que tinham por objetivo a montagem das articulações que resultariam no movimento revolucionário de 1930. Em 1933 filiou-se ao Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF) e ainda nesse mesmo ano ocupa o cargo de chefe de gabinete do prefeito Pedro Ernesto Batista. Ainda nos anos 30 tinha sido nomeado ajudante de ordens de Getúlio Vargas gozando da sua confiança, o que resultou na sua indicação para a interventoria fluminense (de 1937- 45). A partir de então constrói uma longa carreira política. Foi deputado constituinte de 1946 exercendo mandato por 3 legislaturas federais (1946-51,1963-67 e 1967-71). No período de 1951-55 foi governador do Estado do Rio de Janeiro e de 1956-59 ocupou a embaixada brasileira nos EUA, de 1959-63 foi Ministro do Tribunal de Contas da União, da Viação e da Reforma Administrativa e foi eleito senador da República entre os anos 1971-87. (COSTA: 2008).

Ressalta-se que, mesmo estando ligado pelo lado paterno a uma tradicional família de Parati, ao assumir o poder do executivo fluminense Ernani do Amaral Peixoto primava pela inexistência de raízes políticas no estado, expressava assim sua pouca experiência política (PANTOJA, 1992).

Seu ingresso na política fluminense teve o apoio do grupo político de José Eduardo de Macedo Soares, político de influência e articulador da política fluminense, dirigia o jornal *Diário Carioca*. Seguindo orientação dos macedistas manteve a maioria dos prefeitos, substituindo somente aqueles que eram seus adversários políticos, como por exemplo Alfredo Bahiense, prefeito de Niterói. Tal fato repercutiu negativamente,

resultando em protesto pela Associação Comercial, Centro Pró-Melhoramentos do Fonseca e o Sindicato dos Comerciantes o que levou Amaral Peixoto a nomear então João Francisco de Almeida Brandão para a prefeitura, sob a indicação de Macedo Soares. Nome plenamente aceito.

Nota-se que embora tenha atendido aos macedistas com a concessão de importantes cargos públicos, Amaral Peixoto vai também atender outros grupos políticos, notadamente no norte fluminense, fato que denota seu interesse em prestigiar a região. Sua preocupação em construir aí uma base política é expressa de maneira inequívoca. O jornal *O Fluminense* publica seu discurso de posse em que tece elogios a Nilo Peçanha além de enaltecer as riquezas econômicas do norte fluminense (PANTOJA, 1992).

Desde logo na direção do estado buscou implantar uma administração competente e moderna o que contribuiu para a construção de sua imagem no cenário político fluminense, favorecendo sua ascensão política. Outro fator importante na sua vida política foi o casamento, em julho de 1939, com Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas, fator importante no estreitamento dos laços com o executivo federal. Defensor do Estado Novo logo procurou criar uma base de apoio político ao Estado intervencionista burocrático centralizador implantado por Getúlio Vargas na região norte-fluminense.

Em fins de 1938, já fortalecido politicamente no plano estadual e federal, Amaral Peixoto rompe com o grupo macedista e assume o controle pleno e autônomo da política e administração do Estado do Rio de Janeiro. Seu objetivo foi o de promover a centralização de poder bem como a intervenção do estado nas relações sócio-econômicas. Assim, empreendendo uma organização racional da administração enfrentava a tarefa da recuperação econômica financeira do estado. Para dar conta desse propósito buscou implantar uma série de reformas na administração, nos serviços públicos com a criação de vários órgãos ligados diretamente ao seu gabinete, atentando para as demandas sociais consideradas prioritárias como também o aumento da arrecadação do orçamento do estado.

Enfim, a criação de conselhos, comissões, fundações representava instrumentos importantes na apreensão das demandas municipais e do controle político em virtude do

fechamento das Câmaras Municipais e da Assembléia Legislativa, operavam como espaços políticos de representação dos interesses das elites locais e estaduais.

O rompimento com o grupo macedista resultou no domínio da corrente política, ligada a Alfredo Neves, secretário de Governo, com longa tradição na política estadual e que por meio de cooptação formou um grupo de apoio ao interventor, composto inicialmente pelo secretário de Finanças, J. Resende Silva, o diretor de Saúde Pública, Mário Pinotti, o diretor das Municipalidades, Mario Alves da Fonseca e o prefeito de Petrópolis, Yêdo Fiuza.

Vimos, assim, que objetivando o estabelecimento de um novo perfil político no estado a partir do estabelecimento de sólidas relações com as chefias locais, regionais como base de sustentação do seu projeto político,⁴⁴ Amaral Peixoto procurou arrumar a administração estadual de base corporativista com o propósito de ordenar as relações econômico-sociais, a partir do apoio de fiéis colaboradores nomeados para cargos estratégicos em diferentes órgãos da administração. Tais órgãos passaram a funcionar como centros de decisões políticas. A sua máquina político-administrativa estava garantida, conforme quadro abaixo.

NOME	CARGO	PERÍODO
BORGES, Eugênio Sodré	Prefeito de S.Gonçalo	11-5-38 a 27-1-40
	Secret. Justiça e Segurança	28-6-40 a 7-42
BRAND, Salo	Diret.Depto.Municipalidades	1939 a 4-1942
	Prefeito de Campos	1942 a 8-1945
COLLET, Heitor	Secret.Interior e Justiça	11-8-45 a 29-10-45

⁴⁴ Ao iniciar as conversações e contato pessoal com as lideranças políticas municipais, teve por preocupação o não se atrelamento a qualquer corrente política dominante como forma de assegurar seu projeto político.

CUNHA, Hermes Gomes da	Diret. DASPE	... a 1942
	Diret. Municipalidades	Depto. 4-42 a 1945
FONSECA, Mário Alves da	Diret. Municipalidades	Depto. 12-37 a 4-39
	Pres. Cons. Consultivo	4-39 a 1- 40
GURGEL, Heitor Luiz do Amaral	Secret. de Governo	1-40 a 11-43
	Prefeito de Duque de Caxias	9-44 a 11-45
MARTINS, Valfredo	Secret. Finanças	1940 ^a 6-44
MIRANDA, Mario Aloísio Cardoso de	Prefeito de Petrópolis	3-38 a 12-38
	Secret. Interior. Justiça	12-38 a 1940
	Prefeito de Petrópolis	4-40 a 4-42
MOURA, Demerval Rodrigues	Secret. de Governo	6-12-43 a 29-10-45
MOURA, Raul Quaresma	Secret. Finanças	1944 a 6-11-45
NAZARETH, Rui Buarque de	Secret. Educ. Saúde Pública	1938 a 1942
	Secret. Interior e Justiça	1-12-42 a 11-8-45

NEVES, Alfredo da Silva	Secret. da Interventoria	11-37 a 1-40
	Pres. Cons. Administrativo	1-40 a 1945
	Interv. Interino	7-39 a 11-30
	Interv. Efetivo	27-10-45 a 5-11-45
SOARES, Hélio de Macedo	Secret. Viação e Obras Pública	1939 a 29-10-45

Figura V - Quadro político administrativo. Fonte: Pantoja, 1992, p. 90 - Anexo II

Observa-se que, no estreitamento das relações com as chefias políticas locais deu grande atenção as do norte fluminense, haja vista a nomeação do engenheiro Salo Brand para o Departamento das Municipalidades, órgão de grande importância na centralização administrativa, representava o canal entre o governo municipal/estadual/federal. Posteriormente o nomeia como prefeito, de 1942/45. Foi marcante a ação política de Amaral Peixoto em Campos, visitou o município por 14 vezes. Entendo que, as constantes visitas representavam a forma de empreendimento de uma política essencialmente clientelística, ora permeada por concessões de favores ou /e benesses.

Outro órgão importante criado pelo Comandante e que compunha a administração estadual foi o Conselho de Economia e Finanças, criado pelo decreto 347-38, tendo por alvo a recuperação da economia fluminense a partir da elaboração da política econômica financeira e administrativa do estado, composto por secretários de estado, representantes da agricultura, indústria e comércio e alguns políticos. Enfim, fiéis colaboradores do Comandante, como Luiz Guaraná, usineiro, político campista de grande influência desde a República Velha, partidário de Nilo Peçanha, deputado federal. Em 24 de março de 1938, o Conselho vai criar a Comissão de Estudos da Organização Administrativa uma vez que o interventor tinha por intenção resolver os problemas administrativos do estado.

Buscando colocar em prática seu projeto político-administrativo, ainda em 1938 e paralela a reforma administrativa, Amaral Peixoto cria as secretarias de estado- a

Secretaria de Interior e Justiça e Secretaria de Finança. Essa última, o interventor visava sanear as finanças do estado e obter recursos para a execução de sua política econômica. As secretarias ocupavam uma posição importante na efetivação das reformas, pois serviam de intermediação entre o governo estadual e os grupos políticos e econômicos mais representativos da política fluminense, coadunavam com o projeto modernizador de sua administração e práticas clientelísticas garantidoras do apoio político dos diversos grupos políticos ao governo. Compunham as secretarias personagens políticos de grande influência ou mesmo técnicos considerados de alta competência.

O interventor vai criar ainda o Departamento Estadual de Estatísticas, o Departamento de Imprensa e Propaganda e fundamentalmente o Departamento de Serviço Público. Como desdobramento da reforma de 1938, cria as secretarias de Educação e Saúde Pública, de Viação e Obras Públicas, responsável pelos planos rodoviários e de eletrificação, considerados os setores mais dinâmicos da interventoria, tendo uma ação substantiva no norte fluminense; além da secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Também vai criar outros órgãos, além dos da política administrativa. Busca atender as demandas de caráter assistencialistas, objetivando solucionar os problemas sociais, como também, órgãos voltados para a política econômica com o intuito de alavancar a economia fluminense.

É preciso destacar, que a política do Comandante foi o de buscar dar uma maior racionalização e eficiência a administração como meio de atingir seu projeto político de governo. Para tanto, vai proceder a um imediato controle das administrações municipais, a partir de um rearranjo nas prefeituras, por meio do decreto número 293 que vai reformular a Lei Orgânica dos Municípios. Esse decreto determinava a competência dos municípios, além das atribuições dos prefeitos nomeados pela interventoria. Estipulava ainda as normas para execução de obras de serviços públicos municipais, considerando que estas só poderiam ser executadas mediante concorrência pública.

Buscando manter um maior controle sobre a administração municipal, tornou obrigatório a publicação, no Diário Oficial, de todos os atos dos prefeitos, pelo decreto 608 de novembro de 1938 e, pelo decreto 631 de dezembro de 1938 que fosse remetido ao Departamento das Municipalidades todos os balancetes mensais dos municípios. Reforçando sua política de controle o interventor por meio dos decretos 801 e 799, de

1939 vai estabelecer as competências reguladoras entre a administração estadual e as administrações municipais reafirmando o caráter fiscalizador instituído pela Constituição de 1937. Assim que, na montagem da nova máquina política administrativa do estado, nos anos 1938/39 o Comandante enfrentou dificuldades com os seus opositores, sendo que dos 52 prefeitos, 25 foram exonerados e substituídos (PANTOJA, 1992).

No desenvolvimento de sua política de controle das municipalidades, Amaral Peixoto procurou fazer constantes viagens aos municípios como, por exemplo, o caso de Campos, já citado anteriormente, além da prática de receber no palácio do Ingá os prefeitos, uma vez por semana, com o objetivo de inteirar-se dos problemas das localidades, estratégias de grande valia na eficácia de seu projeto político. A sabatina aos prefeitos lhe permitia manter o controle da política local, pois poderia lhe ser conveniente ou não mantê-los nos cargos uma vez que o critério de nomeação dos prefeitos residia na escolha de indivíduos de maior projeção política na região e que detinham o poder municipal.

“Em que pese o estreito controle que o interventor exercia sobre os prefeitos, verificado pela prerrogativa de nomeação e pela subordinação das prefeituras ao Departamento das Municipalidades não se pode negar que os prefeitos desfrutavam de força política” (PANTOJA, 1992, p. 9).

Portanto, o prefeito a ser nomeado e mantido no cargo deveria se constituir num líder político em seu município, de forma que o interventor usando do sistema de cooptação garantia sua política de dominação. Além de que, o prefeito como representante legal dos interesses locais junto ao Departamento das Municipalidades desfrutava de uma posição estratégica junto às lideranças locais⁴⁵.

Entende-se que, seu programa administrativo sustentado pela política de controle dos municípios através do Departamento das Municipalidades se coadunava com discursos em prol da recuperação econômica- financeira do estado em virtude da crise de 1929, sustentando propostas de soerguimento do Estado do Rio de Janeiro no cenário nacional.

⁴⁵ Expressão da importância do exercício do cargo de prefeito indicado por Amaral Peixoto é dado pelo fato de que dos 11 prefeitos mantidos no poder durante o Estado Novo se constituíram em grandes articuladores na montagem do PSD fluminense Cf.Pantoja (1992, p.9).

3.4 - Salo Brand: urbanização e poder político em Campos

O discurso de uma tradição de riqueza econômica e atuação política de Campos no estado do Rio de Janeiro pelas elites como suporte reivindicatório da capitalidade para o município ganha força nos anos 30 - 40.

Segundo Lamego Filho (1974) a prosperidade econômica de Campos era inegável, não se constituía em apenas num centro municipal-regional; apresentava-se diferente dos outros centros urbanos fluminenses, que no Império atingiram a prosperidade e logo se tornaram decadentes, Campos, ao contrário, se desenvolveu continuamente com a concentração das usinas, exercendo no *hinterland* açucareiro fluminense a função de capital.

Para o autor a criação do IAA trouxe notáveis resultados, tornou Campos o principal centro produtor de açúcar do país e a Usina São José ocupava o quarto lugar dentre as maiores usinas do Brasil. O município atraía a atenção de Getúlio Vargas⁴⁶ e Amaral Peixoto não só pelas demandas econômicas e sociais (equação do problema açucareiro e a instabilidade social) como também por se constituir num *locus* onde as disputas políticas eram bastante acirradas, apresentando-se assim como espaço por excelência de consolidação do projeto político estadonovista.

Portanto, Amaral Peixoto no desenvolvimento do seu projeto político administrativo, vai procurar montar um núcleo político forte no norte fluminense, considerada como área de maior contingente populacional e de grande importância econômica.

⁴⁶ Em 23-06-1936 Getúlio Vargas visita Campos sendo recebido pelo prefeito Silvio Bastos Tavares onde em discurso defende a diversificação agrícola para a região, além de enaltecer as riquezas e desenvolvimento social-político.

População Urbana	
Campos dos Goytacazes	
1920 - 1950	
<i>ANO</i>	<i>População</i>
1920	59.265
1935	62.796
1940	78.545
1950	91.245

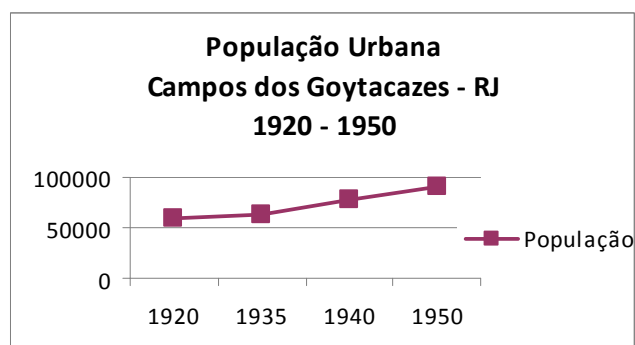


Figura VI – População urbana de Campos dos Goytacazes 1920-1950.

Fonte: Sousa (1935); IBGE

A população urbana vai crescer num ritmo ascendente (quadro acima); a população total do município, em 1920, atingia 175.850 habitantes; em 1935 era de 250.500 e em 1940 chegara a 223.373 habitantes. O crescimento demográfico refletia o desenvolvimento contínuo da cidade⁴⁷. Quanto ao orçamento, Campos vai contribuir para a União, nos anos 1912-1931 aproximadamente 47.806 contos de reis e, para o governo estadual na ordem correspondente a 3/4 quartos de toda a receita do estado do Rio de Janeiro, aproximadamente em torno de 63.741 contos de reis (SOUSA, 1985).

Segundo Lamego Filho (1974), o progresso de Campos era incontestável. Em 1939, a renda do município atingia o montante de 28302:571\$000, ultrapassando a arrecadação federal de muitos estados do norte do país.

Diante do quadro econômico e político apresentado pela região norte-fluminense e, interessado em montar uma base de apoio ao seu projeto político - administrativo

⁴⁷ O maior crescimento demográfico do estado do Rio de Janeiro, de 1920-1940 foi do norte-fluminense, destacando-se aí Campos, Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, São Fidélis e São João da Barra. Em 1940, a população de Campos atingia 223.373 habitantes, Itaperuna 127.353 e Niterói, capital do estado 142.407 habitantes. Ver Pantoja (1992).

Amaral Peixoto nomeia Salo Brand para compor a diretoria do Departamento das Municipalidades, em 1939. Cabe ressaltar que o Departamento das Municipalidades se constituía no órgão responsável, dentro da administração estadual, em orientar, assistir e controlar os municípios, exercendo papel relevante na nova administração estadonovista, suprimindo a ação da política partidária.

“Substituindo o espaço de ação que anteriormente cabia às Câmaras Municipais, à Assembléia Legislativa e, por extensão, aos partidos políticos, o Departamento das Municipalidades funcionou eficientemente na canalização e realização de interesses dos grupos dominantes afinados com o interventor. Vinculado ao Executivo estadual através da Secretaria do Interior e Justiça, o Departamento das Municipalidades constituiu num instrumento por excelência de controle e cooptação das chefias locais, por representar a instância máxima decisória sobre todos os aspectos da administração municipal” (PANTOJA, 1992, p.28).

Cabe aqui ressaltar a trajetória política de Salo Brand.⁴⁸ Conseguiu formar um expressivo grupo político no norte fluminense em torno de Amaral Peixoto, portanto a peça chave na aproximação e cooptação das lideranças políticas municipais e o governo do estado, quando convidado a dirigir o departamento das municipalidades. Nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 2 de junho de 1908, filho de Max Brand e Lola Brand, de origem judaica, casou com Bluma Brand. Coursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e em 1933 se forma como engenheiro civil, especializado em engenharia sanitária. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 23 de fevereiro de 1996. Em 6-2-1938 é indicado como prefeito do município de Itaguaí. Em 5-4-1939 a 11-6-1939 foi nomeado prefeito de Campos De 1939 até abril de 1942, foi nomeado diretor do Departamento das Municipalidades do Estado do Rio de Janeiro, por Amaral Peixoto, já citado anteriormente. Exerceu o cargo de prefeito de Campos em 1942 e em 1945, sendo convidado a presidir as eleições municipais de 1947. Foi secretário estadual de Viação e Obras Públicas. Foi deputado federal de 1951-1955 pelo estado do Rio na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em outubro de 1958, elegeu-se para a Câmara Federal, pela legenda do Partido Social Progressista (PSP), permanecendo nesta casa até janeiro de 1963. Durante esta última legislatura, foi terceiro-suplente da mesa da Câmara (1959-1960).

⁴⁸ Ver Wolff :1985; <http://cpdoc.fgv/acervo/dhbb>.

Salo Brand buscou estabelecer fortes relações com os grupos políticos dominantes na região norte-fluminense, a partir de concessões de favores. Essa política de cooptação resultou na articulação de uma clientela em torno de si, representando uma base importante na construção da máquina amaralista no norte fluminense.

“(...) a partir da gestão de Salo Brand no Departamento das Municipalidades, o norte fluminense passou a ser, de longe, a região mais beneficiada do estado, para lá tendo sido canalizados grandes recursos para o fomento de atividades econômicas e vultuosas obras de infra-estrutura. Não foi por acaso que os dois maiores projetos daquela administração consistiram na execução do plano rodoviário e na construção da hidrelétrica de Macabu, que visaram sobretudo, atender aquela região” (PANTOJA, 1992, p.30).

Entende-se, assim a nomeação de Salo Brand para prefeito de Campos em abril de 1942, sendo mantido no cargo por Amaral Peixoto até agosto de 1945, momento já final do Estado Novo. A partir de então é indicado por Amaral a organizar o Partido Social Democrático (PSD) em Campos e no norte fluminense.

Nesse contexto é que o projeto de reforma urbana toma novo fôlego, era necessário habilitar a cidade para abrigar a capital do Estado. Portanto, o projeto de modernização urbana era revisitado como parte das ações políticas da elite dominante, na Câmara Municipal e no poder executivo para alcançar espaços de poder no Estado do Rio de Janeiro. Esse se constituía em momento impar uma vez que Salo Brand nomeado prefeito e em perfeita sintonia com o governo estadual representaria a força política capaz de, na visão da elite, recuperar a economia e o esplendor de outrora, a “Idade do Ouro”⁴⁹.

Examinar as reformas urbanísticas em Campos e sua interação com a história política local, na década de 1940, dentro do proposto pelos estudos do político (RÉMOND, 1996; FERREIRA, 1994; ALVES, 1995) e sua importância social permite vincular esse tipo de estudo como meio fundamental para o entendimento das

⁴⁹ Marieta de Moraes Ferreira utiliza esta categoria de análise para explicitar as resistências da elite agrária fluminense às reformas, o referencial é um passado de riqueza que é preciso recuperar (FERREIRA, 1994). Esta categoria já fora explicitada por mim no entendimento das características da sociedade campista, pois o desenvolvimento da modernidade urbana se coaduna com as reformas uma vez que o referencial das elites é um passado marcado pela opulência, que perdido, era preciso recuperar Alves (1995)

estratégias dos setores dirigentes em prol do desenvolvimento da região nos dias de hoje.

Importante salientar que, as comemorações do 1º Centenário da cidade, em 1935, demarcavam a importância de Campos dos Goytacazes dentro da região nordestina pela grandiosidade do evento, exprimia o desejo da elite - o de construir a cidade moderna. Representação simbólica desse ideário é a inauguração do Fórum Nilo Peçanha e o lançamento da obra *Cyclo Áureo* de Horácio Sousa, ações comemorativas do centenário.

Observa-se neste momento toda uma discussão em torno das melhorias no cenário urbano. A elite defende uma política de reformas no centro urbano pela imprensa e na Câmara Municipal, o aumento de obras públicas que refletissem a cidade moderna. O festejar adquire um emblemático significado. O jornal *A Folha do Comércio* publica um artigo sob o título *A Cidade e o Centenário*, no dia 28 de fevereiro considerando o mal estado da cidade, expõe as mazelas decorrentes da lentidão com que caminhavam as obras de melhoramentos, cabia à Prefeitura aplicar os recursos.

“(...) o campista bairrista só quer a casa bem arrumada para ter o que mostrar aos muitos visitantes que, por certo virão se instalar no Hotel Amazonas, no Gaspar em outras hospedarias de cama limpa e mesa farta que sempre existiram na cidade” (CARVALHO, 1991, p.18).

Durante muitos dias, a festa do Centenário é tema obrigatório, tanto para o governo do Estado, o governo municipal e a imprensa. As obras da construção do “majestoso edifício” do Fórum de Campos, sob a responsabilidade do construtor José Benevento exigiam urgência. A construção do edifício capaz de abrigar tribunais e cartórios fora assunto bastante discutido e sua edificação se instituiu como representação simbólica da importância de Campos como metrópole regional. Em estilo neoclássico, propositalmente construído acima do nível da rua, se sobressaía no cenário do seu entorno, edifícios construídos na década de 1910/20, expressão da *belle époque*⁵⁰. O monumento - documento expressava o esforço de construção da memória e da identidade de uma cidade que se queria capital (LE GOFF, 1990; HALBWACHS, 1990).

⁵⁰ Na inauguração do Fórum o historiador Alberto Lamego em ato solene fez o discurso, o caráter da cerimônia reveste-se do simbólico, na representação das conquistas do progresso da cidade.

Com efeito, a cidade de Campos atinge a década de 1940 sendo portadora de uma imagem cosmopolita, usufruindo de equipamentos urbanos modernos, possuía 8 praças públicas, 134 ruas, 7.812 prédios entre residenciais e comerciais, 05 jornais diários (Folha do Comércio, A Gazeta, A Cidade, A Notícia, o Monitor Campista, sendo o terceiro mais antigo do país), a Associação de Imprensa, fundada em 17-06-1928, o Conservatório de Música, inaugurado em 1936, usufruía dos serviços de correio aéreo, desde 1937. Em 1939 é inaugurada a Livraria Acadêmica e nesse mesmo ano é fundada a Academia Campista de Letras por um grupo de intelectuais, como Nelson Pereira Rebel, Barbosa Guerra, Godofredo Tinoco, Gastão Machado, Mario Barroso, Silvio Fontoura, Izimbarido Peixoto, Alcides Maciel. Tal pujança no campo literário é expressa na obra de José Candido de Carvalho, reconhecido nos meios intelectuais do Rio de Janeiro. A cidade afirma-se como capital intelectual- cultural do norte fluminense notadamente pelo intenso movimento teatral não só pela produção/encenação de peças de teatro e de revista, destacando-se Múcio da Paixão⁵¹, Silvio Fontoura, Gastão Machado que em 1940 inaugura o teatro amador em Campos com a fundação do *Grêmio Teatral Gastão Machado*. O dinamismo cultural é marcante, é inaugurada a Rádio Cultura de Campos (11-11-1934) graças ao entusiasmo de um grupo formado por Amador Pinheiro da Silva, Alcides Carlos Maciel, engenheiro- eletricista Avelino Silva, Antonio Pereira Amares, organizadores da Sociedade Radio Cultura de Campos, marco inicial na concretização na instalação de uma emissora de rádio na cidade, sonho realizado graças ao empenho do médico Mário Ferraz Sampaio. Em prédio à Rua Conselheiro Otaviano ia ao ar a Rádio Cultura, presente nas comemorações do Centenário, com uma programação ao vivo - uma Orquestra de Salão formada com os melhores músicos da cidade, dirigida pelo maestro Juca Chaves.

A nova estação de rádio provocou mudanças nos hábitos dos campistas pelos programas musicais, o radio teatro e matérias literárias além de colaborar com entidades associativas da cidade “ tornou-se querida não só dos campistas como dos fluminenses, espalhando suas ondas por todo o território do Rio, sul de Minas e Espírito Santo”, serviu de elemento de divulgação do comércio e sociedade campista. (CARVALHO, 1991).

⁵¹ Grande figura do teatro em Campos como autor, crítico e historiador. Escreveu uma História do Teatro no Brasil, editado pelo ator Procópio Ferreira, produziu uma obra notável do Movimento Literário em Campos, além de inúmeras peças e revistas de teatro. Rodrigues (1988, p.255/261)

O teatro Trianon⁵² funcionou ativamente para além do cinema que passara a funcionar nos horários da tarde – o Coliseu, Capitólio, São José, São Salvador – e representava a expressão grandiloquente do fausto e requinte da sociedade campista e era passagem obrigatória de grandes espetáculos de teatro e música. O teatro Trianon por sua imponência conferia à cidade um ar de civilização, aqui estiveram Henriete Morineau, o veterano Manuel Pêra e a companhia Delacosta, a companhia Dulcina-Odilon e tantos outros. O “glamour” das festas e a frequência ao Trianon irradiavam pelos municípios vizinhos, expressavam riqueza e notabilidade de uma elite. (RODRIGUES, 1988).

Assim que, este “pequeno mundo” definido por uma sociabilidade⁵³ do gosto, de uma atitude cosmopolita, moderna vinculava-se a ida ao Jóquei Clube, a frequência ao teatro Trianon, o flâneur na Praça S. Salvador, o bate papo no Café Hair Life, os encontros na Padaria e Confeitaria Colombo, a circulação por ruas calçadas e amplas avenidas. O convívio social ganhava significação para além das relações afetivas e de amizade, definiam o pertencimento a uma elite portadora de status social e uma rede de participação e penetração política. Enfim, o “viver a vida” contribuía para a manutenção e fortalecimento de redes de solidariedade na obtenção do poder político no âmbito regional, estadual.

Expressivo do deslumbramento de consumo dos signos da modernidade é a construção da rica moradia de Augusto Faria, representante da elite campista com grande inserção econômico-social e política na cidade, sua residência foi centro de festas sociais e reuniões políticas definidora de uma distinção social (BOURDIEU: 2000) e acabou sendo sede do vice-consulado português no município.⁵⁴

⁵² Construído em 1919, sendo inaugurado em 1921 pelo empresário Francisco de Paula Carneiro, o popular capitão Carneirinho, o teatro Trianon possuía um palco de 29m por 11m, contendo 554 poltronas, 156 frisas, 290 balcões, 29 camarotes e 610 galerias bastante adequado a espetáculos de óperas, operetas, balés, concertos e orquestras sinfônicas. Era um belíssimo teatro que teve grande movimentação e esplendor na década de 1940, acabou sendo demolido em 1976 Cf. Rodrigues (1988) ; Rangel Júnior (1992)

⁵³ O uso da noção de sociabilidade é aqui apropriada tendo como referencial o trabalho de Gomes (1993) que utiliza o conceito segundo Maurice Agulhon em que a sociabilidade carrega duplo sentido. Um mais amplo, além-se as formas gerais de relações sociais e, outro mais restrito, vincula-se a formas mais específicas de convivência social com os pares, formando uma rede de trocas na vida social organizada, os cafés, revistas, salões, academias.

⁵⁴ Augusto Faria era sócio, junto com seu irmão Adriano Faria, de uma das mais tradicionais casas comerciais da cidade – a Machado Viana –fazia parte da Associação Comercial de Campos, presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência, sua residência era palco de encontros políticos e grandes festas da colônia portuguesa Ver Alves (2009; Soares, 2010).

Nesse contexto é que o projeto Campos-capital é retomado e reforçado, momento ímpar para o retorno do acalantado sonho, período de grandes mudanças, notadamente quando da interventoria de Amaral Peixoto no governo do estado, que tinha grande interesse em solucionar os problemas de Campos, como a luz elétrica e a ligação rodoviária da cidade com Niterói e Rio de Janeiro.⁵⁵

3.5 - O Plano Urbanístico Salo Brand

As mudanças no espaço urbano assumem particular significado durante a gestão do prefeito Salo Brand (1942/45), engenheiro que exercera a direção do Departamento das Municipalidades, já citado anteriormente. Importante ressaltar que esse órgão administrativo criado pelo Estado Novo foi de grande importância política. Com o apoio da Associação Comercial, do Sindicato dos Usineiros e da imprensa propõe um projeto de remodelação urbana para Campos. Projeto este encomendado ao escritório Coimbra Bueno, em 1942, além do Plano Diretor para a cidade em 1944. Campos vai assim constituir-se na expressão da vanguarda modernista, movimento de renovação arquitetônica e urbanística proposto no período do estado Novo.

O governo varguista procurou adotar princípios modernistas notadamente nos projetos de edificações públicas, conjuntos habitacionais, enfim nos traçados urbanos das cidades. Derrubando velhos edifícios, abrindo largas avenidas e criando novos espaços dentro de uma nova linguagem arquitetônica e urbanística o poder público instituiu a modernidade no país. O Estado dentro da nova administração pública cria programas e projetos arquitetônicos e urbanísticos contando com a participação de uma geração de jovens arquitetos que buscavam um novo paradigma para a arquitetura brasileira. O movimento modernista representava uma ruptura com as formas estéticas e estruturais neo-colonial e se adequava perfeitamente bem com os ideais propostos pelo governo varguista; regularizar as relações de trabalho; modernizar o Estado, difundir a educação e o maior acesso à saúde.

No Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, seguindo a política modernizadora varguista, vai ter por preocupação o planejamento urbano através da elaboração do

⁵⁵ Em 28 de maio de 1943 é inaugurada a rodovia Niterói-Campos com um banquete de 600 talheres no campo do Americano à rua Barão de Miracema, presentes prefeitos dos municípios vizinhos, a elite campista e uma grande comitiva com Amaral Peixoto e Getúlio Vargas que definiu em discurso Campos como espelho do Brasil Ver Rodrigues (1988).

Plano de Urbanização das Cidades Fluminenses assim como o desenvolvimento de ações pontuais de urbanização e intervenções em alguns setores. Observa-se que a política urbanizadora do Estado Novo era voltada para a capital e cidades fluminenses com potencial turístico e industrial.

Coube ao Estado do Rio de Janeiro dois escritórios no planejamento urbanísticos; o de Attílio Corrêa Lima para o sul fluminense, especialmente o vale do Paraíba e o dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno para o norte fluminense, notadamente as regiões serrana e litorânea. Assim o Plano de Urbanização das Cidades Fluminenses buscou realizar planos para a cidade de Campos por meio do Escritório Coimbra Bueno com a consultoria de Alfred Agache.

Nesse momento, os melhoramentos urbanos são amplamente debatidos pela imprensa. A cidade é pontuada por inúmeras obras. Em 4-1-1942, em artigo, *A remodelação de Campos*, o jornal Folha do Comércio, diário da Associação Comercial, noticia a questão da remodelação do espaço da urbe entendendo que deveria ser entregue ao Agache e que se fizesse também a planta cadastral a partir de uma série de estudos. As ruas centrais muito estreitas nas administrações passadas foram alargadas, porém, segundo o jornal, o trabalho ficou interrompido sem que houvesse uma razão forte para isso, como, por exemplo, a rua Lacerda Sobrinho cujo alargamento iniciou junto ao Passeio Municipal até a Praça da República, em direção ao centro da cidade, ali parou, embora suas condições indicassem a continuidade dos trabalhos de melhoramentos dado o recuo dos prédios que deveriam ser demolidos ou reformados. O jornal considera que o poder municipal ao permitir reformas nas edificações, não resolvera a questão dos alinhamentos antigos, prejudicando as obras de alargamento. As reformas eram necessárias não só na estética das edificações, pois a permanência de prédios antigos comprometia o cenário urbano dentro de uma modernidade pretendida.

Enfim, o artigo, além de denunciar as condições estéticas do espaço urbano, vê o momento era favorável para solicitar ajuda ao governo federal, entende que não haveria negação diante do desenvolvimento alcançado por Campos - “a remodelação da cidade

pode e deve ir sendo executado sem medo de qualquer inconveniente em face do Plano Agache”⁵⁶.

A reforma urbanística proposta por Salo Brand – o “Plano Agache”- era bastante ousado, constando à construção de uma avenida, na Beira Rio, de 40m de largura com três pistas, sendo uma de paralelepípedos, para o tráfego pesado; duas asfaltadas para automóveis; e para pedestres dois ‘passeios’, de quatro metros de largura cada um. O perfil da nova avenida tinha semelhanças ao da Praia do Flamengo.

Objetivando, discutir o plano de obras e obter recursos financeiros, Campos vai sediar no dia 21 de junho de 1942, o Congresso de Prefeitos do Norte Fluminense, sob a presidência do Interventor Amaral Peixoto, estando presentes o prefeito Salo Brand e mais oito prefeitos de cidades vizinhas, além do Secretário de Educação e de Agricultura do Estado e o Diretor do Departamento das Municipalidades. Conta com total apoio do Governo Estadual, sob a direção de Amaral Peixoto, o que resultava em condições para “a prosperidade de nossas indústrias, a melhoria geral dos serviços públicos, a realização das há tanto esperadas vias de comunicação, os bons preços dos mercados externos para os produtos campistas” (Revista Planície, 1943).

As promissoras relações entre a administração municipal e o governo estadual resultaram na inauguração em 1943 da Rodovia Niterói-Campos, por Amaral Peixoto, abrindo novas perspectivas de progresso para Campos.

“(…) na primeira fase do governo Amaral Peixoto, o norte fluminense – e, em especial, o município de Campos – desempenhou funções importantes como eixo político do estado. No final do Estado Novo, especialmente na fase de organização partidária, o norte fluminense ocupava posição privilegiada no jogo político estadual, constituindo-se os políticos campistas a base de apoio do Partido Social Democrático (PSD), agremiação desenvolvida pelo interventor” (FERREIRA, 1997).

A imagem abaixo é demonstrativa da efetivação do plano urbanístico de Salo Brand.

⁵⁶ O jornal Folha do Comércio por todo o ano de 1942 publica vários artigos em defesa de reformas urgentes para a cidade; do alargamento das vias públicas beneficiando o tráfego, a construção do cais e murada na Beira Rio com meio de se evitar acidentes à construção da rodovia que ligaria Campos a Niterói – a rodovia Amaral Peixoto, além de obras na Baixada .

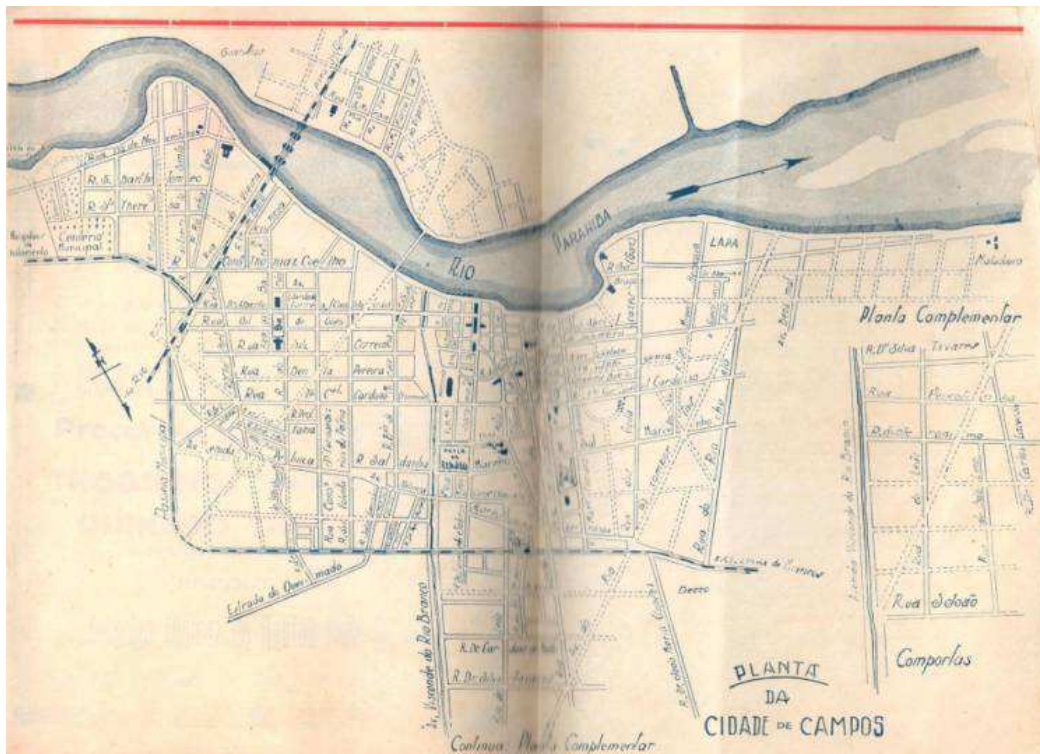


Figura VII – Planta da cidade de Campos dos Goytacazes.

Fonte: Guia Geral da Cidade, 1940.

Em 1946, a conjuntura política se mostrava favorável, dado o processo de redemocratização com o retorno da organização de partidos e eleições. Na instalação da Constituinte de 1946⁵⁷ e nos debates das eleições estaduais é retomada a discussão sobre a necessidade de interiorização da capital fluminense, a autonomia estadual encontrava-se comprometida pela proximidade do Catete

“a contaminação política de Niterói pelos conflitos permanentes existentes na cidade do Rio de Janeiro, bem como a influência da política federal nos negócios fluminenses, fruto da proximidade das duas capitais, foi mais uma vez retirada dos anais da Alerj, para justificar a transferência da capital para Campos” (Ferreira, 1997).

Tal idéia reacendeu na elite campista o desejo de Campos sediar a capital do estado. Nos debates é relançada Petrópolis que vai, mais uma vez, se candidatar à sede do governo estadual, reforçando os argumentos dos que consideravam Niterói com condições inapropriadas para sediar a capital. No entanto, com a aprovação da

⁵⁷ Salo Brand vai fazer parte da Constituinte de 1946, elegendo-se deputado, em 1947 é indicado a prefeitura de Campos tendo a incumbência de dirigir o processo eleitoral para a escolha do novo prefeito, no pós 1945.

constituição estadual em 1947 estava garantida a Niterói o estatuto de capital fluminense. Mais uma vez, o sonho acalentado por Campos de se tornar capital do estado se desvanecia.

Nos anos 1950, na administração do prefeito José Alves de Azevedo (1951/55), uma política de mudanças no espaço urbano é retomada, são pavimentadas algumas ruas, sendo asfaltada a Rua do Ouvidor. Na sua política de melhoramentos para a cidade, inicia a construção da Rodoviária de Campos que acabou sendo concluída na segunda gestão de seu governo (1959/62). Transferiu ainda o Horto Municipal, que funcionava à Rua do Ouvidor para a Rua Sete de Setembro, o que contribuiu para a expansão do perímetro urbano.

Enfim, na década de 1940 e 50, Campos possuía uma imagem especial, moderna contando com uma vida social e cultural intensa, definidora da sua importância no cenário fluminense. Já nos fins dos anos 50, observa-se um refluxo no processo de produção e exportação do açúcar, pela monopolização da produção paulista. O declínio das usinas é marcado pela queda das exportações e pela fraca produtividade, de que resultam problemas econômicos e sociais, bem como falências de usinas e endividamento dos usineiros e negociantes. Esse quadro é acompanhado por problemas urbanos: desemprego, saneamento, problemas de moradia, a favelização da cidade.

Campos perdia o “glamour” de outrora. Entretanto, a tradição representada pela opulência e sociabilidade da “nobre estirpe familiar”, expressão de distinção das demais cidades fluminense, ainda permanecia no ideário das elites (LAMEGO FILHO, 1974).

3.6 - O Papel das Imagens no Projeto Campos-capital

“...as imagens fotográficas fornecem a maior parte do conhecimento que se possui acerca do passado e do alcance do presente.” (SUSAN SONTAG, 2004)

A dimensão do espaço urbano de Campos dos Goytacazes nos anos 1930-50 pode ser percebida por meio dos registros fotográficos. Imagens de edifícios, praças, reuniões políticas nos permitem o entendimento das intervenções no espaço urbano, propiciadas por uma elite que buscava um modo de vida fundamentado no quadro da singularidade das práticas sociais demarcadoras do seu prestígio social e político no cenário fluminense.

A reflexão acerca das relações entre as imagens fotográficas e as informações sobre o tecido urbano nelas contidas é de fundamental importância para o entendimento do projeto de capitalidade para Campos, repetidamente proposto pelas elites políticas. As representações da cidade moderna expressavam as ações das elites com fins propagandísticos do progresso do município, de modo a garantir o seu lugar na região norte fluminense.

As imagens fotográficas constituem testemunhas oculares, através delas, o acontecimento ganha força representacional. A produção da imagem como representação contribui para a percepção dos atributos do poder (MAUAD, 2007).

Campos dos Goytacazes vai integrar, desde o século XIX, quando das viagens o imperador D. Pedro II à cidade, esse circuito da fotografia como espetáculo da modernidade. Admirador da fotografia, desde o primeiro contato com o daguerreótipo, no início de 1840, o imperador em visita a cidade registrou várias cenas do centro urbano de Campos, constando várias fotos com imagens singulares e expressivas da cidade⁵⁸ na coleção Tereza Cristina, da Biblioteca Nacional. A importância econômica, política e social de Campos servia de atrativo para fotógrafos como Victor Frond, Phillipe de Freitas e Revert Henrique Klumb, que percorreram a região⁵⁹. Mas a presença mais marcante foi a do fotógrafo alemão Guilherme Bolckau, que se instalou na cidade em 1871, montando um estúdio fotográfico à Rua Formosa, atuando no mercado como fotógrafo de retratos de família, de paisagens naturais e das construções urbanas.

A fotografia atraía todos os setores da sociedade, como é possível observar pela documentação iconográfica⁶⁰ contendo uma série de fotografias em que sobressaem imagens das transformações urbanas, cenas de uma urbe moderna, cosmopolita, ansiosa por se ver reconhecida no nível regional e nacional. A fotografia constitui, assim, um

⁵⁸ O imperador D. Pedro II fez quatro viagens a Campos: em 1847, com o objetivo de conhecer o canal Campos-Macaé; em 1875 e 1878, a propósito de inaugurar a Usina de Barcelos e, em 1883, na inauguração da luz elétrica. Interessante observar que o imperador traça um roteiro de visita à região para sua filha Isabel e o marido, Conde D'Eu. Chama atenção para as construções, a praça principal e a cadeia. Descrevendo Campos, falando de suas instituições, o rio Paraíba, D Pedro II estabelece relações entre o cenário urbano e o registro fotográfico. Ver Rodrigues (1998).

⁵⁹ Encontramos imagens de Campos feitas por Victor Frond, em *Brasil Pitoresco*, de Charles Rybeiroles e Revert Henrique Klumb. Coleção Tereza. Biblioteca Nacional.

⁶⁰ Coleção de fotos, que me foi gentilmente doada por Ana Lúcia Sanguedo, como também fotos digitalizadas gentilmente cedidas por Eduardo Nogueira, agradeço a inestimável colaboração para a pesquisa.

dos marcos da expressão da cultura e do cosmopolitismo da vida moderna da elite campista, sendo apropriada como parte de seu projeto político.

A inauguração de obras públicas, a remodelação da Praça São Salvador, a ampliação de ruas e avenidas são retratadas como feitos das elites campistas e constituíam um capital simbólico fundamental para o exercício do poder. Tais imagens, representativas da modernidade urbana, além de servirem para a projeção no cenário político-social fluminense, constituíam uma estratégia para se pleitear a capital para o município.

Na imprensa ilustrada essas imagens aparecem com fins propagandísticos, nos anos 1930-50, alardeando a construção de uma cidade moderna, com um lugar a ocupar no cenário político fluminense. Assimilada pela elite e pelo poder público, já nos primeiros anos da República como inovação técnico- científica do século XIX, a fotografia ganha novos significados nas publicações impressas, jornais e revistas ilustradas. Apresentada como registro da realidade, ganhava credibilidade como testemunha das mudanças no cenário urbano, arquitetônico e social, refletindo os anseios da modernidade por parte de uma elite identificada com os padrões de sociabilidade e requinte da cultura européia.

Segundo Mauad (1996)

“a fotografia acompanha o mundo contemporâneo, registra sua história numa linguagem de imagens (...) grandes e pequenos eventos, personalidades, gente anônima (...) a intimidade doméstica, sensibilidades coletivas e ideologias oficiais”.

A produção visual tem merecido a atenção de pesquisadores das Ciências Sociais e da História, envolvidos com diferentes temas e objetos de análise (KNAUSS: 2003; 2006). É em meados da década de 1970 e notadamente nos anos 80 que podemos notar o aumento de pesquisas tendo por foco a investigação da fotografia em seu processo histórico, tanto quanto uma preocupação com a temática foto/fotógrafo na apropriação da coisa fotografada. Até então a bibliografia sobre o tema era bastante reduzida, com poucas obras de referência⁶¹.

⁶¹ Segundo Kossoy (2009), destacam-se como obras de referência importantes as de Josef Maria Edere, Wolfgang Baier, Georges Potonnié, Beaumont Newhall, Helmut Gernsheim, Gisele Freund, Robert Taft, Michel Braive.

Entretanto, podemos afirmar que, a partir dos anos 60, já ocorria uma revalorização da fotografia enquanto forma de expressão artística, com exposições em museus e abertura de galerias especializadas, além do crescente número de publicações e o surgimento de cursos, encontros, oficinas e seminários envolvendo diferentes aspectos da fotografia, não só realizadas no passado como no mundo contemporâneo.

Desde os seus primórdios a fotografia sempre se prestou a variados interesses e usos. Diferentes sujeitos com diferentes ideologias buscaram utilizar a imagem fotográfica como um poderoso instrumento de veiculação e legitimação de suas idéias, com o intuito de formar e manipular a opinião pública, notadamente à medida que os avanços tecnológicos da indústria gráfica, a partir dos anos 1930, proporcionaram condições para a multiplicação de imagens como meio de divulgação e informação. Como aponta Kossoy, “as fotografias publicadas pelas revistas alemãs da década de 1930 ou aquelas estampadas em Life são preciosas fontes para o estudo do uso dirigido da imagem enquanto mensagem político-ideológica” (2009).

Tal prática pelos meios de comunicação impressos objetivava atingir um público mais amplo. As fotos ilustravam e davam credibilidade às legendas e texto escritos e serviam, dentre outras finalidades, como veículo de propaganda para variadas causas.

Há de se ressaltar que o uso, pelo governo brasileiro, de trabalhos fotográficos sob encomenda foi uma constante, já desde a segunda metade do século XIX. Séries fotográficas são encomendadas com o objetivo de divulgação do progresso e belezas naturais do país. Álbuns fotográficos serviam de apresentação do Brasil nas exposições universais, síntese do cosmopolitismo e da modernidade. A fotografia fazia parte da exibição, enquanto inovação técnica, enquanto documento, enquanto arte (TURAZZI, 1995). Servia de atrativo desde a vinda de imigrantes para o país como nas negociações econômico-financeiras e, notadamente na celebração das grandes datas – as Exposições Nacionais e Internacionais, festas do Progresso⁶², um caro costume da “belle époque.”

⁶² As Exposições Internacionais se constituíam em “Arenas Pacíficas” nas disputas pela superioridade mundial, das quais o Brasil vai participar, a partir de 1862. Representavam uma imagem simbólica do progresso e, portanto, as exposições se configuravam como espaços do lazer urbano, expressão de um mundo novo, moderno e civilizado. Sousa, Revista Gávea, nº 5.

Governos estaduais também vão promover iniciativas de tal porte com a produção de álbuns primorosos, impressos na Europa, contendo fotografias enaltecidas da administração, representativas da pujança do governo e monumentalidade das obras públicas.⁶³ No início do século XX, a confecção de álbuns adquire importante significado no registro das mudanças urbanas no Rio de Janeiro, quando da abertura da Avenida Central. Fotógrafos como Marc Ferrez e Augusto Malta foram contratados pela administração pública com a tarefa de retratar as transformações do cenário urbano, edifícios, cenas do cotidiano, costumes e festas, como meio de divulgar a eficiência da administração municipal.

Tais iniciativas oficiais permitem perceber a visão que fotógrafos e administradores públicos tinham sobre a cidade. Entretanto, não havia ainda a idéia do uso da fotografia como canal de divulgação das obras administrativas a um público mais amplo. Somente com a Revolução de 1930 e a instalação do Estado Novo é que ocorreram mudanças na utilização da imagem fotográfica pelos órgãos oficiais. A fotografia adquiria, nesse momento, um caráter muito específico, o de servir de propaganda governamental, notadamente no governo Getúlio Vargas.

O cenário político instaurado com o golpe de 1937 requeria um discurso legitimador do novo governo e a propaganda representaria o canal de difusão das iniciativas oficiais e meio de persuasão das massas. Segundo Lacerda (1994), a instalação do Estado Novo promoveria o ambiente propício para a utilização da propaganda estatal como mecanismo de legitimação do poder, capaz de desempenhar uma ação pedagógica sobre as massas. A fotografia representa então um papel importante no momento da expansão do fotojornalismo e da criação de órgãos da administração pública cujo objetivo era a propaganda estatal.⁶⁴

Nesse contexto surge o projeto “Obra Getuliana”, livro documentário das realizações do governo Getúlio Vargas, proposto pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, como parte das comemorações do 10º aniversário de

⁶³ Exemplos foram dos Estados de São Paulo e Pará nos anos 1930. Ver Lacerda (1994, p.241-243).

⁶⁴ Em 1931, já havia sido criado o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), sendo substituído, em 1934, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, com o intuito de utilização das novas tecnologias como cinema e rádio como instrumentos de difusão das obras públicas. Em 1939, é criado o Departamento de Informação e Propaganda (DIP) em substituição ao Departamento Nacional de Propaganda – DNP, que fora criado em 1938. O Estado ampliava sua ação centralizadora política e ideológica Cf. Lacerda (1994, p. 241-263).

governo, em 1940. O objetivo do projeto era o de apontar as ações estatais do período por meio de imagens fotográficas com fins propagandísticos⁶⁵.

Para tanto o ministro se cercou dos maiores expoentes da intelectualidade brasileira, além de pessoas da administração pública. Cuidadoso, solicitou informações e fotos às repartições públicas, pois a obra em si tinha um caráter elucidativo e de propaganda. Designou ainda quatro fotógrafos com a incumbência de produzir imagens do progresso do país, de diferentes regiões e Estados, recomendando a produção de imagens fotográficas de construções de obras, monumentos, instalações e montagem de fábricas, serviços médicos, estradas. O fotógrafo, portanto tinha que percorrer o país, produzindo imagens fotográficas das realizações governamentais. O livro acabou não sendo publicado. Como ressalta Lacerda, a fotografia, o rádio, as publicações vieram a representar veículos de propaganda dentro da ação cultural empreendida pelo Estado, tendo por base a política de “moldagem da opinião pública” (LACERDA, 1994).

Essa nova valorização da fotografia como ilustração enaltecida das obras governamentais também se expressa no município de Campos. A utilização de uma produção com fins propagandísticos da administração pública pode ser verificada com a publicação, em 1939, do Livro *Campos o maior e o mais rico município do Estado do Rio de Janeiro*⁶⁶, pelo então prefeito Mário Pinheiro Mota. Como explica sua apresentação:

“... quiz o Chefe do Executivo Municipal que se ampliasse [o Serviço de Propaganda], determinou a publicação deste folheto, para distribuição gratuita, tornando, assim, mais amplo e mais completo o conhecimento de tudo quanto resulta de importante na cidade e nos distritos rurais (...) verifica-se, dessa maneira, o empenho do administrador em demonstrar, além das nossas fronteiras (...) como estamos aparelhados, nos diversos setores de trabalho construtor, para elevar bem alto o nome do nosso amado Brasil” (Sylvio Cardoso Tavares. Campos no Estado Novo, 1939).

O objetivo era a divulgação do progresso da cidade e vinculava-se ao contexto de consolidação do projeto político-administrativo de Amaral Peixoto. Em junho de 1938, como interventor, Amaral Peixoto cria o Departamento de Propaganda e Turismo com o propósito de dedicar maior atenção às questões municipais e manter um maior

⁶⁵ Observa-se que a própria nomeação do ministro Capanema para o ministério de Educação e Saúde tinha por propósito dar um novo impulso às atividades educativas e culturais do Estado. Ibidem.

⁶⁶ Verifica-se que o formato é de um livro, entretanto é apresentado como um folheto de propaganda de Campos, sendo distribuído pela prefeitura como forma de divulgação da administração.

controle da administração municipal. Em sintonia com o governo estadual é criado, em Campos, em 1939, o Serviço de Propaganda do Município. Portanto, a publicação do livro tinha um objeto claro: a divulgação da pujança econômico-cultural do município, da sua exuberante paisagem e da modernidade de seu espaço urbano; além de ressaltar as afinidades das relações políticas entre o poder municipal, estadual e federal, como garantia de uma maior amplitude e exercício de poder.

O livro chama a atenção por sua estrutura e *layout*. Nas primeiras páginas uma apresentação da importância de Campos e suas relações com o governo fluminense. Em seguida, uma carta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acusando o recebimento de uma carta de Sylvio Cardoso Tavares, chefe do Serviço de Propaganda e Turismo do município, em que congratula o jornalista pelo discurso em comemoração ao Dia do Município. Na página ao lado, uma fotografia de Getúlio Vargas, chefe da Nação, e nas páginas subsequentes, uma foto do Comandante Amaral Peixoto, com Alfredo Neves, interventor interino do Estado do Rio de Janeiro e Mario Pinheiro Mota, então prefeito de Campos; em seguida, uma foto de Luiz Sobral, que já ocupara o cargo. Inclui ainda a Conferência *Campos e Suas Grandezas*, proferida por Sylvio Cardoso Tavares nos estúdios da Rádio Cultura de Campos.

O texto da conferência é marcadamente uma exaltação à figura de Vargas e à nova ordem instaurada com o Estado Novo, além de uma exposição sobre o “glorioso município”, que, segundo o conferencista, já teve a dirigi-lo “a figura respeitável” do Dr. Luiz Caetano Guimarães Sobral, indicado pelo Comandante Ernani do Amaral Peixoto. Prefeito esse “à altura das necessidades do município e de acordo com a vontade dos campistas.”

Recorda uma memória a ser lembrada: dos fundadores à figura da Benta Pereira, perpassando pelo crescimento populacional, econômico e cultural. O propósito é o de ressaltar o valor de Campos como “o maior e mais rico Município, dentre todos os outros da federação” (p.9). Ilustrando o texto uma série de fotografias que expressam a modernidade urbana: a construção do mercado municipal, o ar bucólico da Praça São Salvador, a monumentalidade do Fórum, o rio Paraíba, um trecho da Avenida Sete de Setembro, dentre outros traços que expressam a representação de uma cidade civilizada com condições de sediar a capital do estado.

Se por um lado, a publicação do livro contempla as obras do governo de Luiz Sobral⁶⁷ tendo um caráter propagandístico; por outro reafirma o desejo já expresso nos anos 20, na sua gestão, de dotar Campos de melhoramentos garantidores da projeção do município na região norte fluminense como o mais desenvolvido e habilitado a exercer uma posição proeminente na política fluminense.

Assim, a publicação possui um duplo caráter, o da divulgação do progresso de Campos, suas possibilidades enquanto importante centro econômico do norte fluminense, com destaque para as usinas e as lavouras de cana de açúcar. O outro é o enaltecimento da prosperidade do município identificado no próprio discurso de Getúlio Vargas, "Campos, espelho do Brasil", quando de sua visita ao município em 1936, como também, tornar público a eficiência da administração municipal. Enfim, as imagens fotográficas enaltecem o vigor sócio-político-cultural da cidade e, também, a figura de ilustres campistas que devem permanecer na memória de seus habitantes.

A produção fotográfica representa assim um elemento fundamental na produção de uma imagem de cidade adaptada aos novos padrões da modernidade, que tinha todas as condições para sediar a capital do Estado do Rio de Janeiro, ponto central do projeto político das elites. O livro enaltecendo as obras do poder executivo no município acompanha a tendência ao uso de publicações como meio de propaganda do projeto político-administrativo do governo varguista, que, por sua vez, se insere no contexto dos avanços tecnológicos que transformaram a imprensa a partir dos anos 1930, com a expansão do mercado, a multiplicação de semanários ilustrados em circulação.

Segundo Mauad (2005), as revistas ilustradas construíram o perfil de uma época, impondo comportamentos, criando modas e estabelecendo uma estética burguesa como forma fiel de representação da sociedade moderna. O foco por excelência dessas publicações foi a cidade do Rio de Janeiro, capital federal até os anos 1960 do século XX, alvo de uma política civilizadora, que buscava moldar a cidade à imagem das metrópoles modernas do mundo europeu. As constantes intervenções urbanísticas resultaram no desaparecimento da cidade colonial, tachada de atrasada, anti-estética,

⁶⁷ Luiz Caetano Guimarães Sobral, médico, foi prefeito de Campos de 1915 a 1921, de 1923 a 1925 e em 1930. Na primeira gestão, perfeitamente antenado com o governo Nilo Peçanha (1914-1918) e gozando de sua confiança empreende uma série de melhoramentos. A cidade passou por uma verdadeira metamorfose, com o alargamento de ruas, arborização de praças e avenidas, a construção do Mercado Público e do Matadouro Modelo. O centro da cidade, cortado por linhas de bondes elétricos, adquiria uma imagem de efervescência. A pujança urbana incentivava a retomada do desejo de tornar Campos a capital.

suja, para dar lugar a amplas avenidas, cafés e confeitarias, edifícios luxuosos e um cosmopolitismo marcado por um novo padrão de comportamento: “... a chegada da modernidade traduziu-se num amplo processo de mudanças que se irradiaram em várias direções, afetando o viver tradicional” (MENEZES, 1999).

A publicação das revistas ilustradas enquanto críticas de costumes permitiram a divulgação e compreensão das imagens de pessoas, eventos, objetos, lugares contribuindo para o surgimento de uma nova sociabilidade burguesa, desde a primeira metade do século XX. *A Careta, Fon-Fon, O Cruzeiro, Revista da Semana, Kosmos, Malho, Avenida, Ilustração Brasileira, Rua do Ouvidor, Vida Doméstica, Selecta, Eu sei tudo, Para todos, Vamos ler, Scena muda, Cinearte, Beira Mar*, entre outras revistas, construíram o retrato de uma época, consistindo as imagens fotográficas o seu principal veículo de divulgação (MAUAD, 2005).

É interessante notar que a imprensa ilustrada também esteve presente em Campos, com a publicação das *Revistas Aurora e Gênese*, na primeira metade do século XX. Tais publicações, além de outras contribuíram, em grande medida, para a imposição de valores e normas, por meio de suas crônicas e narrativas dos acontecimentos nacionais e internacionais. A circulação e leitura das revistas ilustradas vão contribuir na criação de modas, imposição de comportamentos, resultando numa estética do gosto, adquirida pela elite local (BOURDIEU, 2007).

Em 1943, ganha expressão a revista *Planície*, resultado do esforço e tenacidade de um grupo de intelectuais envolvidos com a cultura campista. Defendida por longos anos pelo jovem poeta Jacy Pacheco, que contou com o apoio de Áreas Júnior, José Honório, João Rodrigues, José Cândido, Oswaldo Lima e outros. Em 1943 o projeto encontra novos defensores, Pereira Rebel, que, junto com um grupo de literatos, funda a revista⁶⁸, afirma: “era o nosso dever para com Campos”. A imprensa campista, de longa tradição, encontrava eco no momento de grandes mudanças econômicas, políticas e administrativas decorrentes da instalação do Estado Novo e da interventoria de Amaral

⁶⁸ A revista *Planície* é fundada em julho de 1943, registrada sob o número 13.445 no Departamento de Imprensa e Propaganda. Sua redação funcionava à Avenida Alberto Torres, número 157, com sucursal no Rio de Janeiro à Rua Álvaro Alvim número 33/7, no Edifício Rex. Tinha como diretor responsável José Honório de Almeida e Secretário F. A. de Miranda Rosa, contava com colaboradores efetivos: Godofredo Nascentes Tinoco, Aloísio Faria, Manoel Joaquim da Silva Pinto, Norival Santos, José Medeiros Corrêa Junior, Luiz de Souza Ribeiro, Celina e Waldir. Personagens de importância na vida cultural e política de Campos.

Peixoto no Estado do Rio de Janeiro, período de disputas entre lideranças políticas no plano estadual e no norte fluminense.

A revista, tendo oito exemplares, com periodicidade semestral, circulou de julho de 1943 a janeiro de 1947. Seus fundadores tinham por objetivo atender um público amplo, com informações sobre eventos culturais, notadamente as apresentações teatrais; narrativas amenas da vida social, além da produção literária e crítica dos seus colaboradores. Porém, conjugo da idéia de que a proposta da revista era o de enaltecer as ações das administrações, na esfera federal, estadual, municipal.

Para além da afirmação das realizações governamentais, seus editores pretendiam traduzir a modernização do município, focalizando seu desenvolvimento econômico, os hábitos das figuras da sociedade e também destacar a proximidade das elites campistas com o poder estadual e municipal, ressaltando as relações entre o governo de Vargas, Amaral Peixoto e Salo Brand, então prefeito.

Portanto, a revista, além de constituir um veículo de informação e cultura, também serviu de instrumento de propaganda para projetos e ações governamentais, como podemos observar logo no seu primeiro número, de julho de 1943, à página cinco. Aloísio Faria, no artigo *As novas nomeações para o Colégio Estadual de Campos*, tece elogios à capacidade administrativa e visão de estadista do “Comandante” Amaral Peixoto, considerando tais requisitos como fatores de desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro e, particularmente, para Campos.

“(...) Seu governo vem sendo um manancial constante de altos serviços ao Estado, em todos os sectores (...) quanto a instrução acaba S.S. de enriquecer o magistério secundário de Campos com três nomeações felicíssimas, para o nosso antigo Liceu de Humanidades.”⁶⁹

No mesmo número chama a atenção um amplo artigo, intitulado *O Grande Plano de Obras Elaborado pelo Prefeito Salo Brand, com o apoio do Governo do Estado*, ocupando duas páginas da revista e ilustrado com uma foto emoldurada do Salo Brand. A reportagem aponta a imprensa campista como baluarte da defesa do progresso de Campos:

⁶⁹ O Liceu de Humanidades de Campos era considerado o baluarte da vida intelectual do município, ali estudara Nilo Peçanha, junto com os filhos da elite açucareira e empresarial, como: Cesar Tinoco, Hervé Salgado Rodrigues e outros.

“(…) não deixa passar um só dia sem fazer transbordar o entusiasmo geral do povo, para as notícias auspiciosas de melhoramentos e reconstruções, de realizações e de novas iniciativas, seja nos edifícios que se levantam em linhas modernas, seja nas praças que se embelezam, nas ruas que se alargam, nas estradas que se corrigem, na administração pública que se aprimora, no bom emprego, enfim, das aumentadas e crescentes rendas municipais.”

A imprensa campista, notadamente através da revista Planície e o jornal A Cidade, de propriedade de Julião Nogueira, dono da Usina Queimado e com amplos negócios na cidade, se coloca como porta voz dos interesses capitalistas no seu apoio à política de melhoramentos urbanos do prefeito Salo Brand, indicado pelo interventor Amaral Peixoto. Observa-se pelo artigo a plena aceitação pelos editores dos periódicos da administração Salo Brand:

“Justifica-se plenamente a confiança depositada pelo Interventor Fluminense na capacidade de trabalho e na ação administrativa do Prefeito Salo Brand, a quem Campos, não padece a menor dúvida, ficará a dever o seu rejuvenescimento, o seu emparelhamento com as cidades melhor saneadas do país.”

A revista tece uma série de considerações sobre o projeto de reforma urbana proposto, pelo prefeito Salo Brand, atribuindo ao projeto o título de *Uma nova Campos*, enumera os melhoramentos que estavam sendo realizados; o saneamento do Canal Campos-Macaé, das Avenidas 15 de Novembro e 7 de Setembro até Martins Lage, a remodelação da rede de captação de águas fluviais, a construção do Cais da Lapa. Felicita o prefeito pela realização do empréstimo junto ao “Comandante” Amaral Peixoto o que possibilitava, no seu entender, a viabilização das obras e dos planos com vistas ao saneamento da cidade e, em consequência, o seu embelezamento. Descreve minuciosamente o projeto Salo Brand para a cidade - a construção de uma grande avenida, tendo 40 metros de largura e três pistas, sendo uma de paralelepípedos para o tráfego pesado e duas asfaltadas, para automóveis, mais duas vias de passeio para pedestres, com quatro metros de largura. Contempla a construção na Avenida 15 de Novembro de dois refúgios centrais arborizados e ajardinados, com perfil semelhante ao do aterro do Flamengo e a intensificação da pavimentação das ruas. A construção de novas praças e de uma nova ponte de concreto sobre o rio Paraíba. As mudanças não se esgotavam na geografia urbana, haveria a construção de um porto-doca entre as ruas Carlos de Lacerda e Andradas para embarque e desembarque de mercadorias, o que propiciaria o avanço da Avenida 15 de Novembro cerca de 25 metros sobre o rio Paraíba. Também os distritos rurais iriam se beneficiar das obras empreendidas pelo

município, como Cardoso Moreira e Santo Eduardo, que seriam contemplados com serviços de água e esgotos. O artigo se apresenta como representativo da euforia do progresso. A cidade moderna caminhava a passos largos no empenho da busca da distinção no cenário fluminense. A Revista Planície assim expressava;

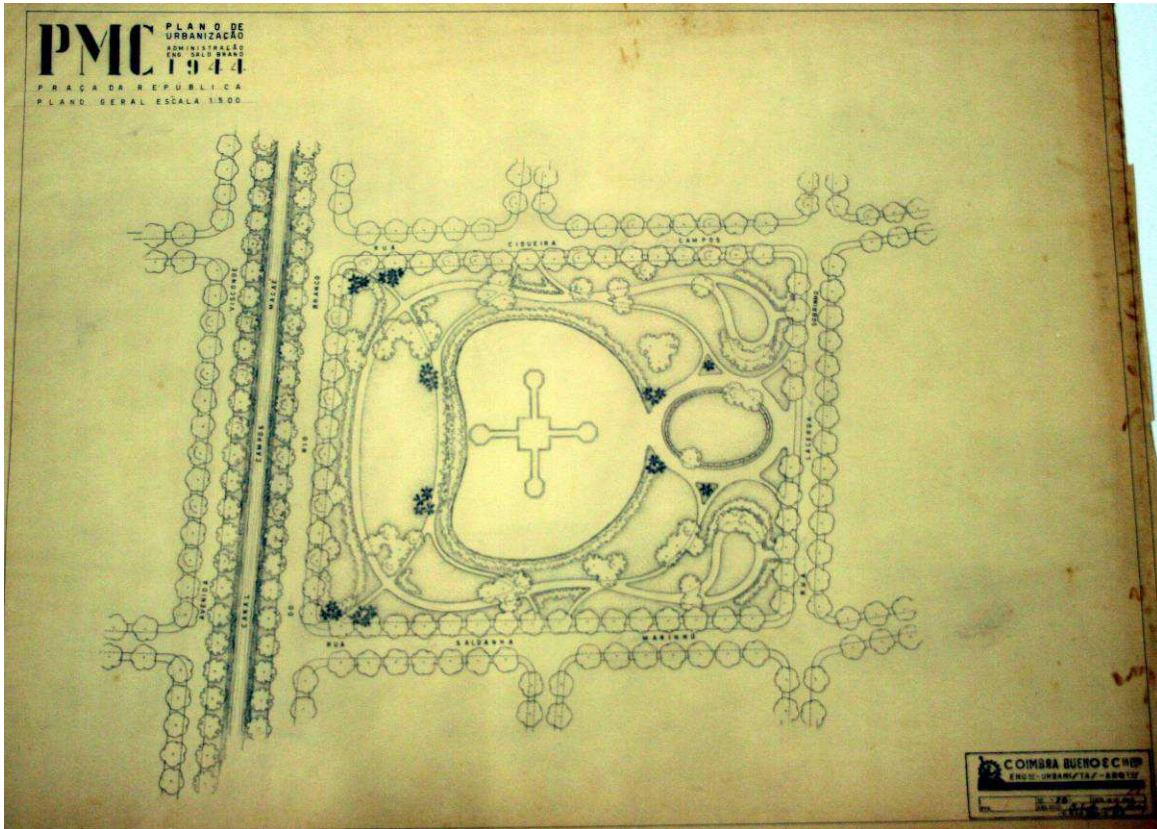
“Aí estão, portanto, os seguros alicerces de uma nova fase administrativa, aberta pelo Governo Estadual, às amplas perspectivas da Prefeitura e no momento justo em que melhor se apresentam os fatores do nosso progresso – a prosperidade de nossas indústrias, a melhoria geral dos serviços públicos, a realização das há tão esperadas vias de comunicação, os bons preços dos mercados externos para os produtos campistas.

Basta sejam cerradas fileiras em torno desse grande ideal de progresso, que agora se vem firmar no terreno prático, como se se desdobrasse à nossa contemplação numa “avant-première” de grande efeito.

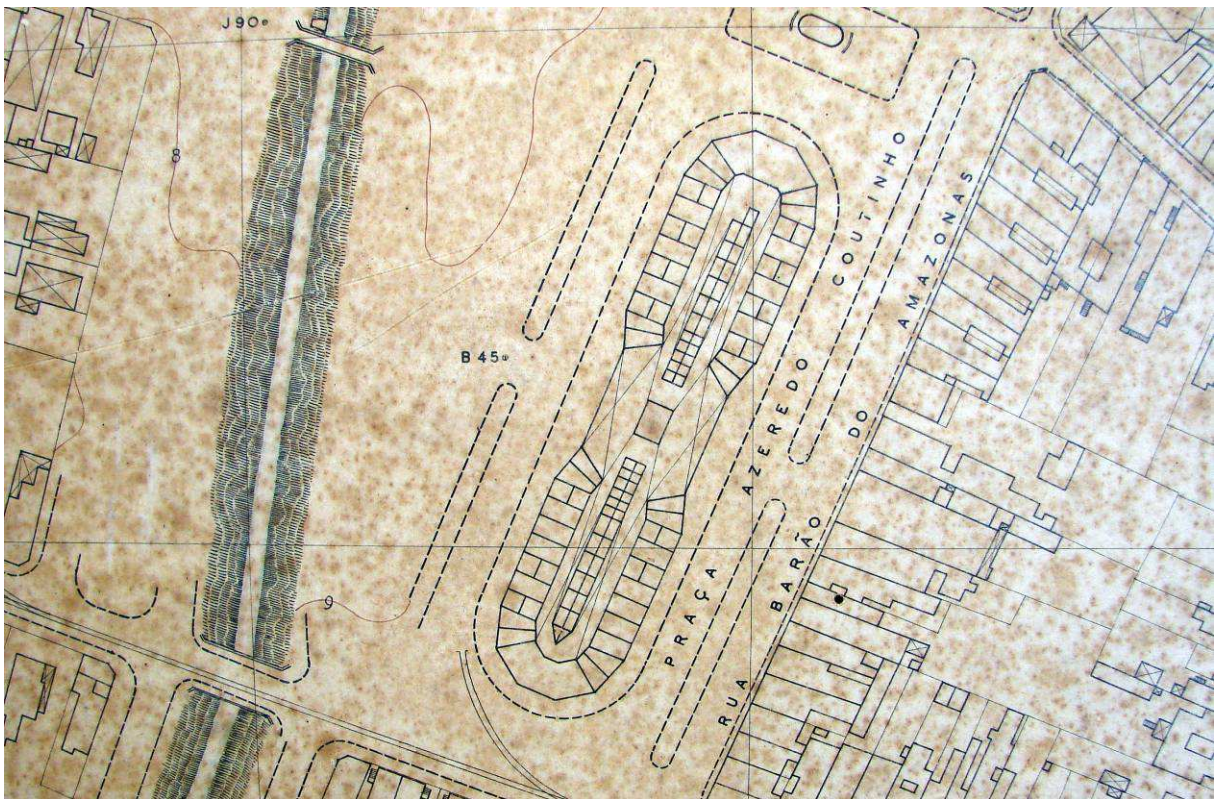
Não deixemos apenas aos órgãos de divulgação, que tão bem se esforçam, todavia, a incumbência de fazer ressoar lá fora este nosso novo estado de ânimo: formemos também, cada um à sua maneira mas num mesmo sentido, as nossas cidadelas e concluamos a nova mística que deve orientar-nos, feita de apôio e confiança em nossos dirigentes, consubstanciada no firme propósito de resguardar e robustecer, da melhor maneira, o setor que se haja destinado à nossa atividade individual.

E voltada ao seu período áureo, saneada e enriquecida, toda disposta de fôrma a se mostrar à altura do nobre povo que aqui vive e trabalha, pacífico e feliz, ordeiro e zeloso de sua terra, todos veremos ressurgir, na mesma velha e querida moldura, uma nova Campos” (Revista Planície, 1943).

Podemos observar a expansão urbana de Campos dentro da modernidade vigente pela leitura das plantas produzidas pelo escritório de Coimbra Bueno, como expressão do Plano Agache. (Ver plantas abaixo).



(Planta da reforma urbana de 1944 - Praça da República – Acervo fotográfico de Leonardo Vasconcelos)



(Detalhe da planta da reforma urbana de 1944 - Mercado Municipal

Acervo fotográfico de Leonardo Vasconcelos)

O momento era propício para discursos eufóricos e laudatórios desse tipo, em decorrência das boas relações entre os governos municipal, estadual e federal. O prefeito Salo Brand agrega em torno de si as lideranças políticas e econômicas do município e se coloca como elemento garantidor do amaralismo na região norte-fluminense. São dignas de destaque suas boas relações com o Julião Nogueira, importante empresário e representante da indústria açucareira, como também, com políticos remanescentes da máquina política nilista, figuras como João Guimarães, Tarcísio Miranda, Cesar Tinoco, Cardoso de Melo, além de uma elite ligada à cultura e aos meios de comunicação, como o jornalista e poeta Claudinier Martins, e ainda Mário Ferraz Sampaio, fundador da Rádio Cultura.

É importante ressaltar que a revista refletia a pujança econômica de Campos e a força política do presidente Getúlio Vargas e do interventor Amaral Peixoto no município, além de uma simbiose entre o prefeito Salo Brand, indicado pelo interventor, e a elite político-econômico-cultural, que via o momento político como altamente promissor para o município e a região norte fluminense, propício à busca da capitalidade para Campos. O número 5 da Planície, de setembro de 1945, chama a atenção pela ampla montagem fotográfica referente às comemorações de despedida do prefeito Salo Brand da direção do município. Várias imagens fotográficas compõem a contracapa da revista, numa composição de fotos dos encontros do prefeito com Getúlio Vargas, Amaral Peixoto e os representantes da elite campista, complementada pela legenda:

“Depois de uma profícua atuação à frente dos destinos da Municipalidade, despede-se de Campos o Dr. Salo Brand designado pelo Interventor fluminense para outros altos encargos. Durante sua dinâmica administração, S.Ex. robusteceu ainda mais a admiração tributada pelos campistas ao seu grande amigo, Comandante Amaral Peixoto.”

Portanto, a publicidade e propaganda da administração municipal se configuravam como elementos relevantes no processo político que levaria Campos a ser a capital do Estado. A legitimidade de tal projeto, a meu ver, já estava sendo construída desde a publicação do livro *Cyclo Áureo*, em 1935, encomendado pelo poder público em comemoração ao aniversário da cidade.

As fotografias, que se apresentavam aos leitores como garantias da veracidade da pujança e modernidades campistas, descritas e enaltecidas pelas narrativas,

constituíram, assim, elemento fundamental no projeto político da elite, à procura de fortalecer seu papel na política estadual pela construção de uma cidade moderna, capaz de sediar a capital do Rio de Janeiro. Projeto apresentado como retomada da antiga e saudosa “Idade do Ouro”, sonho acalantado por todos. O novo cenário político exigia um discurso legitimador da importância do município na política fluminense e a divulgação de sua trajetória histórica de apogeu e grandeza ganhava sentido naquele novo momento político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho analisei o projeto de modernização urbana como um empreendimento estrategicamente articulado pelas elites locais, como também, os seus diferentes graus de efetivação, buscando o entendimento dos interesses da elite na construção da cidade moderna com o propósito de torná-la capital do Estado do Rio de Janeiro. A distinção da cidade no cenário fluminense se configuraria como condição *sine quo no* para pleitear uma maior inserção nas diretrizes da política do Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo do texto, procurei apresentar a construção de uma imagem de cidade inserida nos padrões técnico-científicos do higienismo-sanitarismo, da ordem e de uma sociabilidade plasmada pela última moda, a vida mundana, o movimento intenso de transeuntes, o frenesi das ruas e avenidas, as vitrines, edifícios monumentais. As intervenções no espaço urbano vinham assim carregadas do ideário da civilização e do progresso apropriado pelas elites ao longo dos anos 1890-1950. Busquei assim apresentar as reformas urbanas como parte de um projeto mais amplo, o da modernização das cidades dentro de um modelo ideológico e cultural dominante, nos fins do século XIX e no século XX, na Europa. Modelo esse implantado por cidades brasileiras como São Paulo, Santos, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro. A cidade de Campos também vai buscar fazer parte desse circuito não só pela proximidade da cidade do Rio de Janeiro, capital da República, centro cosmopolita, expressão da modernidade brasileira, como pelo fato de Campos se constituir num centro regional de importância econômica, cultural e política. Produziu uma elite política que exerceu um papel importante na política fluminense, notadamente na Iª República, por meio da liderança de Nilo Peçanha e a formação do nilismo.

Desse modo, o movimento de reflexão sobre a cidade me conduziu a alguns projetos de reforma urbana, já logo após a sua elevação de vila à cidade. O Projeto Bellegarde, de 1837, engenheiro solicitado ao Governo da Província pela elite local para promover obras de melhoramentos no centro urbano, da derrubada de velhos edifícios à construção da muralha de contenção das enchentes do rio Paraíba. Na busca da modernidade, em 1842 é providenciada a vinda do engenheiro Pralon, com o objetivo de elaborar uma planta cadastral para a cidade que serviria como orientação na abertura de novas ruas e praças. O espaço urbano crescia e exigia mudanças. Nesse percurso, é

convidado o engenheiro sanitaria Saturnino de Brito⁷⁰ em 1902, pelo médico Benedito Pereira Nunes, a apresentar um plano urbanístico para a cidade. Apoiado nas idéias de Camillo Sitte, o engenheiro urbanista, propõe um novo traçado para a urbe dentro do pensamento racional em que privilegia a higiene, a estética e as vias de circulação por meio de abertura de avenidas. O seu programa de obras de saneamento tinha por premissa - “a cidade de corpo são e belo”. (ANDRADE, 1992)

Segundo Pinheiro (2011) a estética urbana proposta por Saturnino fugia do modelo haussmanniano, pois seu modelo de cidade saneada subordina o traçado das ruas à necessidade de atendimento ao crescimento da rede sanitária, defende uma legislação adequada atendendo a ampliação da cidade e em função dos interesses públicos, a construção de parques e jardins, largas vias como meio de facilitar o trânsito.

Saturnino de Brito ao propor o plano urbanístico para Campos respondia às pretensões da elite, o de dar a cidade uma imagem moderna, idéia defendida pelo urbanista em todos os seus projetos para as cidades brasileiras (ALVES, 1995).

Assim, a cidade é objeto de constantes planos de remodelação. A polêmica em torno da necessidade de intervenções no espaço urbano é constante, conduzida na década de 1920 retorna, de maneira mais contundente, na década de 1940, com as discussões em torno do convite ao arquiteto urbanista Alfred Agache na elaboração de um plano para a cidade.

Agache tinha sido contratado para elaborar um plano urbanístico para o Rio de Janeiro (ABREU, 1988; PINHEIRO, 2011), era visto pela elite campista como o profissional competente capaz de propor reformas dentro de uma nova estética urbana, condizente com um momento político singular; administrava a municipalidade o prefeito Salo Brand, integrado à política estadual e federal, além de perfeitamente integrado a elite política e cultural de Campos. Era visto como porta-voz dos interesses da cidade, marcante era sua integração a vida social, cultural e política do município (Revista Planície, 1943/1946; Guia Geral da Cidade, 1943/1947).

⁷⁰ O engenheiro sanitaria Saturnino de Brito nasceu no município de Campos, filho de um rico fazendeiro e empresário, representante da elite campista, fez parte da Associação Comercial, tinha empresas de serviços urbanos, portanto uma rica trajetória. Brito construiu uma brilhante carreira como sanitaria, reconhecido nacionalmente e internacionalmente, um intelectual. Mantinha constantes contatos com sua cidade e amigos, tendo vários estudos sobre a cidade (ALVES, 1995).

O jornal Folha do Comércio, em 4-1-1942, traz uma ampla reportagem, cujo título *A remodelação de Campos* é bastante elucidativo. Denuncia a permanência de ruas centrais estreitas, edificações dentro do antigo alinhamento o que prejudicava no projeto de alargamento, ainda a permanência do prédio dos Correios e Telégrafos, que segundo o jornal, era antigo e deveria ser derrubado, considera, pois “que o governo federal não se negaria a cooperar para o levantamento de novas construções e repartições a altura do desenvolvimento alcançado por Campos. A remodelação da cidade pode e deve ir sendo executada sem medo de inconveniente em face do “Plano Agache” proposto pelo prefeito Salo Brand.

Por fim, ao longo do trabalho as considerações se pautaram pela análise dos projetos de remodelação urbana pela elite local com fins bem definidos: construir a imagem da cidade moderna, a vitrine do progresso, com condições de sediar a capital do estado, base para a reivindicação de efetivo exercício de poder dentro da política fluminense. Se por um lado os projetos de reformas urbanas não foram efetivados na sua íntegra, por outro, permitiu uma chave de leitura do viés político da urbanização da cidade pela elite.

Penso que, a remodelação urbana, lida e relida constantemente, portadora de matizes novos, fazendo uma releitura da modernidade ainda está presente no discurso da elite local de forma inequívoca. Nos anos 1990, é apropriada pela elite política, nos dias atuais, ganha significação o projeto de revitalização do centro da urbe, ora em pauta⁷¹. A construção da cidade moderna é vista como representação simbólica na luta pela projeção política pelas lideranças políticas municipais, os arranjos políticos têm por propósito a busca em torno do alcance do poder político no plano regional/ estadual, e quiçá nacional em defesa do desenvolvimento da região Norte Fluminense.

As questões propostas e aqui discutidas não se esgotam, ao contrário, abrem espaço para novas possibilidades de busca de compreensão das tramas e enigmas da cidade de Campos dos Goytacazes. Mas, isso fica para uma outra vez...

⁷¹ O jornal Folha da Manhã, de 12 de agosto de 1994, publica artigo – Projeto Cara Nova- em que enfatiza as mudanças no espaço urbano; singularidade de expressão, dar à cidade uma nova cara, transformá-la na vitrine do progresso e civilização. Proposta contemplada, ainda nos dias de hoje, pela elite local.

FONTES:

1 - Fontes Primárias:

1.1 - Manuscritos:

Câmara Municipal de Campos: Livros de Atas: 1930/1950

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Coletoria de Campos, Secretaria das finanças, lançamento do imposto de indústrias e profissões. 1931/1947.

1.2 - Impressos:

1.2.1 - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: Jornal Folha do Comércio.

1.2.2 - Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro/ALERJ:

- Annaes da Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. 1920/50.

- Collecção de Decretos, Actos e Decisões do Governo do Estado do Rio de Janeiro. 1920/55.

1.2.3 - Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes:

- Seção de periódicos: Folha do Comercio; Monitor Campista e A Notícia.

1.2.4 - Biblioteca particular do Dr. Wellington Paes

- Revista Planície, Campos, Estado do Rio, Setembro de 1943/1947.

- Guia Geral da Cidade de Campos 1943/1947

1.2.5 - Biblioteca particular de Heloiza Alves

- Relatórios do Banco Comercial e Hipotecário de Campos: 1930/50

- Discurso do Deputado Luiz Guaraná, quando da renúncia ao mandato, proferido na Câmara Federal em 18/08/1926;

- Anuário de 1917 do Exmº Sr. Prefeito Dr. Luiz Sobral;
- Anuario de Campos de 1920. João Barreto
- Campos no Estado Novo. Prefeitura Municipal de Campos. Publicado na Administração do Exmo. Sr. Dr. Mario Pinheiro Mota, 1939.
- Relatório da Administração do Pref. José Bruno de Azevedo, 1824/26;
- Revista Planície, Ano I, Campos, Estado do Rio, N 1, Julho de 1943.

1.3 - Fontes Iconográficas

- Mapas e fotografias da cidade de Campos dos Goytacazes e Região Norte Fluminense

1.4 - Fonte digital

- Dicionário Histórico Biográfico de Políticos Fluminense. Fonte <http://cpdoc.fgv/acervo/dhbb> Último acesso em 20 de maio de 2013.
- Colégio Brasileiro de Genealogia. Arquivos Genealógicos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ. Governadores do Estado do Rio de Janeiro 1889- 1975
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. (org.) *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1989.

ABREU, Mauricio de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2ª ed. 1988.

ALVES, Heloiza de Cácia Manhães. Reformas Urbanas e Poder Político: Os Empresários e o Projeto de Modernização da Cidade de Campos dos Goytacazes 1890/1930. Niterói – UFF, Dissertação de Mestrado, 1995.

ALVES, Heloiza Manhães. A Sultana do Paraíba Reformas Urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes (1890/1930). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

ALVAREZ, Maurício. “Muita gente junta na Praça”. Traçados urbanos e Arquiteturas no Rio de Janeiro Colonial 1565-1713. Niterói-UFF, Tese de Doutorado, 2000.

ANDRADE, Carlos Alberto de. (Org.) *Camillo Sitte: a construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. História da Fotorreportagem no Brasil. A Fotografia na Imprensa do Rio de Janeiro de 839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de, BENDICTO, Danielle e JÚNIOR, Sílvio Leal. Expressões e Vestígios Modernistas na Capital Fluminense nas décadas de 1940, 1950, 1960 e seus valores como Patrimônio Urbano. Fonte: www.docomomo.org.br/seminário

BARICKMAN, Bert J. & LOVE, Joseph L. Elites Regionais. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARRETO, João. *O Estado do Rio de Janeiro. Aspectos Políticos e Econômicos*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1917.

BELLO, José Maria. *História da República*. S.Paulo, Cia Editora Nacional, 1972,

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro. Col. Biblioteca Carioca, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BESSONE, Tânia Maria Tavares Bessone. *História e Prosopografia*. X Encontro Regional de História- ANPHU-RJ. *História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro-2002*

BOBBIO, Norberto et all. *Dicionário de Política*. Vol. I e II. Brasília: UNB, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007

BOTTOMORE T. B. *As Elites e a Sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã Um Estudo das Elites do Século XVII*. São Paulo Brasiliense, 1992.

CADERNOS do Arquivo de Campos. Fundo Arquivo Cardoso de Melo. Inventário Analítico. Campos dos Goytacazes/RJ, 2005.

CHICARO, Maristela. *Elites Locais e Urbanização: Niterói (1840-1890)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2003.

_____. *Riscando o Solo. O primeiro Plano de Edificação para a Vila Real da Praia Grande*. Niterói: Niterói Livros, 1998.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 1998

_____. A Regra e o Modelo. São Paulo, Editora Perspectiva, 1995.

CAMPOS NO ESTADO NOVO. Livro/Folheto publicado na ADMINISTRAÇÃO DO Exmo.Snr.Dr.Mario Pinheiro Mota, Prefeitura Municipal de Campos, Artes Gráficas Escola de Aprendizes Artífices, 1939

CARONE, Edgard. A República. Novas Instituições classes sociais. Vol. 2. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

_____. O Estado Novo. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

CARVALHO, José Cândido de. *Olha para o céu Frederico*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

_____. O Coronel e o Lobisomem. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem. Brasília, UNB, 1981.

_____. Os Bestializados. Brasília, UNB, 1987.

CARVALHO, Waldir P. *Campos depois do Centenário*. V.1. Itaperuna/RJ: Damadá, 1991.

CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira e CERASOLI, Josianne Francia. A Cidade Como História. História: Questões & Debates, Curitiba, n.50, p.61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR. Fonte: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetac7pid=0102-0188200700018 Ing=eng.

CASTRO, Celso. Inventando Tradições no Exército Brasileiro: João Pessoa e a reforma da Escola Militar. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, n.14, 1994.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja. Amaralismo e Pessedismo Fluminense O PSD de Amaral Peixoto. Niterói/UFF, Tese de Doutorado, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes (1850/1920). Diss. de Mestrado, do ICHF da UFF, 1986

_____. A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998;

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A Revolução de 1930 In: Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973

_____. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1995.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. V. 1 e 2. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FERRARA, Lucrécia D Alléssio. Ver a Cidade. São Paulo, Nobel Ed, 1988

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). A República na Velha Província. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, 1989.

_____. Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na primeira república (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ - Edições Tempo Brasileiro, 1994.

_____. Niterói Poder a cidade como centro político. In: MARTINS, I. L; KNAUS, P (ORG). Cidade Múltipla: temas de história de Niterói. Niterói livros, 1997, p. 73 – 100.

_____. História Oral: um inventário das diferenças. In: XVII Encontro Anual da Anpocs, 1993. Caxambu (MG). Trabalho apresentado no seminário temático sobre História Oral e Memória.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FORTES, José Matoso Maia. *O Estado do Rio de Janeiro: ensaio para o estudo da sua história*. Rio de Janeiro: Jornal do comércio, 1928.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Comerciantes, fazendeiros e escravista-colonial. Rio de Janeiro 1790-1888. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1990.

_____. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790/1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREIRE, Jussara. Sentos do Justo e problemas públicos em Nova Iguaçu. Tese (Doutorado em Sociologia) – IUPERJ. Rio de Janeiro. 2005.

FRITSCH, Lilian de Amorim. Palavras ao vento: a urbanização do Rio Imperial. Revista Rio de Janeiro. N. 3., v.1, mai./ago. Niterói. 1986.

FEYDIT, Júlio. Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: Ed. Esquilo, 1979.

GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo, Editora UNESP, 1991.

GIRARDET, Raoul. Mitos e Mitologia Política. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

GNACCARINI, José C. A Economia do Açúcar. Processo de Trabalho e Processo de Acumulação. In: FAUSTO, Boris (Org.). O Brasil Republicano. V. VIII. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1975.

GOITIA, Fernando Cueca. Breve História do Urbanismo. Lisboa, Editorial Presença, 1982.

GOUBERT, Pierre. “História local”. In: Historical studies today. Revista Arrebaldes, n. 1, mai/ago, 1988.

CORTE, Andréa Telo (org). Amaral Peixoto História, Memória, Política. Niterói, FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.

GOMES, Ângela de Castro de. Essa Gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, vol.6, n.11, 1993,p.62-77

GRYNSZPAN, Mario. Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

HARDMAN, F. F. Engenheiros, Anarquistas, Literatos: Sinais da Modernidade No Brasil. In: Setor de Filologia FCRB. (Org.). Sobre o Pré-Modernismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

_____. Trem Fantasma. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

HAROUEL, Jean- Louis. História do Urbanismo. S. Paulo, Ed. Papirus,1990

HEINZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOBBSAWN, Eric J. *A era do capital 1848-1875*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWN, Eric & RANGER Terence (Org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOLLANDA, Cristina Buarque. Teoria das Elites. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2011.a

HONORATO, Cezar Teixeira. O Novo Estado no Estado Novo. (Análise da Interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro) Dissertação de Mestrado, Niterói, ICHFUUFF, 1987

_____. A Interventoria Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro e as políticas sociais (1938/45): pequeno ensaio de interpretação. In: CÔRTE, Andréa Telo (org). Amaral Peixoto História, Memória, Política. Niterói, FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.

_____. A Interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro e as Políticas Sociais (1938-45):pequeno ensaio de interpretação. Conferência realizada no Colóquio Amaral Peixoto: história, memória, política, organizado pelo Museu do Ingá, s/d.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. 3º ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer histórias com imagens: arte e cultura visual. ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan-jun, 2006.

_____. Cidade Panteão produção social da imaginária urbano In: KNAUSS, Paulo (org) Sorriso da Cidade. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003

KNAUSS, Paulo (Coord.). *Sorriso da Cidade. Imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

KOTHE, Flávio R. (Org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. Ateliê Editorial, 1999.

_____. *Fotografia e História*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2009.

_____. *Estética, Memória e Ideologia Fotográfica*. Decifrando a realidade interior das imagens do passado. Rio de Janeiro, Revista Acervo, v.6, n.1-2, p.13-24, jan/dez 1993.

LACERDA, Aline Lopes. A “Obra Getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.14, 1994, p.241-263.

LAMEGO, Alberto. *A terra goitacá*. Niterói, Diário Oficial, 1943, 8vol;

LAMEGO, Alberto. *A terra goitacá*. Vol. 8. Niterói: Diário Oficial, 1943.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

_____. *A Planície do Solar e da Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934.

_____. *Campos Capital do Estado do Rio de Janeiro*. Nov/1930. s/ed.

LARA, Silvia. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998;

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 1981.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. S. Paulo, Ed. Unicamp, 1990. Verbetes. Antigo/Moderno, Progresso/Reação, Memória, Documento/Monumento.

LEWIN, Helena (Coord.); RIBEIRO, Ana Paula Alves & SILVA, Liliane Sousa. *Uma Nova Abordagem da Questão da Terra no Brasil. O Caso do MST em Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

LINHARES, Raul & PAES, Wilson. *Campos Uma Administração Programada. Governo Raul Linhares Wilson Paes 1977/1981*.

MARTINS, Ismênia de Lima. *Niterói Histórico: a Historiografia da cidade*. In: Ismênia de Lima Martins & Paulo Knauss. (org.). *Cidade Múltipla - Temas de História de Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 1997.

MARCHIORI, Maria Emilia Prado. "O amargo do açúcar- Campos na década de 1920." In: *Revista do Rio de Janeiro, Niterói*. Ag. 1986.

MAXIMILIANO (Príncipe de Wied-Neuwied.). *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte, Ed Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de S. Paulo, 1989, p.98,99.

MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XXI* Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. vol. 13 no.1 São Paulo Jan./June.

_____. *O Poder Em Foco – Imagens Reservadas de Homens Públicos, uma Reflexão sobre Fotografia e Representação Social*. Diálogos,DHI/PPH/UEM,v.11, n.3, p.119-149, 2007.

_____. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre histórias e fotografias*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

_____. *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*. Rio de Janeiro, Revista Tempo, v.1, n.2,1996, p.73-98.

MAYER, J. Arno. *A Força da Tradição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

MELLO, José Alexandre Teixeira de Mello. *Campos dos Goytacazes em 1881*. Rio de Janeiro, Typ. Laemmert e Cia, 1886.

MENEZES, Lená Medeiros de. Rio de Janeiro Nas Trilhas do Progresso: Pereira Passos e as Posturas Municipais (1902/1906) In: MATTOS, Maria Izilda S. e SOLLER, Maria Angélica (Org) A cidade em Debate. São Paulo, Ed. Olho d'água, 1999.

MICELLI, Sérgio. Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós 1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). O Brasil republicano. vol. 3 (HCCB, 10). São Paulo: Difel, 1993.

MONTEIRO, Charles (org.). Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes. Porto Alegre: EDIPUC, 2012.

MOTA, Carlos Guilherme. Da Cidade Ibero-Americana: Temas, Problemas e Historiografia. Conferência proferida na FAUUSP, Revista Eletrônica, 2005. Disponível em: http://www1.capes.gov.br/estudos/dados/2004/33024014/029/2004_029_33024014020P7_Proposta.pdf Acesso em: 02 de setembro de 2009.

MOTTA, Marly Silva da. O Rio de Janeiro continua sendo? Rio de Janeiro, CPDOC, 2000. Disponível em Acessado em 10-07- 2013

MUMFORD, Lewis. A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NEEDELL, Jeffrey D. Belle Époque Tropical. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Delma Pessanha. Os Fornecedores de Cana e o Estado Intervencionista. V. 1 e 2. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

NEVES, Margarida de Souza "As "arenas pacíficas". In: PUC/RJ, Revista Gávea, n.5;

NISBET, Robert. História da idéia de progresso. Editora da Universidade de Brasília, INL, 1985.

PANTOJA, Sílvia. As Raízes do Pessedismo Fluminense. Rio de Janeiro/FGV/CPDOC, 1992.

- PEÇANHA, Celso. Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira. SF, 1989.
- PECHMAN, Robert Moses. Cidades estreitamente vigiadas o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.
- _____. Olhares sobre a Cidade (org) Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994.
- PERISSINOTO, Renato M. & CODATO, Adriano. Por um retorno à Sociologia das Elites In: *Dossiê Elites Políticas*. Revista de Sociologia e Política. Paraná, Curitiba, v.16, n.30, jun. de 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000100002>
- PINHEIRO, Eloísa Petti. Europa, França e Bahia difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2011.
- PINTO, Jorge Renato Pereira. Um Pedaco de Terra Chamado Campos Sua Geografia e Seu Progresso. Almeida Artes Gráficas, 1987.
- PIQUET, Rosélia (org.). Acumulação e pobreza em Campos dos Goytacazes: uma região em debate. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, 1996.
- PRADO, Maria Emília. Nas Terras dos Canaviais. Campos dos Goytacazes. 1920/1935. Rio de Janeiro: Col. Estudos Políticos e Culturais/IFCH/UERJ, 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª edição. São Paulo: Editora. Brasiliense, 1994.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol.5, n.10, 1992, p.200/212.
- _____. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol.2, n.3, 1989, p.3/15.
- PEIXOTO, Dídima de Castro. História Fluminense. 1ªed., 1964.
- PENNA, Lincoln de Abreu. República Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- RAGO, Margareth. A “NOVA” HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA. Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

RANGEL JUNIOR, Vicente Marins. Recortes da Memória Musical de Campos (1939-1965). Itaperuna, RJ: Damadá Artes Gráficas, 1992.

RÈMOND, René. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

REZNIK, Luís. Qual o lugar da História Local? Linha de pesquisa: História de S.Gonçalo: memória e identidade. Comunicação realizada na UERJ. Disponível em: <http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf> Acesso em: 02 de setembro de 2009.

RIBEYROLES, Charles Brasil Pitoresco. Belo Horizonte, Ed Itatiaia. S. Paulo: Ed da Universidade de S. Paulo, 1980.

RODRIGUES, Hervé Salgado. Campos na Taba dos Goytacazes. Série Municípios. Niterói: Imprensa Nacional, 1988.

ROCHA, Osvaldo Porto. A Era das Demolições. Cidade do Rio de Janeiro: 1870/1920. Diss. de Mestrado, Niterói, UFF, 1983.

Revista Planície, Campos, E.do Rio, nº 1, julho 1943.

SANTO - SÉ, João Trajano. *Os estudos de política no Rio de Janeiro e a criação de um campo de pesquisa*. CPDOC 30 anos. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SCHORSKE, Carl E. Viena Fin-de-Siecle Política e Cultura, São Paulo, Cia das Letras, 1988

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Orfeu Exaltado na Metrópole São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. SP, Cia das Letras, 1992.

SOARES, Paula Martins. Projeto de Preservação e Revitalização da casa Brasil-Portugal. Monog. FAFIC, 2010.

SOFFIATI, Aristides Arthur. Bases históricas da economia regional e do regionalismo no Norte-Fluminense. Campos dos Goytacazes/RJ: 1997.

_____. A ressurreição dos regionalismos fluminenses. *Jornal A Folha da Manhã*: 17/04/2005.

SOFFIATI, Arthur. *O Nativo e o Exótico: Perspectivas para a História Ambiental na Ecoregião Norte-Noroeste Fluminense entre os séculos XVII e XX*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1996.

SOLLER, Maria Angélica & MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Editora Olha D'Água, 1999.

SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo, Cia das letras, 2004.

SOUSA, Horacio. *Cyclo Áureo. História do Primeiro Centenário de Campos 1835-1935*, Damadá Artes Gráficas, 2ª edição, 1985.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Editora Alfa – Omega, 1990.

TURAZZI, Maria Inês. *Poses e Trejeitos A fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.

TSCHUDI, J.J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo*. Ed. Itatiaia, 1980

VASCONCELOS, *História do Estado do Rio de Janeiro*, Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d

VELHO, Otávio Guilherme (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

VENTEO, Daniel. *Barcelona Del segle XVIII fins a l'actualitat*, Barcelona, Edita Marge Booke, 2011

VIANNA, José Luís. *Análise do Perfil Ocupacional da População de Baixa Renda de Campos-RJ*. In: PIQUET, Rosélia. *Textos apresentados no Seminário Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro, PUBLIPUR/UFRJ, 1986.

_____. Projetos Nacionais, Elites locais e Regionalismo desenvolvimento e dinâmica no Norte Fluminense. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – IPPUR. Rio de Janeiro: 2003.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas Mineiras e Primeira República Brasileira: em levantamento prosopográfico. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s11a2.pdf>> Acesso em 02 de setembro de 2009.

ANEXOS

Anexo I - Listagem de Prefeitos de Campos dos Goytacazes:

NOMES	PERÍODO	PROFISSÃO
Dr. Benedito Gonçalves Pereira Nunes	1928/30	Médico
Dr. Luiz Caetano Guimarães Sobral	1930	Médico
Cap. Asdrúbal Gwyer de Azevedo	1930	Capitão do exército
Dr. Oswaldo Cardoso de Melo	1931/32	Médico
Dr. Silvio Bastos Tavares	1932/33	Médico
Dr. Francisco da Costa Nunes	1933/36	Engenheiro
Dr. Silvio Bastos Tavares	1936/37	Médico
Dr. Francisco da Costa Nunes	1937/39	Engenheiro
Dr. Salo Brand	1939/40	Engenheiro
Dr. Mário Pinheiro Mota	1940/42	Engenheiro
Dr. Salo Brand	1942/45	Engenheiro
Dr. Manuel Ferreira Paes	1945	Médico
Franklin Bittencourt	1945	Funcionário Público
Felipe Sénes	1945/46	Funcionário Público
Dr. Manuel Ferreira Paes	1946	Médico
José do Patrocínio Ferreira	1946	Tenente Coronel
Achilles Salles Ferreira	1946/47	Funcionário Público
Dr. Salo Brand	1947	Engenheiro

Dr. Amaro José de Almeida	1947	Advogado
Dr. Manuel Ferreira Paes	1947/51	Médico
Dr. José Alves de Azevedo	1951/55	Advogado
Dr. João Barcelos Martins	1955/59	Médico
Dr. Jose Alves de Azevedo	1959/62	Advogado
Dr. Edgar Nunes Machado	1962	Médico
Dr. João Barcelos Martins	1963/64	Médico
Dr. Rockefeller Felisberto de Lima	1964/66	Advogado

Anexo II - Fotos



(Campos. O Maior e o mais Rico Município do Estado do Rio de Janeiro. 1939. Livro publicado pelo prefeito Mário Pinheiro Mota- Acervo Heloiza Alves)



Mercado Municipal—Construído em 1919, pela administração do Dr. Luiz Sobral



Praça São Salvador, vendo-se ao fundo a Catedral

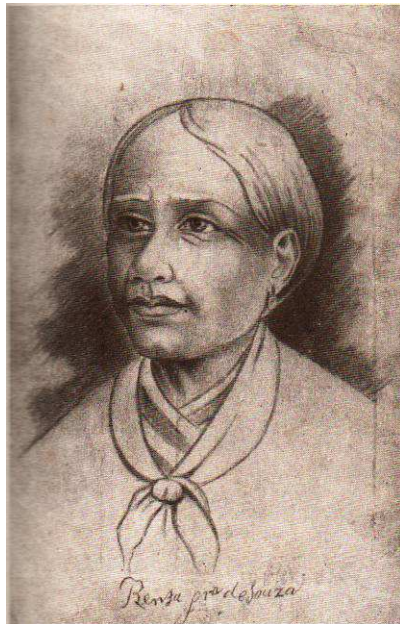


A Principal Praça da Cidade

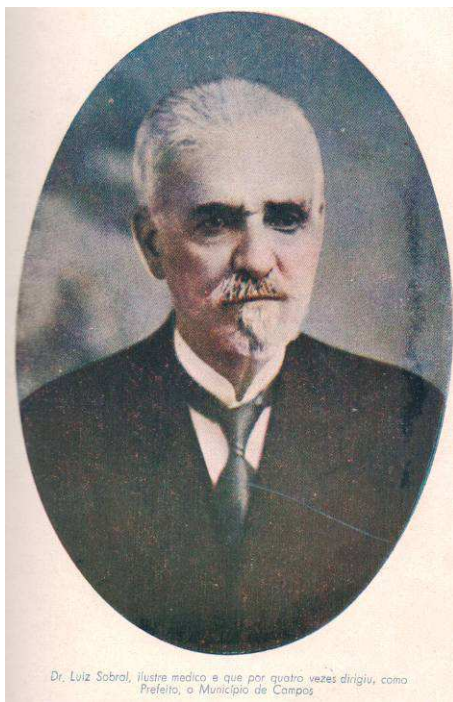


Praça Almirante Porto, remodelada pela administração Sobral. — Vê-se ao centro o Instituto Claparède e a Estação da Avenida

(Expressão da modernidade da cidade. Fotos In: Campos. O Maior e o mais Rico Município do Estado do Rio de Janeiro. 1939. Livro publicado pelo prefeito Mário Pinheiro Mota- Acervo Heloiza Alves)



(Representação da Benta Pereira. Mito a ser lembrado. In: Campos. *O Maior e o mais Rico Município do Estado do Rio de Janeiro*. 1939. Livro publicado pelo prefeito Mário Pinheiro Mota- Acervo Heloiza Alves)

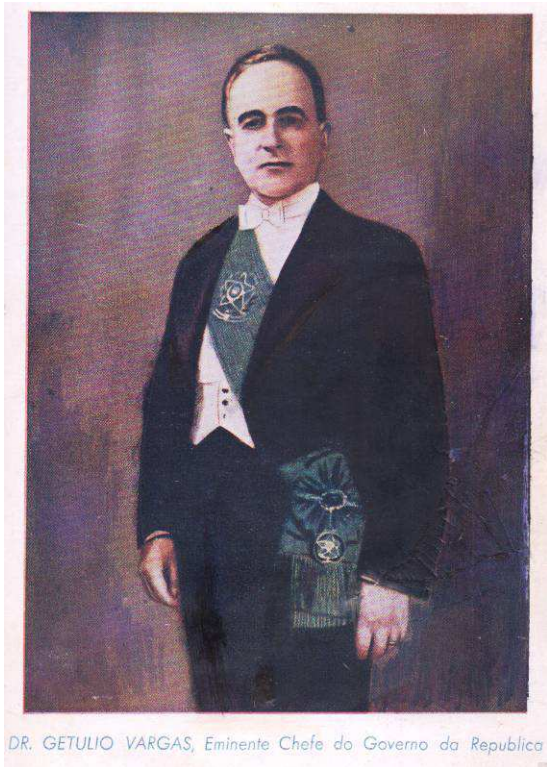


Dr. Luiz Sobral, ilustre medico e que por quatro vezes dirigiu, como Prefeito, o Município de Campos



Dr. Mario Pinheiro Mota, ilustre engenheiro e Prefeito do Município

(À esquerda Luiz Sobral, prefeito na década de 20 que empreendeu reformas no espaço urbano. À direita Mario Pinheiro Mota, prefeito em fins da década de 30, responsável pela publicação do livro *O Maior e o mais Rico Município do Estado do Rio de Janeiro*. In: Campos. *O Maior e o mais Rico Município do Estado do Rio de Janeiro*. 1939 - Acervo Heloiza Alves)



(Em cima, Getúlio e Amaral Peixoto, personagens marcantes na história de Campos na década de 40, abaixo o Prefeito Salo Brand, indicado pelo interventor Amaral Peixoto para governar o município e instalar a máquina política do amaralismo em 1942-1945. In: Campos. O Maior e o mais Rico Município do Estado do Rio de Janeiro. 1939 - Acervo Heloiza Alves)

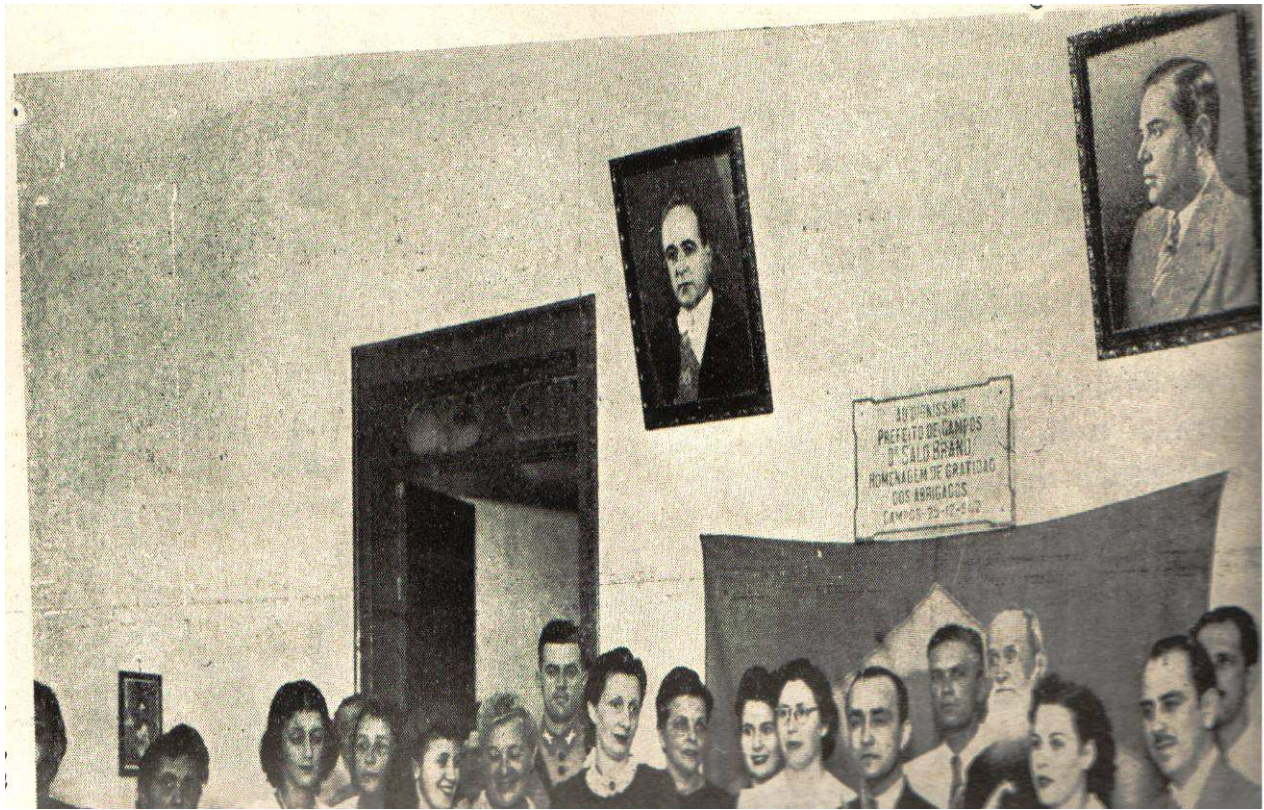


O Sr. Presidente Vargas apreciando o touro nelore, *INDIO* das granjas da Usina do *Quimado*, classificado Grande Campeão da Exposição, vendo-se no primeiro plano, à direita, o seu coproprietário, Sr. *Julião Jorge Nogueira*

(Getúlio Vargas ao centro. Ao lado esquerdo Julião Nogueira, agro-industrial campista em uma exposição agro-pecuária em Cordeiro. In: Revista Planície, 1943.)



(A frequência ao turf era uma tradição da elite campista. Getúlio Vargas visitou várias vezes o Hipódromo Lineu de Paula Machado – Acervo de Genilson Soares)



(Prefeito Salo Brand e sua esposa ao centro da bandeira do Brasil, em uma solenidade em defesa da assistência do “abrigo dos pobres”. Foto emblemática, pois ressalta a figura de Vargas e Amaral Peixoto, chefes políticos federal e estadual. In: Revista Planície, 1943.)

O DINAMISMO DE
**ANTONIO JOSÉ
DE MIRANDA**

mais

A BOA VONTADE
DO COMANDANTE

**AMARAL
PEIXOTO**

é igual a:

**PROGRESSO
de CAMPOS**

O grande Brasil continua sendo o maravilhoso país no qual "em se plantando tudo nele dá..."

Campos — consagrada como "o espelho do Brasil" — não fugiria a essa contingência, tão bem estilizada na carta de Pero Vaz Caminha.

Temos o nível cultural, a capacidade realizadora, a energia, a inteligência e o necessário brio coletivo que se exigiriam de uma sociedade eleita para a prosperidade e para a ventura. Todavia, quanta coisa ainda estava por fazer, prolongadamente à espera de "que fosse plantado"!

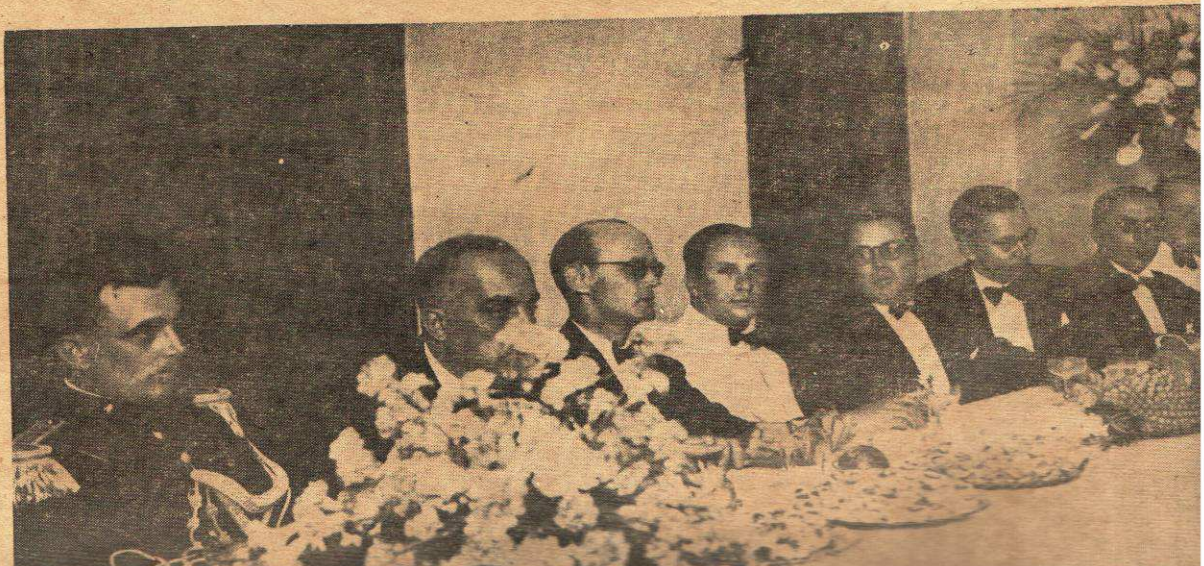
Nada obstante, quantos são os que guardam sobre o peito, não visível mas moralmente, a Medalha do Mérito que eles próprios se concederam, baseados numa "convicção" (que somente eles possuem...) de que "tudo fizeram por Campos"...

Necessário se torna que os novos dias não sejam "novos" apenas na legenda dos calendários: é forçoso que se desçam os véus do duplo-sentido e novas venham a ser, realmente, as mentalidades, por novos padrões medidas e escolhidas.

Vamos fugir, e de uma vez por todas, das promessas sem realização para as realizações sem promessas.

A inauguração da piscina da tradicional sociedade náutica da cidade o C. R. Saldanha da Gama, marcou um acontecimento auspicioso para quantos desejam sinceramente ver a cidade dotada dos melhoramentos que, universalmente, caracterizam o progresso. Em meio às fábricas, aos maquinários e às cifras, que comprovam a operosidade incansável do povo, devem surgir realizações como essa, — conseguida a golpes de tenacidade pelo Sr. Antonio José de Miranda e seus tenazes companheiros da Diretoria — onde a sociedade possa gozar, utilmente, os momentos que marcam os intervalos de suas múltiplas incumbências diárias.

Nossas gravuras servem para testemunhar a presteza com que todos os trabalhos foram executados, sem o alarde incensatório dos aplausos e encomenda: na primeira, vemos um flagrante da presença, em Campos, do Comandante Amaral Peixoto, data em que S. Ex. assumiu para com os saldanhistas o compromisso de que resultou, na atualidade, a encantadora obra que se vê na segunda gravura, obra essa que conferiu irrevogavelmente ao Sr. Antonio José de Miranda, como presidente da prestigiosa sociedade, e a seus pares, o direito de se colocarem junto dos legítimos obreiros do progresso local — muito longe, portanto, dos que vivem repitiendo que a terra é boa... mas que não passam disso.



(Propaganda do governo estadual e municipal. In: Revista Planície, 1943.)



Salo Brand assina o importante documento.

Uma vitória de Campos e de sua atual administração

O sensacional empréstimo de vinte milhões de cruzeiros em termos fragrantemente expressivos

deverem ser executados pouco a pouco, gradativamente, com os recursos normais ou ordinários da receita municipal".

Esse pensamento do Executivo Municipal, que foi expendido depois dos necessários estudos e com pleno conhecimento de causa, tem merecido o apoio dos que se batem pelo progresso desta importante unidade do território fluminense.

Deixei expresso também, na mesma exposição de motivos, que:

"o Prefeito de Campos, ao decidir-se a pleitear autorização para realizar o empréstimo até vinte milhões de cruzeiros, não atende, apenas, a sua obrigação de trabalhar e tudo fazer pelo desenvolvimento do Município, realizando obras úteis e indispensáveis. Como delegado da confiança do governo do Estado, ele corresponde também aos desejos do Sr. Interventor Federal, que recomendou e patrocinou a província ora tomada".

A esta altura, transcorridos dois anos na minha modesta administração, eu ouso confessar, com muita honra e ufania para mim, que me sinto moralmente recompensado".

Publica a "Folha Carioca" do Rio de Janeiro, numa correspondência especial de seu redator, o jornalista Costa Neves:

"CAMPOS, 22 — (Do correspondente Especial de "Folha Carioca") — A cidade vive hoje momentos de intensa vibração, com a festa promovida no Paço Municipal para a assinatura de um contrato de empréstimo de vinte milhões de cruzeiros, destinados à realização de grandes obras e reformas na cidade e adjacências.

A cerimônia compareceram inúmeras pessoas de destaque no mundo social e econômico, num gesto de apoio e solidariedade ao ato do dr. Salo Brand, chefe do Executivo Municipal.

Da parte do Banco que concede o empréstimo compareceram o seu diretor, dr. Antônio de Andrade Botelho e o subgerente, dr. Carlos Correia de Mattos, chegado ontem do Rio de Janeiro.

A emissora local, Rádio Cultura de Campos, realizou a cerimônia...

FALA DO PREFEITO SALO BRAND

O dinâmico administrador que tanto relevo tem dado à sua triunfante atuação, desta forma se manifestou no solene ato da assinatura da importante transação:

"Acaba de ser firmado, entre a Prefeitura de Campos e o Banco do Comércio S. A., da Capital Federal, o contrato para o lançamento de um empréstimo interno de vinte milhões de cruzeiros.

A solenidade com que se realiza a presente reunião, que constitui o último ato preparatório da valiosa obrigação financeira que o Município de Campos vai assumir, serve de assinalar a solidariedade pública em torno desta operação de crédito e traduz ainda, de certo modo, a convicção geral da sua conveniência e oportunidade.

Quando o atual Prefeito justificou o projeto de Decreto-Lei para autorização do empréstimo, afirmou que:

"Campos tem vários problemas de sua alçada exclusiva que precisam de ser resolvidos, com urgência, pela Administração Municipal. São os

Estampa a "Folha do Comércio", numa brilhante colaboração de um dos mais altos valores do seu quadro — Alex d'Árgel:

"CAMPOS E O EMPRÉSTIMO — A rápida cobertura do empréstimo de 20 milhões de cruzeiros para Campos, lançado pelo conceituado Banco do Comércio S. A., do Rio de Janeiro, não causou surpresa ao campista, pois, este sabe do valor que tem o Município e das suas possibilidades, para conseguir o sucesso que conseguiu.

Não somente isso, mas também o fato de estar à frente dos seus destinos um administrador à altura de tamanho comprometimento, pelas suas múltiplas qualidades, o que certamente, muito concorreu no sentido do êxito ser completo.

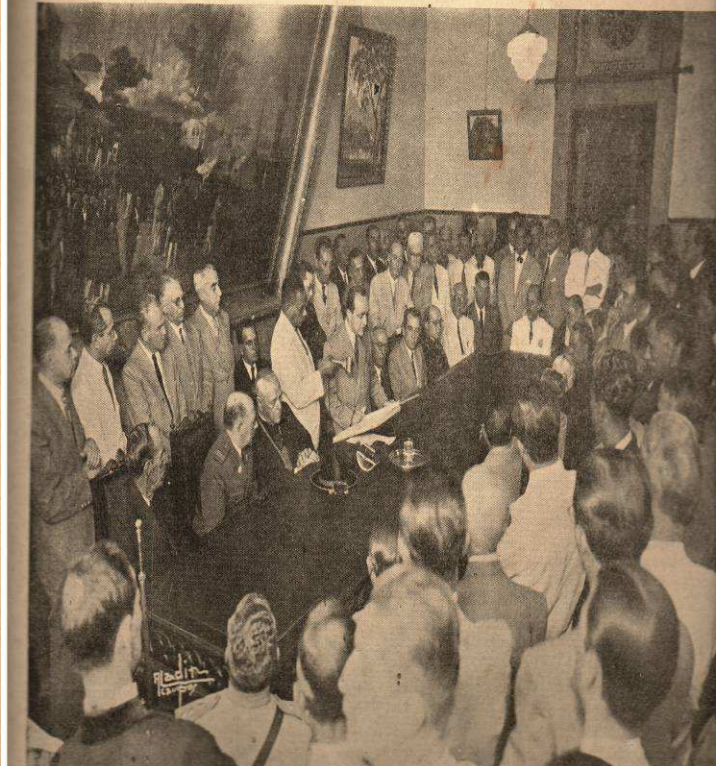
O que é fato é que em menos de 48 horas o empréstimo foi totalmente coberto, devendo isso servir de íntima satisfação para os próprios diretores do estabelecimento de crédito a que foi lançado pelo Prefeito Salo Brand realizar a operação.

Com uma renda já bastante considerável, e tendo possibilidades de elevá-la, sem dever coisa alguma, presentemente, outro não podia ser o resultado do empréstimo para as obras de saneamento e urbanismo, projetadas com tanto carinho e competência, pelo Prefeito Salo Brand.

Que no seu comércio, na sua indústria e na sua lavoura, que são poderosas, Campos sempre se destacou, visto como todas essas classes, sem se falar nas demais que igualmente palmilham a mesma senda, fizeram ponto de honra no cumprimento dos seus deveres, pelo que mereceu o crédito fora das fronteiras municipais.

Essa circunstância, por certo, serviu para fortalecer o prestígio e o valor do Município, dando-lhe oportunidade de conquistar a primazia de ser o primeiro que viu um valioso empréstimo coberto em menos de 48 horas".

A cerimônia, de tão alta significação para o Município, consolidou o prestígio histórico do respeitável casarão da Praça São Salvador, em cujas dependências — no Gabinete do Prefeito antiga sala de sessões da extinta Câmara de Vereadores — foi finalmente efetivado, ante uma assistência que se compunha das melhores representações sociais de Campos, o empréstimo que virá abrir para todos nós novos e auspiciosos horizontes.

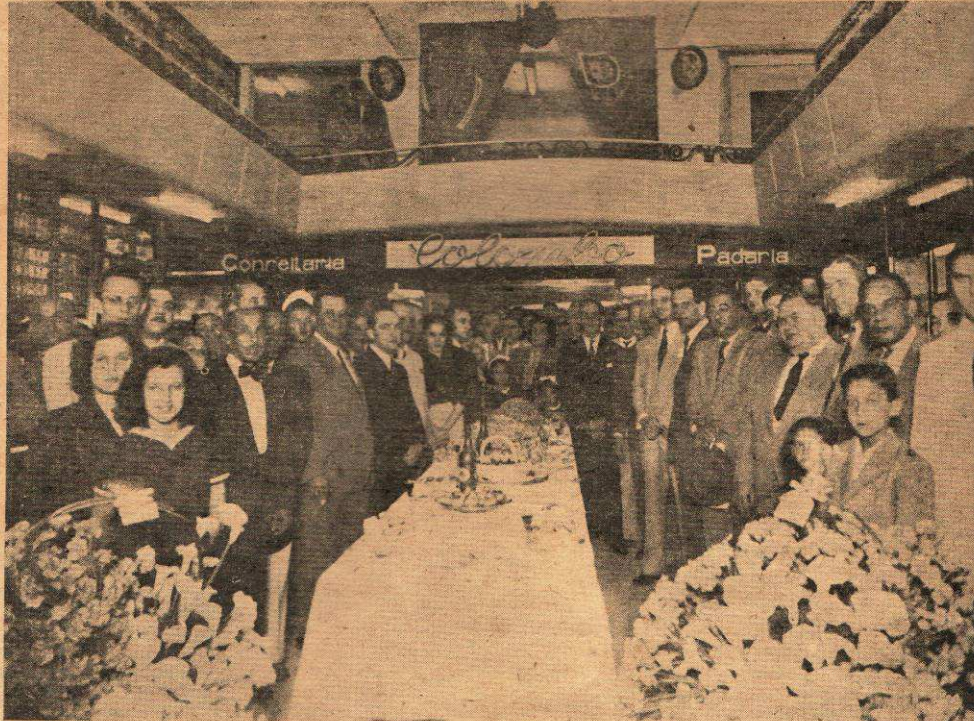


(Prefeito Salo Brand, prefeito de Campos, assinando o empréstimo para efetivar o projeto de remodelação urbana. In: Revista Planície, 1943.)



(Apólice emitida pelo governo de Salo Brand em prol da reforma urbana de 1943.)

Acervo Genilson Soares



Renovando a cidade

a festiva inauguração
 da
 Padaria e Confeitaria
 "Colombo"
 —♦—
 O que já conseguem
 realizar os artifices
 conterâneos

Ainda há pouco comentávamos, por estas colunas, a atividade intensa de um dos maiores realizadores do progresso-campista — o industrial Sabino Francisco dos Santos — que se tem multiplicado ininterruptamente, dando aplicação condigna aos dois capitais em que se baseia sua atual e invejável prosperidade: de rendas honestas e laboriosamente auferidas e as excepcionais qualidades de sua fibra de incansável trabalhador.

O povo contempla sua azáfama constante e realmente se admira, porque não está ainda habituado a ver homens ricos trabalhando... O que o povo sempre viu foi a estagnação de fortunas em mãos improdutivas — ou seja: em mãos que só sabem semear fora das terras em que, todavia, souberam encontrar o jilão de ouro de suas arcas.

A cidade aí está para quem a quiser apreciar: repleta de casas condenadas, feias, inestéticas, verdadeiros fosséis arquitetônicos em pleno centro urbano, situação tanto mais grave quanto todos conhecem, e lamentam, a angustiada falta de residências que nos aflige.

Se fôrdes verificar, encontrareis como proprietários dessas inúteis velharias certos caralheiros que são apontados, nos cadastros bancários, como "os grandes estelos da economia municipal". E não vos admireis, ainda, se virdes alguns deles em tribunas públicas a recitar adjetivos sobre liberdade, fraternidade e outros gêneros — que eles, na realidade, reputam de derradeira necessidade...

Enquanto isso, porém, Sabino Francisco dos Santos remodela a cidade, derruba parietros e constrói prédios decentes, modernos e sólidos; abre novas casas do seu comércio, dando curso normal aos justos lucros que vai auferindo; e ainda encontra vagares para se dedicar a obras de legítima filantropia, como é esse "Albergue Francisco de Assis", a que ele tem oferecido o máximo de seus esforços.

Até há pouco o que se dizia é que não tínhamos ainda artifices capazes de modernizar a cidade, preparando montagens à altura das que são vistas noutros centros, obras essas que, dando maior brilho aos interiores das casas de grande frequência, são incentivo ao mundanismo. O que sempre nos tem faltado, contudo, é o capitalista de espírito realizador, progressista, ágil e entusiasmado, e disso dá-nos prova a Padaria e Confeitaria Colombo, que tem de

(Propaganda da modernidade de Campos. In: Revista Planície, 1943.)

Academia

Campista de Letras

Na séde do Saldanha da Gama, revestiu-se de grande imponência a posse da nova Diretoria da ACADEMIA CAMPISTA DE LETRAS, que tem hoje, como seu presidente, o acadêmico Godofredo Nascentes Tinoco.

São do discurso de Nelson Pereira Rebel, as seguintes palavras, ao passar a presidência da nobre agremiação ao seu sucessor:

"Não foram simpatias transitórias e vagas presunções que orientaram o processo eleitoral. Godofredo Tinoco, têmpera dos espíritos combativos, que sabe comandar, porque sabe querer; intelligencia dirigida por uma cultura metodicamente assimilada; homem de atitudes decisivas e resoluções definitivas; jornalista de larga visão sociologica; conferencista dos problemas brasileiros; orador de palavras fervilhantes de entusiasmo cívico; professor de energia; teatrólogo de acurada sensibilidade artistica e forte senso filosófico; estava de há muito eleito para dar vida real e traçar, de mão firme, o destino feliz a que tem incontestavel direito esta sociedade literaria.

Não triunfou, assim, o eleito de nossa justa veneração. A Academia é que se glorificou.

Felicitam-se os academicos, especialmente o Presidente de ontem".

Ao assumir a Presidencia da Academia, o dr. Godofredo Tinoco, em vibrante improviso, depois de agradecer as carinhosas pala-

vas do seu brilhante antecessor, deu à numerosa e seléta assistencia uma noticia que chegou mesmo a causar sensação, despertando o mais vivo entusiasmo: — podia anunciar à ilustre assembléa que obtivera, por entendimento com o operoso e intelligente Prefeito, sr. Salo Brand, que, sob os auspícios da Academia, fossem instalados, no magnifico edificio da antiga Santa Casa — hoje pertencente ao patrimonio histórico nacional — o Museu e a Biblioteca da Cidade, ficando ambos sob a direção da Academia, que terá a sua nova séde instalada no mes-

mo edificio, convenientemente adaptado para esse fim.

Foi a noticia recebida, como dissemos, sob os mais fortes entusiasmos da numerosa assistencia, sendo os nomes dos sr. Salo Brand e Godofredo Tinoco desmarcadamente aplaudidos.

Nossas gravuras mostram o novo presidente, ao lado do Prefeito Salo Brand, num flagrante de sua eloquente oração; e parte da seletissima assistencia que prestigiu a fina cerimonia.

★
A
eleição
de
sua
nova
Diretoria
★



(O prefeito Salo Brand em solenidade na Academia Campista de Letras, marcando a integração do prefeito com a elite intelectual. In: Revista Planície, 1943.)



(Solenidade de despedida de Salo Brand como prefeito de Campos, em 1945, em que estiveram presentes Getúlio Vargas, Amaral Peixoto e a elite política e intelectual de Campos e Norte-Fluminense. In: Revista Planície, 1946.)

A data natalícia do ilustre e prestigioso presidente do Diretório Municipal do P. S. D. em Campos, figura que mais se destacam como honrado cidadão e grande filantropo de inimitáveis virtudes, foi motivo, de um sincero e coletivo júbilo.

Organizado pelo Dr. Manoel Ferreira Paes, membro de alta expressão do referido Diretório, o jantar que foi oferecido no salão de festas do Automóvel Clube Fluminense reuniu numeroso grupo de seus amigos e correligionários, transcorrendo num ambiente de viva cordialidade, como o demonstram nossos flagrantes.



(Banquete em homenagem ao prefeito Salo Brand. In: Revista Planície, 1946.)



(Visita de Getúlio Vargas a Usina do Queimado de propriedade de Julião Nogueira. Acervo Eduardo Nogueira)



(Expressão da sociabilidade campista. Julião Nogueira e família recebem o interventor Amaral Peixoto, prefeito Salo Brand e representantes da elite campista. Acervo Eduardo Nogueira)



(Progresso de Campos identificado pela Usina do Queimado – o maquinário veio diretamente da Inglaterra.
Acervo Eduardo Nogueira)



(A Usina do Queimado possuía um ramal ferroviário e locomotiva para exportar sua produção. Acervo Eduardo Nogueira.)



(Em cima, visita de Getúlio Vargas e Amaral Peixoto a Usina do Queimado. Em baixo, inauguração da destilaria de Martins Lage. Acervo Eduardo Nogueira.)



(Foto demonstrativa da pujança de Campos. Litografia de 1869 In: RIBEYROLLES, 1980

Acervo Heloiza Alves)



(Comemorações do Centenário da cidade em 1935 - Acervo Heloiza Alves)



(A modernidade em Campos. A Praça São Salvador na década de 1940 - Acervo Heloiza Alves)



(A expressão do progresso de Campos na década de 1940 – Vista aérea - Acervo Genilson Soares)